



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

EMANUELE DE FREITAS FREIRE

**MEMÓRIAS DE ALVENARIA: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDIFICADO DE PAU DOS FERROS-RN (2006-2023)**

CAJAZEIRAS-PB

2023

EMANUELE DE FREITAS FREIRE

**MEMÓRIAS DE ALVENARIA: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDIFICADO DE PAU DOS FERROS-RN (2006-2023)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaína Valéria Pinto Camilo

CAJAZEIRAS-PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

F866m Freire, Emanuele de Freitas

Memórias de alvenaria: um olhar sobre o patrimônio histórico
edificado de Pau dos Ferros-RN (2006-2023) / Emanuele de Freitas Freire.
- Cajazeiras, 2023.

111f. : il. -
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto Camilo.
Monografia (Licenciatura em história) UFCG/CFP, 2023.

1. História- Pau dos Ferros - Município- Rio Grande do Norte.
2. Patrimônio histórico. 3. Construções históricas. 4. Preservação
patrimonial-Pau dos Ferros-Município-Rio Grande do Norte. 5. Mercado
Público Antônio Soares de Holanda. 6. Casa da Cultura Popular Joaquim
Correia. 7. Monumentos Tombados - Pau dos Ferros-Município-Rio
Grande do Norte. 8. Memórias de alvenaria. I. Camilo, Janaina Valéria
Pinto. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 94(813.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Deuze Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COORDENACAO DE GRADUACAO EM HISTORIA
Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB, CEP 58900-000
Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009
Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – CGHIS-CFP, REALIZADA EM 16/06/2023

Ao décimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, Na Sala 105 - Bloco Paccelli, do Centro de Formação de Professores, da UFCG, estiveram reunidas, sob a presidência da professora-orientadora **Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo**, as professoras: **Dra. Ana Lunara da Silva Moraes** e **Dra. Rosemere Olímpio de Santana**; e a discente EMANUELE DE FREITAS FREIRE (matrícula 218130172). Foi instalada a sessão pública para julgamento da monografia de conclusão de curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História, elaborada pela referida discente, intitulada: *"MEMÓRIAS DE ALVENARIA: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO DE PAU DOS FERROS-RN (2006-2023)"*. Após a abertura da sessão, a presidente da banca julgadora deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres das integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da discente. Ao final, reunida em separado, a banca APROVOU a monografia atribuindo a nota 10,0 (DEZ) ao trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Cajazeiras, 16 de junho de 2023.

[OBSERVAÇÕES DA BANCA, SE HOVER]

A banca ratificou a relevância do trabalho e indicou-o para publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA VALERIA PINTO CAMILO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/06/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUNARA DA SILVA MORAIS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO**, em 16/06/2023, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuele de Freitas Freire, Usuário Externo**, em 16/06/2023, às 20:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMERE OLIMPIO DE SANTANA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/06/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 3484294 e o código CRC 741574F9.

EMANUELE DE FREITAS FREIRE

**MEMÓRIAS DE ALVENARIA: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDIFICADO DE PAU DOS FERROS-RN (2006-2023)**

Aprovado em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo -UFCG (Orientadora)

Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais -UFCG (Examinadora)

Prof. Dra. Rosemere Olímpio de Santana -UFCG (Examinadora)

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa -UFCG (Examinador – Suplente)

CAJAZEIRAS-PB

2023

Trabalho dedicado aos meus pais, Manoel e Clivoneide, aos meus avós, João, Socorro, Francisco e Creusa e ao meu primo Moisés.

AGRADECIMENTOS

“Nenhum homem é uma ilha, um ser inteiro em si mesmo; todo homem é uma partícula do continente, uma parte da terra.” Acredito que o maior aprendizado que extrai desses 4 anos de graduação se resume nesta célebre citação do poeta John Donne: nenhum homem se constrói sozinho, não há qualquer grande projeto que se conceba exclusivamente na individualidade do ser e cada um de nós carrega um pouco daqueles que acompanham a nossa trajetória, tenham eles vindo antes ou depois de nós.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, a minha mãe Maria e a todas as entidades sagradas que me guiam e abençoam o meu caminho diariamente, obrigada por me fortalecerem e me iluminarem com a sabedoria quando eu mais precisei, por nunca terem me abandonado mesmo quando minha Fé se fez ausente, e embora muitas vezes o sentimento de desilusão tenha me invadido, hoje eu tenho a certeza de que nunca andei só.

Agradeço aos meus pais, Manoel e Clivoneide, sem os quais eu jamais teria conseguido chegar até aqui, e a quem eu devo o melhor que há em mim. Vocês são o sentido maior de tudo isso e em cada linha desse trabalho há um pouco do meu amor por ambos e da minha gratidão por ter contado com o apoio incondicional de vocês. É muito bom poder afirmar com convicção que eu tenho em vocês um lar, no qual eu sempre encontrei amor, felicidade, amparo e a crença nos meus sonhos e na minha capacidade. Pai e Mãe, vocês sempre serão as minhas maiores referências profissionais, incontestavelmente.

Agradeço à minha família como um todo. Aos meus avós, João, Maria do Socorro, Creusa e Francisco, que sempre acreditaram na educação como um caminho transformador, mesmo quando o acesso a esta lhes foi negado. Aos meus tios e tias, primos e primas, como um todo. Dentre quais eu destaco de forma muito especial e singela, o meu primo Moisés, que sempre se faz presente nos meus pensamentos e a quem eu dedico uma parte deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora Janaína Valéria Pinto Camilo, por ter acreditado em mim e no meu trabalho, pelas doses de confiança e motivação de cada encontro, mesmo em meio às tantas dificuldades que surgiram no decorrer dessa trajetória. Obrigada pelos conhecimentos divididos e principalmente por sua generosidade.

Agradeço também aos demais professores que de alguma maneira contribuíram para a minha construção pessoal e profissional. Aos meus colegas de curso, em especial a Jonas, Abimael, Aline, Vitória Duarte e Taywany. E de maneira especialmente calorosa, agradeço à minha colega de turma e grande amiga Mariana Valença, com quem eu dividi cotidianamente os desafios, angústias e alegrias que me acompanharam no decorrer desses anos de graduação

e por quem eu nutro uma profunda admiração que se confunde entre o pessoal e o profissional. Você é dona de uma trajetória brilhante e foi uma honra acompanhar isso de perto.

Agradeço aos meus colegas de quarto, Raul Neris e Davi, com quem eu pude construir uma relação de irmandade e cumplicidade, através de um convívio diário baseado em risadas, piadas internas e compartilhamento de experiências. Lembrarei sempre o nosso dia-a-dia no apartamento com muito carinho, como uma fase muito especial da minha vida.

Agradeço também aos meus amigos e amigas como um todo, dos quais eu não teria como falar individualmente, visto que são muitos nomes a serem mencionados. Mas que não poderia deixar de citar: Vanessa Maria, Jociele, Mateus, Loucas, Ana Maria, Gabriele, Lucas Assis, Ícaro Moisés, Bia Deodato, Sara, Anita, Olívia, Thiago, Luiza, Maria, Elisângela e Gabe.

Agradeço especialmente ao meu eterno orientador, ex-professor e hoje amigo e colega de profissão, Lucas Chnaiderman, por ter sido um dos maiores incentivadores para que eu seguisse o caminho da História, sempre acreditando no meu potencial e compartilhando comigo experiências, angústias e conversas cotidianas.

Agradeço ao meu amigo e companheiro Matheus Valença, que também esteve comigo nessa reta final de curso e acompanhou o desenvolvimento das primeiras linhas deste texto. Obrigada por compartilhar isso comigo e por todas as vezes que nossa convivência diária tornou tudo mais leve.

No mais, meu muito obrigada a todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram na construção desta pesquisa, ou que de alguma forma contribuíram para minha formação humana e intelectual.

*Mas eu sigo, cada vez menos solitário,
em ruas extremamente dispersas,
transito no canto homem ou da máquina que roda,
aborreço-me de tanta riqueza, joga-a toda por um número de casa,
e ganho.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO:

O presente trabalho busca construir uma discussão a partir da análise do patrimônio histórico edificado da cidade de Pau dos Ferros-RN, tomando como base os casos específicos de dois monumentos tombados pela instância municipal, são eles: o Mercado Público Antônio Soares de Holanda e a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia. Assim, problemática inicial, que motivou o presente estudo, surgiu mediante às transformações espaciais sofridas pela cidade ao longo dos últimos anos, que levaram à descaracterização, ou mesmo à demolição de diversas construções históricas, partindo disso, buscou-se compreender como vinha sendo tratado o patrimônio histórico edificado dessa cidade, através de uma pesquisa de caráter qualitativo que se utilizou tanto de fontes orais, como bibliográficas. Nesse sentido, à luz da noção de documento/monumento proposta por Jacques Le Goff (2005), a pesquisa buscou compreender os monumentos estudados como verdadeiros documentos que ajudam a contar a história do município de Pau dos Ferros. Em linhas gerais, o estudo pôde concluir que a cidade em questão ainda carece de muitos dispositivos que proporcionem uma política de preservação patrimonial efetiva, enfatizando a necessidade de uma educação patrimonial para o melhor esclarecimento da população.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Monumento; Pau dos Ferros; Patrimônio Material.

ABSTRACT:

The present work seeks to open a discussion on the analysis of the built heritage of the city of Pau dos Ferros - RN, based on the specific cases of two monuments listed by the Municipal Council, namely: the Antônio Soares de Holanda Public Market and the Joaquim Correia House of Popular Culture. Thus, the initial problem that motivated this study was triggered by the spatial transformations that the city has undergone in recent years, which have led to the misclassification or even the demolition of several historic buildings, and from this, an attempt was made to understand how the built heritage has been treated, through qualitative research using both oral and bibliographical sources. Thus, in the light of the concept of document/monument proposed by Jacques Le Goff (2005), the research sought to understand the real monuments as true documents that help to tell the history of the municipality of Pau dos Ferros. In general terms, the study was able to conclude that the town in question still lacks many of the tools that would allow an effective heritage conservation policy to be put in place, highlighting the need for heritage-oriented education aimed at better enlightenment of the population.

Keywords: Historical Heritage; Monument; Pau dos Ferros; Material Patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1: Representações dos vaqueiros na cidade	24
Figura 2: Cartaz de divulgação da V Cavalgada do Vaqueiro	24
Figura 3: Representações artísticas que remetem aos vaqueiros na Rua da Independência....	25
Figura 4: Construção da caixa d'água em 1969.....	30
Figura 5: Pau dos Ferros na década de 1970	31
Figura 6: Fachada do Campus Avançado de Pau dos Ferros	34
Figura 7: Campus do IFRN- Pau dos Ferros	35
Figura 8: Campus da Universidade Federal Rural do Semiárido de Pau dos Ferros	35
Figura 9: Obelisco em 2012	38
Figura 10: Prédio da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	39
Figura 11: Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda.....	39
Figura 12: Quartel da Polícia Militar de Pau dos Ferros.....	39
Figura 13: Pavilhão Municipal.....	40
Figura 14: Fachada do “Castelo de Pau dos Ferros”	41
Figura 15: Fachada do Castelo totalmente descaracterizada em 2023.....	42
Figura 16: Antigo prédio da Receita Federal	43
Figura 17: Estacionamento onde ficava o prédio da Receita Federal	43
Figura 18: Moderninha da Avenida Getúlio Vargas em 2019	44
Figura 19: Viela que dá acesso ao supermercado	44
Figura 20: Tradicional Feira Livre de Pau dos Ferros em 2023.....	48
Figura 21: Banca de frutas da feira livre de Pau dos Ferros	48
Figura 22: Mercado Público Antônio Soares de Holanda em 2010	58
Figura 23: Parte interna do mercado em 2013	58

Figura 24: Lojas de alvenaria vistas por dentro do mercado.....	59
Figura 25: Visão da parte interna do prédio	59
Figura 26: Projeto inicial da reforma do Mercado Público.....	62
Figura 27: Proposta reformulada de intervenção no Mercado Público	63
Figura 28: Visão de parte da fachada do Mercado Público em 2012.....	64
Figura 29: Parte da fachada do Mercado Público em 2023.....	64
Figura 30: Parte interna do Mercado Público, 2022.....	65
Figura 31: Fotografia de Pau dos Ferros em 1990 exposta em uma das paredes do Mercado Público, 2022.	65
Figura 32: Demolição da parte interna do Mercado durante a reforma	68
Figura 33: Intervenções na estrutura interna do prédio.....	69
Figura 34: Antigo Grupo Escolar Almino Afonso, Martins-RN	73
Figura 35: Fachada do Grupo Escolar Joaquim Correia por volta da década de 1930	75
Figura 36: Fachada do Antigo Grupo Escolar em 2023	77
Figura 37: Publicação do Grêmio Estudantil Joaquim Correia sobre a origem de seu nome .	82
Figura 38: Escola Estadual Joaquim Correia em 1998	91
Figura 39: Fachada do Centro Cultural Joaquim Correia	92
Figura 40: Pátio da Casa da Cultura Popular Joaquim Correia.....	93
Figura 41: Fachada da Casa da Cultura Popular Joaquim Correia em 2019.....	96
Figura 42: Exposição “Olhares Pau-Ferrenses” na Galeria de Artes Toinho Dutra.....	97
Figura 43: Galeria de Artes Toinho Dutra em Janeiro de 2023.....	98
Figura 44: Fotografia exposta de Pau dos Ferros na década de 1990	98
Figura 45: Espaço dedicado à memória de Toinho Dutra	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

AABB- Associação Atlética Banco do Brasil

CCP- Clube Centenário Pau-ferrense

FINECAP- Feira Intermunicipal de Negócios, Educação, Cultura e Turismo do Alto Oeste Potiguar

GEJC- Grupo Escolar Joaquim Correia

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRN- Instituto Federal do Rio Grande do Norte

TELERN- Telecomunicações do Rio Grande do Norte

UERN- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFERSA- Universidade Federal do Semiárido

URRN- Universidade Regional do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DA SOMBRA DA OITICICA À PRINCESINHA DO ALTO OESTE	19
1.1 Pau dos Ferros-RN: apontamentos gerais	19
1.2 Origens do povoamento	21
1.3 Das origens do comércio	28
1.4 Das origens da educação	32
2 PAU DOS FERROS E O PATRIMÔNIO: LUGARES, OLHARES E NARRATIVAS:	
.....	37
2.1 Um breve passeio: conhecendo a cidade e seus monumentos	37
2.2 “Eu tenho pra vender, quem quer comprar?” -da feira livre às origens do mercado público	45
2.3 O mercado público e o cotidiano da cidade	50
2.4 Lugar e memória- analisando o Mercado Público de Pau dos Ferros	53
2.5 Entre o antigo e o moderno: a controversa reforma do Mercado Público Municipal ...	60
3 CASA DA CULTURA POPULAR JOAQUIM CORREIA	71
3.1 O Antigo Grupo Escolar Joaquim Correia.....	71
3.2 Joaquim Correia: um homem, uma ideia e uma memória	78
3.3 Entre as primeiras letras e as primeiras memórias: a escola enquanto lugar de memória	85
.....	
3.4 Do tombamento aos dias atuais: A Casa da Cultura Popular Joaquim Correia (2006-2023)	90
.....	
3.5 Olhares sobre o patrimônio: histórias, memórias e possibilidades.	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
FONTES PRIMÁRIAS	108
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO:

Os caminhos para a construção de uma pesquisa historiográfica por muitas vezes são desafiadores em diversos sentidos para nós historiadores e historiadoras, nossa eterna inquietação com as ações humanas através do tempo, como caracteriza Marc Bloch, nos instiga a perseguir os mais diversos objetos de estudo. No entanto, o despertar para esta pesquisa não partiu de algo muito distante da minha realidade cotidiana, ao contrário, os objetos que aqui serão analisados se situam em um contexto que me é extremamente familiar: minha cidade, Pau dos Ferros-RN.

Nesse sentido, foi a partir de observações voltadas para as transformações no cenário urbano e da minha própria relação com esses espaços que surgiu o interesse em pesquisar a respeito do patrimônio histórico edificado de Pau dos Ferros-RN, especialmente, ao perceber como as recentes intervenções urbanas provocadas pela expansão comercial da cidade implicaram na perda de diversas edificações históricas que até pouco tempo atrás podiam ser observadas principalmente nas avenidas centrais.

Assim, o presente trabalho se voltou com maior especificidade para duas edificações que reconhecidamente compõem o patrimônio histórico pau-ferrense, são elas: a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia e o Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda, ambas tombadas dentro da instância municipal, sendo a primeira tombada também como patrimônio do estado do Rio Grande do Norte.

Diante disso, é importante situar com maior profundidade o espaço no qual a pesquisa está situado, a cidade de Pau dos Ferros-RN. Localizado na microrregião do chamado Alto Oeste Potiguar, o município de Pau dos Ferros compreende a maior cidade da mencionada região geográfica, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (2020), sua população estimada gira em torno de 30.802 habitantes.

Os principais dados referentes ao povoamento inicial do território que deu origem a cidade de Pau dos Ferros afirmam que historicamente esse local se afirmou como ponto estratégico para o pouso dos vaqueiros que atravessavam os sertões com suas trilhas de gado. Posteriormente o lugar também se tornaria de interesse para as trocas comerciais, adquirindo assim uma significativa importância diante das demais cidades de sua circunscrição, inicialmente o seu território pertencia às dependências do município de Portalegre, até o ano de 1856 quando houve o desmembramento da então vila de Pau dos Ferros no dia 4 de setembro.

Voltando-se para os dias atuais, observa-se que o desenvolvimento da pecuária já não corresponde à atividade econômica de maior relevância para o município, uma vez que, os setores de comércio e serviços movimentam predominantemente a economia local, de maneira

que, atualmente, o município de Pau dos Ferros se afirma como polo econômico regional, cuja área de influência abarca todos os municípios da referida microrregião do Alto Oeste Potiguar, como também, de outros estados fronteiriços, tais como Paraíba e Ceará.

Além do comércio, outro setor que também caracteriza o município em questão como polo regional é o da educação. Historicamente Pau dos Ferros se constituiu como uma importante cidade da região em relação à oferta de instituições de ensino, contando atualmente com diversas instituições de ensino básico e superior, públicas e privadas que recebem diariamente alunos de diversas cidades oestanas, dos estados vizinhos e de outras regiões. Dentre as quais vale destacar o Campus Avançado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, sendo esta a primeira instituição de ensino superior do Alto Oeste, em atividade desde a década de 1970. O campus do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, IFRN, inaugurado no ano de 2009, ofertando tanto o ensino técnico nas modalidades médio integrado e subsequente, além de cursos de ensino superior. E, por fim, o campus da Universidade Federal do Semiárido, a UFRSA, com cursos voltados principalmente para as áreas das ciências exatas.

Com base nisso, as escolhas dos dois objetos de pesquisa explorados no presente trabalho se deu mediante as características destacadas acima, tendo em vista que o Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda comportou os primórdios do desenvolvimento das atividades comerciais no município. E o prédio que hoje abriga a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia corresponde à primeira instituição de ensino instalada no município, ainda nas primeiras décadas do século XX. Portanto, os dois patrimônios em questão, em certa medida, representam as origens dessas atividades tão marcantes para a cidade no cenário atual.

Assim, a problemática central do presente trabalho está voltada justamente para a situação em que se encontram os referidos monumentos históricos. Conforme já mencionado anteriormente, o crescimento da cidade nas últimas décadas, e a chegada de novos estabelecimentos comerciais, desencadearam o avanço sobre diversos prédios históricos da cidade, levando muitas vezes à descaracterização desses monumentos, ou até mesmo à sua total demolição. Ao passo que, até o ano de 2015, quando foi sancionada a Lei de tombamento Nº 1509/2015, não havia qualquer Legislação que regulamentasse o tombamento dos patrimônios municipais, ou mesmo qualquer política pública de preservação patrimonial que pudesse conter ou minimizar esses danos.

Dessa forma, o recorte temporal analisado no presente trabalho delimita-se especialmente para o intervalo de tempo que vai de 2006 até o ano de 2023, considerando que o primeiro compreende o ano em que a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia foi tombada

pelo Estado do Rio Grande do Norte. Por sua vez, o Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda só viria a ser tombado pelo poder municipal no ano de 2015. Dessa forma, a análise pretendida por este trabalho engloba brevemente os antecedentes dos tombamentos dos dois monumentos analisados, e a realidade de cada um pós-tombamento.

Nesse sentido, apresenta-se como objetivo geral do presente trabalho: estudar o Patrimônio material edificado da cidade de Pau dos Ferros tendo como perspectiva, para além do monumento, a análise desses patrimônios enquanto documentos históricos. Ademais, os objetivos específicos da pesquisa se concentram em: analisar as condições do patrimônio histórico do município de Pau dos Ferros; compreender as dificuldades em se preservar o patrimônio local; e, discutir como a questão patrimonial vem sendo conduzida no município.

Diante disso, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como perspectiva teórica a História Cultural, a partir da qual busca-se analisar os monumentos para além do seu valor físico e material, levando em consideração também os sujeitos que, de alguma forma, ajudaram a constituir esses espaços e seus significados, isto é, as pessoas que ali frequentavam, seja enquanto ambiente de trabalho, de lazer, ou de estudo. Busca-se, portanto, compreender a importância desses espaços a partir das histórias e das memórias que compõem a trajetória desses monumentos em suas diversas subjetividades. Com isso, as principais obras referenciadas para a construção das discussões do presente trabalho são: Alegoria do Patrimônio, de Françoise Choay (2014); História e Memória, de Jacques Le Goff (2005); O que é Patrimônio Histórico, de Carlos Lemos (1981); e ainda, A Memória, a História e o Esquecimento, de Paul Ricœur (2010).

As fontes utilizadas se dividem entre fontes orais, coletadas através da realização de entrevistas, mediante o consentimento de cada entrevistado, bem como, da aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Campina Grande. A escolha dos entrevistados não se deu de maneira aleatória, ao todo quatro pessoas foram ouvidas, de maneira que o principal critério de seleção desses participantes foi justamente a vinculação que cada um deles possui com os monumentos estudados no presente trabalho. Assim, contribuíram com esta pesquisa sujeitos de diferentes idades, que em algum momento frequentaram, trabalharam ou estabeleceram algum tipo de vínculo com as edificações trabalhadas. Além das fontes orais, a pesquisa também se utilizou de outros documentos como fotografias e livros que remontam à história do município e dos monumentos estudados.

O primeiro capítulo desta monografia se detém a apresentação dos aspectos gerais do município de Pau dos Ferros, com ênfase na história local, partindo dos primórdios de seu povoamento, traçando um breve histórico do desenvolvimento dos setores do comércio e da

educação. Este capítulo introdutório também se propõe a discutir quais as principais narrativas que predominam a respeito da história da cidade, quais personagens são enfatizadas, e como a preservação do patrimônio histórico contribuiu para a elaboração de novos discursos historiográficos.

O segundo capítulo introduz a problemática do patrimônio histórico na cidade, apresentando quais os monumentos tombados atualmente, além de expor, de maneira breve, alguns dos prédios que foram demolidos ou descaracterizados nos últimos anos, Este capítulo também se debruça com mais profundidade sobre o Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda, remontando suas origens desde o surgimento da feira local, até a construção do prédio, suas funcionalidades com o passar dos anos, e, por fim, as transformações sofridas por este monumento, após a sua reforma mais recente.

O terceiro e último capítulo se destina a discutir a respeito da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, também fazendo referência à construção do prédio, como se deu sua instalação e seu funcionamento enquanto Grupo Escolar. Além disso, esta seção também se propõe a apresentar como essa instituição vem sendo gerenciada desde seu tombamento, quais as principais intervenções feitas em sua estrutura, como também, o que ela representou e o que ela representa para a sociedade pau-ferrense.

1. DA SOMBRA DA OITICICA À PRINCESINHA DO ALTO OESTE

1.1- Pau dos Ferros-RN: apontamentos gerais

Narrar o lugar de onde se vem é também contar um pouco de si, dessa maneira, esse exercício, quando executado pelo historiador ou pela historiadora, inevitavelmente irá apresentar, ainda que nas entrelinhas, traços que advêm da afetividade e da identificação pessoal com aquele local. Diante disso, ao encontrar nas edificações tombadas como patrimônio histórico de minha cidade, Pau dos Ferros-RN, as motivações e fontes que guiam o presente estudo, me coloco diante da determinação de abordar esses espaços que me são tão familiares, sob uma perspectiva que ultrapassa a minha experiência pessoal perante esses lugares, no sentido de conseguir abarcar diferentes discursos e personagens que ajudaram a constituir esses locais.

Aqui compreende-se a ideia de “experiência” para com os espaços como um exercício cognitivo complexo que abrange sensações e pensamentos, partindo disso, é possível traçar uma breve reflexão a respeito de como as nossas relações experienciais mediante o meio em que estamos inseridos configuram um traço importantíssimo de formação humana. Ao dialogarmos com o ponto de vista do geógrafo Yi-Fu Tuan em sua obra “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência”, temos que a “experiência” é algo que, necessariamente, está voltado para o mundo exterior, nas palavras do próprio autor: “ver e pensar vão além do eu” (TUAN, 1983, p 10). Ou seja, ambos se constituem mediante a coletividade, isto é, o “eu” e o coletivo.

Portanto, ao perceber a relação que estabelecemos com os espaços como um elemento formador em termos afetivos e mesmo intelectuais, haja vista que as ações de pensar e sentir não se configuram como atividades antagônicas, é possível identificar de onde partem as motivações iniciais do presente estudo, isto é, entender um pouco da história de Pau dos Ferros-RN por meio de seu patrimônio edificado, bem como, compreender também, a própria relação que a sociedade construiu com esses monumentos através do tempo.

Diante disso, o presente capítulo busca situar a cidade de Pau dos Ferros-RN em termos gerais, bem como, entender sua trajetória histórica, para que assim possamos aprofundar as discussões sobre a questão patrimonial na cidade, com enfoque nos dois monumentos escolhidos como objeto dessa pesquisa, são eles, a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia e o Mercado Municipal Antônio Soares de Holanda (Mercado Público).

Localizada na região do chamado Alto Oeste Potiguar, território conhecido popularmente como a “tromba do elefante”¹, a cidade de Pau dos Ferros-RN abriga uma população estimada em 30.802 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), sendo assim, a cidade mais populosa de sua região imediata. Além disso, conforme é destacado por Souto et al. (2019), em termos socioeconômicos o município apresenta algumas características distintas dos demais de sua circunscrição, evidenciando-se como um polo regional, especialmente no que diz respeito ao setor terciário (comércio e serviços) e à questão educacional, tendo em vista a presença dos *campi* da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), da Universidade Federal do Semi Árido (UFERSA) e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

De acordo com Dantas (2014), Pau dos Ferros se enquadra naquilo que o IBGE classifica como centros sub-regionais, isto é, cidades que concentram um certo grau de importância em sua circunvizinhança devido a prestação de serviços como saúde, educação, comércio, entre outros. Pensando o caso do Rio Grande do Norte, a mesma autora destaca o impacto negativo das desigualdades e concentrações econômicas do estado para a região semiárida, que embora corresponda à maior parte do território potiguar, representa uma parcela inferior da produção econômica do estado. Diante disso, os principais centros sub-regionais potiguares como Caicó, Pau dos Ferros, Assu e Currais Novos assumem um papel imprescindível no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico de suas microrregiões.

Nesse sentido, é destacado por Dantas (2014) algumas particularidades que distinguem Pau dos Ferros dos demais centros sub-regionais potiguares, a começar pelo próprio contingente populacional do município que é inferior aos das demais cidades supracitadas. Todavia, apesar desse dado, Pau dos Ferros concentra uma rede de influência interestadual que se sobressai, inclusive, a da cidade de Caicó, principal polo da região do Seridó. A autora explica que essa acentuada conectividade pau-ferrense com as demais cidades do Alto Oeste e ainda com alguns municípios do Ceará e da Paraíba se deve à sua localização estratégica próxima às fronteiras desses estados, e às duas rodovias federais (BR-226 e BR-405).

Diante do exposto, é inegável que Pau dos Ferros desempenha, atualmente, um papel fundamental para a sua microrregião, tendo em vista a distância desses municípios da capital potiguar, Natal, e conseqüentemente dos recursos que, durante muito tempo, estiveram exclusivamente concentrados no principal centro urbano do estado. Assim, é importante

¹ É chamado assim devido ao formato do mapa do Rio Grande do Norte, que lembra bastante o corpo de um elefante, de forma que o Oeste potiguar estaria situado na região em que se localiza a tromba.

salientar como esse município se constituiu historicamente enquanto polo regional nos mais diversos âmbitos, como sua economia e comércio se transformaram ao longo dos anos e ainda, como se deu o desenvolvimento do setor educacional desde a criação de suas primeiras escolas até a consolidação do município como centro de ensino superior.

1.2- Origens do povoamento:

A criação do município de Pau dos Ferros envolve um longo processo que atravessou um século (1756-1856) de tramas e disputas para que enfim se efetivasse a emancipação política desse território. Criada em 1756, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que abrigava o então povoado de Pau dos Ferros, integrava o município de Portalegre, cuja fundação oficial se deu no ano de 1761, todavia, as dificuldades de manutenção desse vínculo político logo começaram a surgir, levando os habitantes do povoado a buscarem sua autonomia.

Em seu livro intitulado “Pau dos Ferros: História, Tradição e Realidade”, José Jácome Barreto (1987) aponta a questão da localização geográfica como um dos principais fatores apresentados pelos habitantes para justificar o desmembramento do povoado, considerando que, a vila de Portalegre estava situada em cima de uma serra de mesmo nome, o que dificultava a integração política e econômica do povoado com a sua sede administrativa. Além disso, o mesmo autor também afirma que a posição topográfica de Pau dos Ferros era de acesso mais favorável, o que fortalecia suas vias de comunicação com as demais partes da capitania, algo que também teria favorecido o seu crescimento e conseqüentemente fortaleceu o interesse da população por sua soberania política, que veio a ser alcançada em 4 de setembro de 1856, através da Lei n.º 344 que elevava o povoado de Pau dos Ferros à categoria de vila.

Diante desses apontamentos gerais a respeito de como se deu o processo emancipatório do município em questão, é interessante também salientar alguns aspectos principais das origens de suas primeiras ocupações. As narrativas tradicionais que tratam do povoamento inicial do território de Pau dos Ferros remetem aos processos de colonização dos territórios interioranos através da pecuária, os quais podemos chamar de ciclo do gado. Segundo Dantas (2014), a ocupação do território correspondente à Sesmaria de Pau dos Ferros teve sua origem a partir de uma trilha que buscava adentrar a Província do Ceará. Barreto (1987) enfatiza bastante o papel dos vaqueiros e viajantes como figuras corajosas e desbravadoras no movimento de ocupação dos territórios sertanejos.

O processo de desbravamento e ocupação de Pau dos Ferros, – como aconteceu com os demais núcleos de povoamento de todo o sertão nordestino – tem suas origens nas atividades pastorais. Ninguém desconhece certamente a importância do chamado “ciclo do gado” e da “civilização de couro” de que nos fala Capistrano de Abreu, como fatores determinantes e motivadores do processo de aldeamento e expansionismo das

regiões sertanejas que se registraram a partir do início do século XVIII. (BARRETO, 1987, p 27)

Ao apresentar os processos originários de povoamento do território que hoje compreende o município de Pau dos Ferros, Barreto (1987) nos traz uma abordagem que prioriza as trilhas de gado e as figuras dos vaqueiros e viajantes, enquanto marco inicial da história do município e primeiros habitantes da terra, respectivamente. De forma que, nos capítulos iniciais de sua obra, é feita apenas uma breve menção às populações indígenas que habitaram a região anteriormente.

O desencadeamento da Confederação dos Cariris, sublevação que arrebanhava várias tribos de toda a região nordestina veio desarticular profundamente a atividade pastoril. A rebelião alastrou-se rapidamente pelas ribeiras do Seridó, Piranhas, Assú, Mossoró, Apodi e Jaguaribe causando prejuízos incalculáveis de vidas humanas e danos materiais de consequências imprevisíveis. Durante dez anos (1687-1697) os selvícolas destruíram, incendiaram, pilharam e mataram milhares de pessoas. Propriedades inteiras foram destroçadas pela sanha feroz da indiada. (BARRETO, 1987, p 28)

É possível verificar, portanto, que a narrativa de Barreto (1987) sustenta um posicionamento nitidamente hostil em relação aos povos que originalmente habitavam essas terras, antes mesmo do empreendimento das atividades pastoris por parte dos vaqueiros e viajantes. Dessa forma, podemos dizer que a visão do autor compreende a história de Pau dos Ferros, somente a partir do processo de colonização do território através da pecuária, reconhecendo a entidade do vaqueiro como o primeiro habitante “legítimo” do território, ao passo que o indígena é colocado como figura gentílica, bárbara e inimiga que representa um obstáculo ao dito processo civilizatório da região explorada.

No site oficial da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros há uma página destinada à exposição de dados gerais sobre o município, na qual é possível ter acesso a um pequeno resumo de sua história. Nesse texto, no parágrafo inicial, podemos observar uma única menção às comunidades indígenas existentes na região.

Durante muito tempo, a região do atual município de Pau dos Ferros foi habitada pelos índios panatis até que, entre finais do século XVII e início do século XVIII, vaqueiros e viajantes que cruzavam o sertão descobriram um curso de água, mais tarde batizado de Rio Apodi, cercado por grandes árvores frondosas, que logo passaram a servir de descanso em meio após longas e cansativas viagens. Ao longo deste curso, também foram organizados pontos de comércio, com a venda e marcação de gados nos troncos dessas árvores. (PAU DOS FERROS, artigo eletrônico, 2022)

Portanto, é possível observar que o posicionamento de rejeição em relação aos povos originários, que deslegitima esses nativos enquanto primeiros habitantes dessa região, apresentada por Barreto (1987) segue se perpetuando, de certa forma, tendo em vista que até os dias atuais, pouco é mencionado sobre os indígenas que aqui habitavam anteriormente nas

principais narrativas que contam a história do município, presentes nos livros e nos mais diversos veículos de comunicação. Isso se traduz em um verdadeiro apagamento da presença indígena na construção da história local, em detrimento da sobreposição de uma narrativa que prioriza somente os vaqueiros e viajantes, a qual ignora o violento processo de extermínio da população nativa na chamada Guerra dos Bárbaros, e a relação direta que a implementação da cultura do gado em nossa região teve com o desaparecimento gradativo dessas populações.

Com base no exposto, podemos perceber o destaque que o personagem do vaqueiro recebe nas narrativas predominantes que tratam das origens do município, isso se reflete não só na escrita da história em si, mas também em diversos elementos que ajudam a compor tanto a cultura material, quanto imaterial da cidade. O próprio hino do município, de autoria de Francisco Bezerra, ainda em primeira estrofe já se inicia exaltando o pioneirismo desses homens: “*Ao aboio dos vaqueiros bravios/Pau dos Ferros, nasceste no mundo/E teus filhos repletos de brios/Te devotam respeito profundo*”.

Nos versos do poeta local Manoel Cavalcante (2013) em sua obra “Pau dos Ferros à sombra da oiticica”, que conta a história da cidade em versos, também verificamos uma menção calorosa aos vaqueiros, ao frisar a coragem desses habitantes pioneiros. “*História de uma cidade/Envolvida pelo manto/Da coragem dos vaqueiros/Da sombra para acalanto/De uma oiticica copada/Certamente iniciada/Em mil seiscentos e tanto.*” (Cavalcante, 2013, p 14).

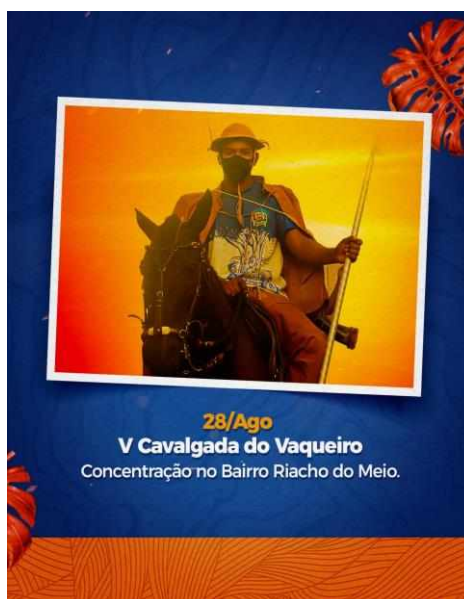
Além disso, nos principais eventos culturais da cidade, como a Feira Intermunicipal de Negócios, Educação, Cultura e Turismo do Alto Oeste Potiguar (FINECAP), festividade que marca as comemorações da emancipação política do município, os vaqueiros também são lembrados nas ornamentações expostas nas principais ruas da cidade, em apresentações culturais, além de atividades que marcam a própria programação do evento, como a Cavalgada do Vaqueiro que reúne os vaqueiros e amazonas de todas as idades para percorrer diversas ruas da cidade com aboios, músicas e orações, haja vista que a cultura cristã, especialmente a católica, também é bastante marcante na constituição histórico-cultural de Pau dos Ferros.

Figura 1: Representações dos vaqueiros na cidade



Fonte: Jornal Folha Regional, 2022. Disponível em: <https://www.jornalfolharegional.com.br/pau-dos-ferros-abre-oficialmente-no-final-de-semana-a-finecap-2022/> Acesso em 10 jan 2023

Figura 2: Cartaz de divulgação da V Cavalgada do Vaqueiro



Fonte: Blog Clístenes Carlos, 2022.

Figura 3: Representações artísticas que remetem aos vaqueiros na Rua da Independência



Fonte: Google Street View

Nesse sentido, a discussão que aqui pretendemos elaborar não se destina apenas a criticar a forte presença da cultura do vaqueiro na construção identitária do povo pau-ferrense, mas sim compreender os significados contidos nessas representações, e assim, tentar perceber até que ponto a população segue se identificando com essa narrativa que, em linhas gerais, se mantém predominante.

Indo um pouco mais adiante, ao pensarmos o conceito de representação, de acordo com a perspectiva de Roger Chartier (2011), podemos destacar as representações como elementos essenciais para compreensão das relações humanas em seus diversos âmbitos. De forma que, não devemos limitar as representações a meros elementos ilustrativos de caráter fantasioso, elas trazem em si discursos de poder e refletem, para além da pretensa intenção de demonstrar a realidade tal qual ela foi ou é, um campo de disputa pela hegemonia desses discursos. Portanto, cabe ao historiador ao refletir sobre determinado elemento representativo questionar para além da sua fidedignidade, buscando assim identificar os simbolismos ali contidos.

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991, p 183)

Pensando nisso, buscaremos apresentar algumas reflexões a respeito de como se constitui o que chamamos de cultura do vaqueiro na cidade de Pau dos Ferros, visando observar até que ponto esse símbolo permanece condizente com as múltiplas identidades construídas pelo povo pau-ferrense no decorrer de sua trajetória histórica. É relevante destacar que a história de Pau dos Ferros muitas vezes costuma ser contada a partir da origem de seu curioso nome, no próprio site oficial da prefeitura é possível verificar um pequeno trecho que explica o surgimento dessa denominação.

O nome "Pau dos Ferros" vem de uma árvore, mais precisamente de marcas fixadas com ferro em brasa numa oiticica muito frondosa que, pela sua grande dimensão, oferecia uma farta sombra e servia de local para o repouso dos vaqueiros, que chegavam cansados de longas caminhadas. (PAU DOS FERROS, artigo eletrônico, 2022)

Portanto, o próprio nome da cidade já remete aos primórdios da ocupação do território através do desenvolvimento das atividades pecuárias, o que, de certa forma, nos ajuda a entender essa ênfase na figura do vaqueiro que permanece até os dias atuais. No livro “Pau dos Ferros: crônicas, fatos e pessoas” (2011), de autoria do ex-prefeito José Edmilson de Holanda, as vaquejadas são mencionadas como alguns dos principais lazeres da população paufferrense da década de 1930, demonstrando que ainda na primeira metade do século XX, as atividades pastoris representavam um importante traço econômico e cultural na conjuntura da pequena cidade.

O lazer consistia na realização de vaquejadas, pelo final do inverno, época da apartação e da ferra do gado, as quais tinham a duração de dois ou três dias, com a participação dos vaqueiros, moradores da vizinhança e da comunidade. Era uma festa de confraternização, entre fazendeiros e vaqueiros da região, sem nenhum interesse comercial, sendo as despesas cobertas pelo proprietário da fazenda onde a festa se realizava, inclusive a gratificação do sanfoneiro que tocava o forró a noite inteira. (HOLANDA, 2011, p 20)

Entretanto, cabe destacar que a própria importância da pecuária enquanto atividade econômica do município foi se perdendo com o passar do tempo, em sua obra, Barreto (1987) já menciona um processo de decadência das criações de gado na região, enfatizando as estiagens como um dos fatores principais para o enfraquecimento dessa atividade, além do próprio

processo de desmembramento de alguns territórios que pertenciam anteriormente à área municipal de Pau dos Ferros.

O desmembramento de vários municípios de sua primitiva circunscrição administrativa diminuiu consideravelmente as fronteiras territoriais do município de Pau dos Ferros restringindo sobremaneira a capacidade produtiva de sua economia, principalmente nas atividades pastoris. Centenas de hectares de solos férteis e agricultáveis e grandes extensões de terras adequadas ao desempenho da pecuária foram desanexadas do seu território para formação dos novos municípios. (BARRETO, p 71, 1987)

Assim, ao passo que a pecuária vai perdendo gradativamente o seu espaço no desenvolvimento econômico do município, a agricultura assume certo destaque, com ênfase na produção algodoeira voltada para exportação, que ganha importância até a crise do algodão que diminuiu drasticamente as áreas de cultivo da planta entre as décadas de 1980 e 1990, a própria obra de Barreto, por ser contemporânea ao processo de decadência do algodão, chega a abordar ligeiramente sobre essa problemática que já vinha atingindo a cultura algodoeira pau-ferrense naquele momento.

O município de Pau dos Ferros, teve no comércio algodoeiro, através de um longo período de sua história – as bases fundamentais de sua economia agroindustrial que foram depois acentuadamente diminuídas pelo recesso da economia de mercados do comércio algodoeiro no Brasil e no mundo inteiro. (BARRETO, 1987, p 75)

Portanto, vemos que a atividade pastoril, de fato, teve sua relevância para o desenvolvimento econômico do município por um certo período, entretanto, já em meados do século XX era possível observar o desencadeamento de um processo de desarticulação da pecuária que resultaria no fortalecimento de outros setores da economia. Diante disso, é válido questionar a centralidade assumida pela cultura do gado nas narrativas predominantes sobre a história de Pau dos Ferros, haja vista que, à medida que outras dinâmicas econômicas e socioculturais foram incorporadas ao seu desenvolvimento, surgem outras possibilidades narrativas que também são dignas de destaque quando pensamos a trajetória histórica de Pau dos Ferros, as quais buscaremos abordar no presente trabalho.

Ao consultar as principais obras dos autores locais para a construção do presente trabalho, praticamente não se faz menção à população negra e suas contribuições para a formação do município. De maneira geral, a história dos povos africanos escravizados que aqui habitaram, dos remanescentes das comunidades quilombolas advindas de Portalegre e de seus descendentes segue silenciada e não recebe qualquer destaque nas narrativas oficiais.

Hoje nós não temos mais nenhuma identificação com a personagem do vaqueiro, o que se tem é apenas uma memória, no mês de setembro, dia 4 de setembro, à uma formação histórica, de como se constituiu o surgimento da cidade, mas hoje nós não

temos mais nenhuma vinculação, nós perdemos, talvez, essa vinculação identitária com essa personagem do vaqueiro, com a criação de gado, né, com a-as viagens que se faziam do traslado do gado de uma cidade pra outra. (Entrevistado 2. Nov. 2022)

Conforme podemos observar na fala do entrevistado, a figura do vaqueiro por si só não comporta mais a multiplicidade sociocultural pau-ferrense, considerando a malha urbana do município e o enfraquecimento gradativo das atividades pecuárias, é possível dizer que boa parte da população pau-ferrense já não se identifica mais com esses personagens. Portanto, sem necessariamente deixar de lado a importância da presença dos vaqueiros para a formação histórica e cultural do município, também se faz necessário contar a história da Pau dos Ferros através de outras perspectivas e lugares, enfatizando outras tramas e personagens que também nos ajudam a compreender a cidade em suas variadas dimensões. Diante disso, o patrimônio edificado pau-ferrense é colocado no presente trabalho como um instrumento essencial para a construção de novas possibilidades narrativas e para o fortalecimento da consciência histórica da população em geral.

1.3- Das origens do comércio:

Conforme já foi mencionado de antemão, atualmente, Pau dos Ferros se afirma enquanto um polo comercial e educacional cuja relevância se expande para além de sua própria região. Diante disso, é importante compreender como se deu o desenvolvimento desses setores no município, tendo em vista que esses dois fatores estão historicamente relacionados com os objetos de estudo centrais do presente trabalho, isto é, o Mercado Público e a Casa da Cultura Joaquim Correia.

As atividades comerciais, de maneira geral, sempre representaram uma parcela significativa da economia pau-ferrense, no entanto, o seu desenvolvimento se deu de forma gradativa, conforme as diferentes demandas que foram surgindo no decorrer dos anos. De acordo com Dantas (2014) as trilhas de gado que originaram o município foram de grande importância para o seu desenvolvimento comercial, além disso, a feira livre, que ocorre até os dias de hoje, logo se consolidou enquanto espaço de trocas e sociabilidade. Até a primeira metade do século XX, Holanda (2011) descreve que o comércio da cidade na década de 1930 era bastante incipiente e restrito à sua própria população, de maneira que Pau dos Ferros ainda se mantinha dependente de Mossoró em relação a este setor.

Naquele tempo o centro abastecedor de nossa cidade era Mossoró, que mantinha a hegemonia comercial da região. Não existia asfalto, as estradas chamadas carroçáveis eram semelhantes às que atualmente ligam a cidade à zona rural. Também não havia veículos motorizados e as viagens para Mossoró eram a cavalo até a cidade de Caraúbas, onde pegavam o trem para Mossoró. Os comerciantes, para fazerem as suas

compras, viajavam em grupos, fazendo dessa maneira o percurso. (HOLANDA, 2011, p 36)

O mesmo autor traz que até aquele momento, as atividades de comércio da cidade estavam concentradas no espaço do Mercado Público Municipal, e em algumas ruas principais e assim se formava o modesto centro comercial de Pau dos Ferros, contando com algumas lojas de tecidos, mercearias e as chamadas lojinhas de variedades e “miudezas”. Além disso, a passagem itinerante de caixeiros viajantes também caracterizava, naquele período, a dinâmica mercantil do município.

Conforme foi apontado anteriormente, durante muito tempo, Mossoró representou o principal centro de trocas comerciais do qual Pau dos Ferros dependia diretamente. Entretanto, Holanda (2011) nos aponta que já na década de 1940, esse cenário começa a se alterar, à medida que a cidade paraibana de Campina Grande se impõe enquanto liderança econômica comercial a nível regional, assim, os pequenos comerciantes pau-ferrenses passam a direcionar seus negócios para esta cidade. A logística das mercadorias, até esse momento, é descrita como um processo predominantemente marcado pelas viagens periódicas dos comerciantes rumo aos principais centros em busca de produtos, é interessante mencionar que esse trânsito era feito com certa dificuldade, tendo em vista a distância e a precariedade das estradas.

Do final da década de 1950 até os anos de 1980, o panorama econômico de Pau dos Ferros irá se transformar, mediante um conjunto de diferentes fatores internos e externos. Holanda (2011) destaca a chegada da primeira agência bancária da cidade em 1956, um escritório do Banco do Nordeste, como um marco no desenvolvimento econômico da cidade. Além disso, é importante destacar também a construção da barragem de Pau dos Ferros entre os anos finais da década de 1960.

Figura 4: Construção da caixa d'água em 1969



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/paudosferrosrn/photos/a.209263315775913.45197.209254572443454/209263485775896>. Acesso em: 24 jan. 2023.

É possível afirmar que a década de 1970, em especial, representou um momento bastante significativo para o desenvolvimento de diversos setores importantes, e com relação ao comércio não foi diferente. A chegada da energia elétrica, da Telecomunicações do Rio Grande do Norte, com a instalação da unidade da TELERN, e o asfaltamento da BR 405, ajudaram a remodelar gradativamente as dinâmicas comerciais do município.

Ademais, no ano de 1976 a cidade recebeu a primeira instituição de ensino superior de sua região, que hoje corresponde à Universidade do Estado Rio Grande do Norte (UERN), que na época contava com os cursos de graduação em letras, pedagogia e economia. Já em 1978, duas novas agências bancárias foram inauguradas, uma unidade do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Portanto, é possível observar que a presença dessas instituições modificou gradativamente sob diferentes aspectos as configurações socioeconômicas da cidade, tornando-a mais dinâmica e atrativa.

Figura 5: Pau dos Ferros na década de 1970



Fonte: Blog Cultura Pau-ferrense. Disponível em: <http://culturapauferrense.blogspot.com/2020/06/pau-dos-ferros-na-decada-de-70-memorias.html>. Acesso em: 24 jan 2023

Ao analisar os dados do censo comercial de 1975, Barreto (1987) aponta algumas características do comércio pau-ferrense daquele momento, o levantamento contabilizou um total de 174 estabelecimentos comerciais, dos quais 116 estavam voltados para o ramo alimentício, segundo o autor, o setor comercial era predominantemente voltado para a venda de produtos de primeira necessidade, o que o mesmo autor relaciona com a relevância da agricultura para a economia local, tendo em vista que parte dos comerciantes também se dedicavam às atividades agrícolas.

Segundo Dantas (2014), os anos de 1970 serão marcados por um significativo processo de urbanização que se expande por todo o país, entretanto, na região Nordeste esse fenômeno assume algumas particularidades. A autora destaca o caráter fragmentado da malha urbana nordestina, de maneira que as capitais, majoritariamente localizadas na faixa litorânea, irão concentrar os maiores contingentes populacionais e recursos, ao passo que as cidades interioranas permanecem sob a influência desses grandes centros, ou ainda, em outra escala, de cidades de médio porte, tais como Mossoró e Campina Grande, como também dos chamados pólos sub regionais, que em menor medida, integram uma certa gama de recursos e serviços e passam a exercer uma influência a nível local. Portanto, é possível afirmar que a partir da

segunda metade do século XX, haverá um aceleração desse processo que irá consolidar Pau dos Ferros enquanto polo regional, especialmente em relação aos setores de comércio e educação.

Assim, conforme a sua vida urbana vai assumindo novas feições, o comércio pauferrense irá se diversificar, incorporando novas demandas e atraindo uma diversidade de comerciantes e consumidores. Atualmente o centro comercial da cidade se estende por diversas ruas e avenidas e incorpora uma variedade de lojas e serviços que atendem às necessidades de moradores do município e das demais cidades da região.

Nos últimos anos tem havido um crescimento considerável da concorrência, evidenciado pela chegada de filiais de diversas empresas que atuam no Rio Grande do Norte e em estados vizinhos no ramo farmacêutico, de móveis e eletrodomésticos, supermercadista, concessionárias de automóveis e motocicletas, o que tem tornado mais diversos e dinâmicos os serviços ofertados na cidade. (DANTAS, 2014, p 172)

Portanto, as paredes do antigo mercado já não comportam mais de maneira preponderante as atividades mercantis da cidade, esse prédio hoje se vê contornado por um centro comercial que se expande gradativamente e junto com ele cresce também a problemática do patrimônio que diariamente vem perdendo seu espaço para dar lugar a lojas, estacionamentos e shoppings. Conforme afirma Ângelo et al (2016), infelizmente, o crescimento acelerado dessa malha comercial tem contribuído diretamente com a destruição de diversos prédios históricos que marcaram a trajetória do município e até hoje permanecem na memória de muitos pauferrenses.

A identidade de uma cidade muitas vezes se perde pela falta de zelo com seus monumentos históricos, e essa destruição da memória vem acontecendo na cidade de Pau dos Ferros nos últimos anos, que passa por um processo de desenvolvimento urbano, estimulado principalmente pela especulação imobiliária na região. Essa ideia de modernização, atrelada a um viés progressista e sem preocupação com a memória edificada, descaracteriza prédios históricos, destruindo a identidade e memória da cidade. (ANGELO et al. 2016, p 3)

1.4- Das origens da educação:

A história da educação no município percorre um caminho cujas origens mais remotas residem ainda na prática do letramento doméstico ministrado por mestres-escola particulares que davam aulas nas fazendas. De acordo com Barreto (1987, p 100) a primeira escola pública da paróquia da então freguesia de Pau dos Ferros foi fundada em 1835, o mesmo autor ressalta a importância dessa primeira instituição de ensino, atestando que já em 1841 quando os habitantes apresentaram à Assembleia Legislativa Provincial uma solicitação de criação do

município, “[...] Esse documento era assinado por 492 pessoas. Destas, 452 assinaturas eram do próprio punho. Apenas 40 pessoas assinaram a rogo.”

Consta-se ainda a criação de outra escola de primeiras letras direcionada ao público masculino em 1850, todavia, é possível afirmar que um dos grandes marcos da educação pauperense foi a implementação do antigo Grupo Escolar Joaquim Correia em 10 de novembro de 1910, cujo prédio atualmente é tombado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte e abriga a casa da Cultura Popular Joaquim Correia, objeto de estudo do presente trabalho, sobre o qual está dedicado o terceiro capítulo.

O prédio que recebeu o nome de seu idealizador, funcionou como escola até meados dos anos 2000. No decorrer de sua trajetória até o tombamento, a instituição também passou a abrigar de 1952 até 1965 o curso normal regional de Pau dos Ferros, que hoje corresponde à Escola Estadual Dr. José Fernandes de Melo (antiga Escola Estadual 31 de Março), sendo este o primeiro educandário de nível médio da cidade.

Mais tarde, em 1976, o Grupo Escolar Joaquim Correia receberia em suas dependências a primeira instituição de ensino superior da cidade, a então Universidade Regional do Rio Grande do Norte, URRN, (hoje Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN) cujo funcionamento, inicialmente, ficou fragmentado em outras duas escolas, além do próprio Joaquim Correia.

A criação da UERN representou um marco no que diz respeito à interiorização e democratização do ensino de nível superior no estado do Rio Grande do Norte. Haja vista que as origens dessa instituição estão situadas no interior potiguar, cuja sede está localizada na cidade de Mossoró-RN. Em relação à Pau dos Ferros, é possível afirmar que a instalação da UERN, no final da década de 1970, trouxe um novo perfil para a educação do município, além de vir a contribuir, juntamente com uma série de outros fatores já destacados anteriormente, com um gradativo processo de modificação de suas dinâmicas urbanas, a partir desse período. Sobre o impacto da chegada do ensino superior em Pau dos Ferros, Souza (2022) nos diz:

A expansão do ensino superior público, no período recente, foi uma das mais importantes políticas “implícitas” de desenvolvimento regional no país e, para a cidade de Pau dos Ferros (a partir de 2004), pode ser apontada como o fator mais decisivo para o aumento da sua importância regional. (SOUZA, 2022, p 339)

Portanto, o referido autor além de reafirmar a relevância educacional de Pau dos Ferros, também enfatiza a preponderância desse fator para o seu desenvolvimento e consolidação de sua influência a nível regional. Ao longo de seus 45 anos de funcionamento, o campus da UERN de Pau dos Ferros se expandiu em relação à oferta de cursos de graduação e

pós-graduação, de maneira que atualmente, a instituição conta com nove cursos de graduação, além de quatro programas de pós-graduação com cursos de mestrado e doutorado.

Figura 6: Fachada do Campus Avançado de Pau dos Ferros



Fonte: Portal UERN

Com a expansão da rede federal de ensino a partir da segunda gestão do governo Lula, o estado do Rio Grande do Norte ampliou consideravelmente seu número de campi de Institutos Federais. Até o ano de 2006, o estado contava com apenas duas unidades integradas à rede federal, sendo elas: os campi de Natal-Central e Mossoró. Esse processo de amplificação das escolas técnicas federais foi dividido em fases que contemplaram diferentes cidades do estado, foi a partir da II Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação que Pau dos Ferros recebeu sua unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

No ano de 2009 o campus Pau dos Ferros do IFRN foi inaugurado, ofertando o ensino médio na modalidade técnico-integrada, além de cursos de nível técnico e de graduação. A chegada do Instituto Federal, além de ampliar as possibilidades da população em relação ao ingresso no ensino superior, também tem desempenhado um papel fundamental, no que diz respeito à democratização do ensino secundário com formação técnica de qualidade, possibilitando aos alunos o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão desde o nível médio.

Figura 7: Campus do IFRN- Pau dos Ferros



Fonte: Wikipédia

Outro marco também recente, porém, fundamental para a educação pau-ferrense foi a implementação do campus da Universidade Federal Rural do Semi-árido, a UFERSA, cujo projeto fez parte do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a decisão da instalação data de 25 de outubro de 2007, e a inauguração da unidade se deu aos 18 de abril de 2012.

Figura 8: Campus da Universidade Federal Rural do Semi-árido de Pau dos Ferros



Fonte: Portal da UFERSA

Atualmente esse campus oferta sete cursos de bacharelado, sendo eles: ciência e tecnologia; arquitetura e urbanismo; tecnologia da informação; engenharia civil; engenharia de

computação; engenharia ambiental e sanitária; e engenharia de software. Chamo atenção em especial para o curso de arquitetura e urbanismo, pois esse departamento tem contribuído imensamente para a discussão acerca da preservação do patrimônio local, através do Grupo de Pesquisa Cidade, História e Memória, o qual vem desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado Memória do Sertão, cuja produção acadêmica sobre o patrimônio local vem colaborando para o enriquecimento dessa discussão no município, evidenciando a importância da preservação patrimonial e conseguindo ultrapassar o próprio âmbito acadêmico, através de sua militância.

2.0- PAU DOS FERROS E O PATRIMÔNIO: LUGARES, OLHARES E NARRATIVAS:

2.1- Um breve passeio: conhecendo a cidade e seus monumentos.

Ao percorrer esse breve apanhado histórico, observamos alguns elementos que caracterizam a identidade histórica e urbana de Pau dos Ferros, a partir dos quais buscaremos adentrar com mais clareza na problemática do patrimônio local. Em “Documento/Monumento”, o historiador francês Jacques Le Goff (2005) distingue os conceitos de documento e monumento e posteriormente fundamenta a ideia que intitula o texto, isto é:

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica. (LE GOFF, 2005, p 539)

Dessa forma, Le Goff (2005) argumenta sobre a necessidade do historiador de compreender os documentos como monumentos, fundindo assim, a ideia de um “documento/monumento”. Com base nesse fundamento legoffiano, entendemos as edificações que compõem o patrimônio material da cidade de Pau dos Ferros, enquanto documentos históricos que remontam à memória local. Para além disso, traçando um breve diálogo com as considerações de Vieira Filho (2002) de que a discussão a respeito da preservação patrimonial não deve estar limitada exclusivamente à relevância histórica e artística dos elementos, mas também, levando em consideração o ponto de vista da vida cotidiana e da memória dos cidadãos.

Com base nisso, ao pensarmos a presente realidade das edificações históricas de Pau dos Ferros, identificamos um alarmante processo de destruição e descaracterização desses bens, em meio ao crescimento da cidade e expansão do comércio local. Portanto, essa problemática, que não é exclusiva da cidade em questão e infelizmente se reproduz por todo o Brasil, vem se intensificando nas últimas décadas, de maneira que diversos monumentos significativos já se perderam, ao passo que as políticas de proteção ao patrimônio edificado do município ainda se mostram insuficientes.

Até o momento, apenas seis edificações compõem o quadro de bens tombados no município, das quais, cinco delas estão protegidas pela Lei municipal N° 1509/2015, e somente uma teve seu tombamento empreendido por um órgão estadual. A Lei 1509/2015 data de 21 de outubro de 2015 e foi o primeiro instrumento regulamentador do patrimônio municipal, com base nisso, é perceptível o quão recente é a política patrimonial de Pau dos Ferros, haja vista que até a mencionada data, o único bem tombado por lei era a Casa da Cultura Popular Joaquim

Correia, reconhecida como patrimônio do estado do Rio Grande do Norte pela Fundação José Augusto em 6 de setembro de 2006.

Assim, a partir do sancionamento da legislação supracitada, passaram a integrar o patrimônio municipal de Pau dos Ferros os seguintes monumentos: o Obelisco (Figura 9), marco comemorativo do centenário do município, inaugurado aos 17 de dezembro de 1956 e que está situado na Praça Cônego Manoel Freire Caminha, a chamada Praça da Matriz; o Prédio sede da Prefeitura de Pau dos Ferros (Figura 10), construído no ano de 1929, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 1323 no centro da cidade; o Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda (Figura 11), que será analisado com mais profundidade ainda neste capítulo; o Quartel da Polícia Militar de Pau dos Ferros (Figura 12), cuja criação data de 1938 e a inauguração se deu em 1941.

E por fim, a mesma lei também contempla a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia, que conforme já foi mencionado, está sob a proteção do estado do Rio Grande do Norte desde 2006, todavia, atualmente há uma espécie de disputa entre o estado e o município em relação à “guarda” desse monumento, algo que será discutido mais adiante, no terceiro capítulo.

Figura 9: Obelisco em 2012



Fonte: Google Street View

Figura 10: Prédio da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros



Fonte: Wikipedia

Figura 11: Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda



Fonte: Wikipédia

Figura 12: Quartel da Polícia Militar de Pau dos Ferros



Fonte: Wikipedia

Ademais, há também a Lei N° 1563/2016 que reconhece o Pavilhão Municipal (Figura 13) como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do município, todavia, essa normativa prevê somente o reconhecimento do prédio, enquanto patrimônio municipal, não dispondo de qualquer dispositivo que venha a garantir os cuidados em relação à sua estrutura física, de forma que em 2020, a então gestão do prefeito Leonardo Nunes Rêgo propôs uma reforma com a proposta de “modernizar” o Pavilhão, cujo projeto previa uma considerável descaracterização do monumento, essa reforma, entretanto não chegou a ocorrer, de maneira que o Pavilhão permanece até hoje conforme apresenta a figura 13.

Figura 13: Pavilhão Municipal



Fonte: Wikipedia

Diante disso, não há portanto a ideia de um “centro histórico” de Pau dos Ferros, o que existe para além dos monumentos supracitados são alguns prédios e casas que mantêm suas estruturas ou fachadas com as características originais, podemos citar como exemplo dessas construções que ainda resistem na paisagem da cidade, algumas das casas da Avenida Getúlio Vargas, localizada na região do centro e onde também está situada a sede da prefeitura. Além destas, algumas edificações antigas podiam ser observadas até pouco tempo atrás na Rua Praça da Matriz, que também está localizada no centro, no entanto, parte delas foram destruídas para dar lugar ao Plaza Shopping, galeria de lojas inaugurada no início do ano de 2019, ao passo que outras tiveram suas fachadas completamente descaracterizadas.

Um caso interessante que exemplifica bem o já mencionado processo de deterioração dessas construções históricas, é o do chamado “Castelo de Pau dos Ferros”, este episódio está descrito no livro “A cidade não para e a memória não perece: a preservação patrimonial e as transformações urbanas na contemporaneidade”, no qual Olimpio et. al (2020) discute alguns exemplos de monumentos pau-ferrenses que foram drasticamente modificados ou até mesmo demolidos nos últimos anos.

O “Castelo de Pau dos Ferros”, como costumava ser chamado, foi construído no ano de 1917 e se localiza na Rua Praça da Matriz, a edificação se destacava por sua fachada rica em detalhes que lhes garantia uma certa imponência em meio às demais construções do centro da cidade, características essas que se mantiveram preservadas até o ano de 2014, quando houve por parte dos órgãos públicos locais o interesse pelo tombamento do prédio, gerando um conflito entre o proprietário do imóvel e poder público, pois ao saber do intenção do município em tomar sua propriedade, o dono do prédio, que até aquele momento buscou preservar os traços originais da construção quase centenária, se viu “ameaçado” pelas entidades municipais e enxergou a proposta de tombamento como uma afronta ao seu direito à propriedade, optando assim pela destruição da fachada histórica, retirando da edificação a sua identidade arquitetônica e consequentemente o interesse por sua preservação.

Figura 14: Fachada do “Castelo de Pau dos Ferros”



Fonte: Google Street View

Figura 15: Fachada do Castelo totalmente descaracterizada em 2023



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Olimpio et al. (2020) chama atenção para a diversidade arquitetônica presente na malha urbana de Pau dos Ferros, destacando que diversos estilos de diferentes fases da arquitetura podem ser contemplados em algumas de suas edificações. Entretanto, do mais antigo ao mais moderno, poucos são os prédios que ainda resistem ao avanço empresarial e às intervenções em suas estruturas, mais recentemente, podemos citar ainda dois casos de edificações que se perderam em nome dos interesses do empresariado local. No início de 2021, o prédio que durante muito tempo abrigou a sede da Receita Federal em Pau dos Ferros, cuja construção se deu na década de 1950, foi completamente demolido para dar lugar a um estacionamento, o imóvel pertencia à União e foi a leilão no ano de 2020, e ao ser vendido o seu destino ficaria a critério do novo proprietário, o que, infelizmente, se traduziu em sua destruição pouco tempo depois.

Figura 16: Antigo prédio da Receita Federal



Fonte: Acervo pessoal de Victor Mendes

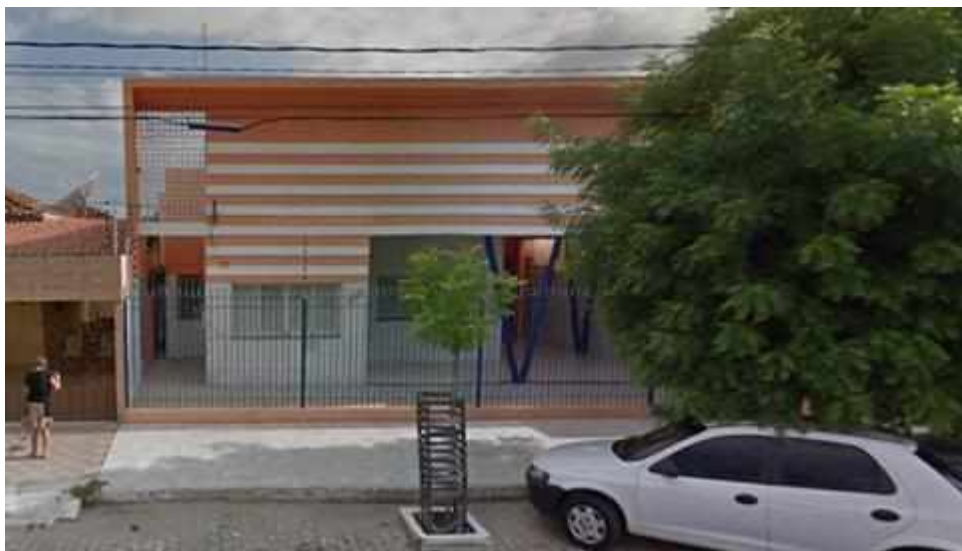
Figura 17: Estacionamento onde ficava o prédio da Receita Federal



Fonte: Acervo pessoal da autora

Outro exemplo ainda mais atual é o da chamada “moderninha da Getúlio Vargas”, uma casa que se destacava dentre as demais da avenida por seus traços geométricos que remetem a um estilo arquitetônico mais moderno, típicos do período em que foi construída, na década de 1960. No início do ano de 2022, a construção foi demolida para dar lugar à uma travessa de acesso ao estacionamento de um dos supermercados da cidade.

Figura 18: Moderninha da Avenida Getúlio Vargas em 2019



Fonte: Google Street View

Figura 19: Vial que dá acesso ao supermercado



Fonte: Google Street View

Os três casos mencionados acima evidenciam de diferentes formas as dificuldades que se impõem à preservação patrimonial em Pau dos Ferros, ao mesmo tempo que são sintomáticos da realidade comum do patrimônio no Brasil, demonstrando não só o desconhecimento por parte população de um modo geral a respeito da importância do instrumento do tombamento para a preservação do patrimônio, como também as limitações acerca da compreensão do valor histórico desses bens de maneira mais ampla, isto é, entender sua importância, enquanto documentos que guardam em sua materialidade uma parte da história daquele lugar, e das memórias de seu povo, algo que ultrapassa a noção mais simples de propriedade privada, haja vista que esse legado não pertence à uma única pessoa ou família.

Tendo em vista a realidade apresentada neste breve apanhado sobre o contexto em que se encontra o patrimônio pau-ferrense, a escolha pela Casa da Cultura Popular Joaquim Correia e pelo Mercado Público Antônio Soares de Holanda enquanto monumentos a serem estudados no presente trabalho não se deu por acaso. A princípio, pelo fato de ambos integrarem o limitado quadro de imóveis protegidos pelo instrumento do tombamento na cidade, mas para além disso, a opção por esses prédios também se deu por motivações ligadas ao fato de ambos serem extremamente significativos para a memória e para a construção da identidade urbana de Pau dos Ferros, tendo em vista que esses monumentos remetem às origens de duas atividades que atualmente se verificam como as principais responsáveis pelas movimentações socioeconômicas do município, sendo elas o comércio e a educação.

2.2- “Eu tenho pra vender, quem quer comprar?” - da feira livre às origens do mercado público.

Quem passa pela Rua Praça da Matriz, no Centro de Pau dos Ferros se depara com alguns poucos remanescentes das primeiras edificações que constituíram os primórdios da vida urbana pau-ferrense, conforme já foi apontado, muitas delas já se encontram completamente descaracterizadas, entretanto, dentre aquelas que ainda permanecem, duas se destacam de maneira particular em meio ao movimento do centro comercial, são elas: a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia e o Mercado Público Antônio Soares de Holanda, o qual será o foco das discussões que serão construídas do presente tópico em diante.

De acordo com Farias (2015), as origens habitacionais de Pau dos Ferros possuem um vínculo com o desenvolvimento das atividades comerciais, que primordialmente se remetem à criação da feira livre da cidade, e posteriormente, à construção do Mercado Público Municipal.

Segundo Barreto (1987), a feira livre de Pau dos Ferros foi instituída primeiramente no ano de 1859, entretanto, a princípio suas atividades não foram bem sucedidas, de maneira que somente por volta de 1868 a feira veio a se restabelecer no recém formado município de Pau dos Ferros, reunindo comerciantes locais e da região e trazendo novas dinâmicas e configurações socioeconômicas para o espaço urbano emergente.

As feiras livres compreendem um dos mais antigos espaços de troca e comercialização de produtos e as origens de sua prática são bastante remotas, haja vista que há registros dessa atividade desde a Antiguidade. Todavia, na Idade Média, para além de um espaço de desenvolvimento comercial, a feira também passa a ser associada às festividades e práticas religiosas, conforme apresenta Guimarães (2010).

As primeiras referências às feiras aparecem em meio ao comércio e às festividades religiosas. A própria palavra latina *feria*, que deu origem à portuguesa *feira*, significa dia santo, feriado. Esses eventos têm origem na Europa durante a Idade Média e tiveram papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial do século XIII. (GUIMARÃES, 2010)

Neste viés, é possível perceber que ainda em sua concepção na Idade Média, as feiras livres já se configuravam como um ambiente também de entretenimento e sociabilidade, de maneira que em meio às bancas e produtos, haviam apresentações de saltimbancos que divertiam o público em meio ao movimento das compras, portanto, as feiras livres irão assumir não só uma importância a partir de seu sentido econômico, mas também cultural. Guimarães assinala ainda que durante os períodos do ano destinados à realização das feiras as guerras e conflitos eram temporariamente interrompidos para que os comerciantes pudessem trabalhar com tranquilidade, um fato que reafirma o significado celebrativo que as feiras carregavam naquele contexto.

É importante salientar que geralmente as feiras se concentravam em localizações estratégicas que serviam como ponto de encontro das rotas comerciais, assim, a disseminação das feiras também se relaciona com o desenvolvimento econômico, urbano e demográfico das cidades onde se reuniam os comerciantes. No Brasil a popularização das feiras livres se dá a partir da colonização portuguesa e adquirirá características próprias, destacando-se a presença das quitandas ao ar livre, nas quais, mulheres negras denominadas “quitandeiras” comercializavam produtos populares.

Com base nisso, é possível perceber algumas permanências na prática das feiras livres no decorrer do tempo, considerando que, até os dias atuais, esses ambientes reúnem personagens e identidades que marcam aquele local, configurando assim, um espaço de socialização e trocas culturais. Dessa forma, mesmo em meio às transformações espaciais e econômicas, a feira permanece, reunindo um público que busca aquele espaço justamente por suas particularidades, isto é, a experiência de comprar um determinado produto em uma feira livre ou mercado público, se distingue bastante da experiência de adquirir o mesmo produto em um grande supermercado, por exemplo. Pois na feira o cliente tem a oportunidade de dialogar com comerciantes e produtores de diferentes localidades e explorar aspectos sensoriais que são característicos daquele espaço.

Além da função tipicamente comercial a feira concentra uma característica de elevada importância sócio-cultural: a de divulgadora da nossa cultura popular e tradicionalista mais autêntica ali representada pelas barracas vendedoras de romances de cordel, pela presença de poetas populares, violeiros cantadores de pejejas e desafios e muitas outras manifestações características desse gênero cultural. (BARRETO, 1987. p 126)

Nesse sentido, a feira livre de Pau dos Ferros, popularmente conhecida como “feira da pedra”, permanece em atividade até os dias de hoje, reunindo semanalmente, aos sábados², comerciantes, pequenos produtores, artesãos e consumidores de toda a região do Alto-Oeste Potiguar. Além da predominante venda de gêneros alimentícios, também é possível encontrar roupas, utensílios diversos, plantas medicinais e de ornamentação, artefatos de couro, entre outros. Com base no trecho de Barreto (1987), é válido destacar também, que a presença de artistas populares tradicionais como os repentistas ainda pode ser observada, eventualmente, no cotidiano da feira livre de Pau dos Ferros, algo que reafirma mais uma das permanências observadas na feira livre que por sua vez conferem autenticidade a este ambiente.

Assim, a feira livre de Pau dos Ferros carrega fortes vínculos com a trajetória do desenvolvimento urbano do município sob diversos aspectos, todavia, apesar das permanências já mencionadas, seu funcionamento também sofreu fortes modificações gradativamente, uma delas diz respeito ao local destinado à realização da feira livre, que inicialmente se concentrou em uma estrutura que posteriormente veio a originar o que seria o Mercado Público Municipal como hoje é conhecido, esse espaço aglutinava juntamente com as bancas o antigo açougue da cidade.

Entretanto, de acordo com Holanda (2011), a construção do chamado “barracão”, como era conhecido o Mercado Público, se deu em 1908, na gestão do prefeito João Escolástico, a partir de então, o açougue público passou a se concentrar em outro prédio que ficava nas imediações e o antigo barracão ficou destinado exclusivamente à realização da feira livre

O prefeito João Escolástico Bezerra construiu o atual barracão municipal, que ainda hoje conserva a sua originalidade. Retirou o açougue do anterior local, reformou um velho prédio pertencente à prefeitura, sede da antiga Intendência, localizado onde hoje é o Supermercado Progresso, de Antônio Maia. Nele, instalou de um lado o novo açougue e no outro colocou o motor da energia elétrica que foi inaugurada. O barracão municipal ficou exclusivamente para o movimento da feira. (HOLANDA, 2011. p 40)

² De acordo com Holanda (2011), inicialmente a feira ocorria aos domingos, entretanto, a partir da década de 1930, se instituiu que a feira passou a ocorrer aos sábados e assim permanece até os dias de hoje.

Figura 20: Tradicional Feira Livre de Pau dos Ferros em 2023



Fonte: Criado pela autora

Figura 21: Banca de frutas da feira livre de Pau dos Ferros



Fonte: Criado pela autora

Portanto, a estrutura do que hoje corresponde ao Mercado Público Municipal data da primeira década do século XX, e a partir de então, as principais atividades comerciais da cidade ficaram concentradas nesse espaço. De acordo Holanda (2011), havia uma certa variedade de produtos que eram comercializados no chamado barracão, com exceção da venda de carnes que ficou concentrada no açougue, as demais mercadorias, como frutas, verduras, cereais, utensílios de uso doméstico, roupas e etc. podiam ser encontradas no ambiente do Mercado Público.

O Mercado Público construído em 1908, de calçadas elevadas, era o centro comercial da cidade. Na sua área interna, descoberta e de piso de barro batido realizavam-se as feiras semanais, que aconteciam aos domingos. [...] Neste local, os feirantes colocavam seus caixões de cereais vendidos em cuias e litros de madeira, medidas de referência da época; as bancas de miçangas, de bolos, de café, de fritas provenientes das serras vizinhas, de bebidas alcoólicas, de sucos de frutas, de aliás, de gasosas, que eram os refrigerantes da época. Vendiam também artefatos de couro como: roupas, chapéus, malotes e objetos de montaria; utensílios de barro como: potes, moringas, panelas, tigelas etc. (HOLANDA, 2011. p 17)

Conforme o autor apresenta, a estrutura inicial do mercado não dispunha de uma cobertura e o piso era de terra batida, o que configurava um problema no tocante à higiene do local, no entanto, as fontes utilizadas no presente trabalho não fazem menção a respeito de quando foi instalado o teto e o piso de concreto na parte interna do prédio. Holanda (2011) apresenta ainda, outros aspectos gerais que marcavam o cotidiano da feira local na primeira metade do século passado, destacando a presença das bancas de jogos em meio ao movimento da feira livre e que serviam como divertimento para os frequentadores, o que reafirma o sentido da feira enquanto ambiente de lazer e sociabilidade.

Naquela época nossa feira era pequena, mas já se destacava como a maior da região. [...] Os feirantes colocavam suas bancas de miçangas, como eram chamadas as mercadorias diversas e de pequeno porte, as bancas de jogos de roletas, de dados, de cartas de baralho, que os banqueiros com a habilidade dos seus truques enganavam as pessoas que participavam do jogo. (HOLANDA, 2011. p 40)

Assim, é possível perceber a importância da feira livre e conseqüentemente do Mercado Público Municipal para o desenvolvimento socioeconômico do município de Pau dos Ferros, haja vista que desde os primórdios, as atividades comerciais já representavam um aspecto característico da dinâmica urbana da cidade emergente, reunindo produtores e comerciantes de diversas cidades da região, algo que permanece até a contemporaneidade. Atualmente, a feira livre de Pau dos Ferros é a maior da região do Alto Oeste Potiguar, fato que é reforçado por Holanda (2011) em alguns momentos de sua narrativa.

Com o passar dos anos a feira foi crescendo e se estendendo pelas ruas laterais do Mercado, Rua Pedro Velho e adjacências, em direção ao novo açougue municipal, construído na primeira gestão do Prefeito José Fernandes de Melo, onde já se realizavam as feiras de verduras e frutas no calçadão em frente ao mesmo construído

pelo prefeito Pedro Diógenes, e as bancas dos verdureiros por mim na primeira gestão. Atualmente nossa feira ocupa várias ruas da cidade, com grande variedade de produtos, uma movimentação comercial intensa, centro importante de negócios, vendas e trocas, podendo ser considerada como a maior feira livre da zona oeste do nosso Estado. (HOLANDA, 2011, p 41-42)

Portanto, à medida que o movimento comercial da feira livre foi aumentando, as dependências do Mercado, por si só, já não eram mais capazes de comportar o grande número de bancas e feirantes, o que fez com que esses comerciantes passassem a ocupar as imediações do prédio, no entanto, mesmo com essa expansão para outros espaços, ainda haviam feirantes que permaneciam no interior do Mercado, especialmente os vendedores do ramo de vestuário e confecções, ademais, estabelecimentos como restaurantes e lanchonetes também faziam parte da dinâmica comercial do Mercado Público, no decorrer do século passado e até o início dos anos 2000.

Atualmente, a feira segue ocupando diversas ruas do centro comercial de Pau dos Ferros, entretanto, o espaço do Mercado Municipal já não participa mais dessa dinâmica e mantém um movimento bastante restrito em relação ao que se verificava quando os comerciantes se utilizavam de seu espaço interno.

2.3- O mercado público e o cotidiano da cidade.

Os mercados públicos constituem uma forma espacial bastante característica das cidades brasileiras, assim como as próprias feiras livres, embora esses espaços estejam comumente interligados e compartilhem das mesmas finalidades, como é possível observar no caso de Pau dos Ferros, é necessário frisar que a feira e o mercado se distinguem principalmente no que diz respeito à sua estrutura e funcionamento, conforme afirmam Brandão e Lucena Filho (2012), os mercados públicos compreendem uma estrutura física fixa e seu funcionamento costuma ocorrer de maneira regular durante toda a semana, ao passo que as feiras livres nem sempre se limitam à uma estrutura física fixa e costumam ocorrer em dias da semana específicos.

No Brasil, existe uma enorme gama de variações entre feiras e mercados. Suas características, de um modo geral, são a priori tão parecidas, que dificilmente consegue-se distinguir esses dois meios de aquisição de gêneros, pois eles se modificam e se adequam à realidade de cada região, de acordo com a necessidade de seus frequentadores. No Nordeste, por exemplo, os mercados funcionam usualmente em lugares cobertos, na maioria das vezes em prédios antigos, que são administrados pelo município e tendem a funcionar diariamente. Já as feiras, acontecem em dias específicos, geralmente aos sábados em lugares abertos, como ruas ou praças, frequentemente próximas ao mercado e oferecem uma maior quantidade de produtos para serem comercializados. (BRANDÃO E LUCENA FILHO, 2012. p 5-6)

Indo mais a fundo, Pintaudi (2006) analisa o mercado público enquanto forma espacial que permanece no cotidiano das cidades, mediante suas metamorfoses. Nesse sentido, a autora afirma que a permanência desses locais, na condição de lugares de abastecimento, passa a ser questionada, à medida que rupturas se observam na própria sociedade, isto é, quando surgem novos espaços de trocas comerciais e abastecimento, que se pretendem mais modernos, a continuidade dos mercados públicos se dá conforme as ressignificações atribuídas à estas formas espaciais.

O questionamento dessa forma emerge, justamente quando ela passa a se desfazer, quando ela chega aos limites de sua existência enquanto forma (incluída sua estrutura e função) reconhecida e apropriada socialmente para a reprodução da sociedade. Quando esse costume sofre uma ruptura com a presença de outras formas de abastecimento, mais modernas, surgem como possibilidades a metamorfose do mercado público, que passa a ser apropriado como lugar “tradicional”, onde se pretende produzir uma “identidade” para a sociedade, ou então o desaparecimento dessa forma da paisagem urbana e, conseqüentemente, do imaginário. (PINTAUDI, 2006. p 81)

Diante disso, ao analisar o caso do Mercado Público Antônio Soares de Holanda é possível perceber que este monumento se transformou no decorrer dos anos, tanto no que diz respeito à sua estrutura física, quanto às suas atribuições funcionais, portanto, essas transformações correspondem às metamorfoses mencionadas por Pintaudi (2006). A mesma autora afirma que as formas espaciais precisam, inevitavelmente, resistir às ações do tempo, assumindo assim novos significados. Portanto, a permanência dos mercados públicos no cenário urbano das cidades, em meio ao surgimento de novos espaços de compra e venda de produtos, passa por essa necessidade de ressignificação, como também de enraizamento desses locais em relação às cidades e seus habitantes.

Para existir no tempo, uma forma precisa, necessariamente, resistir, ter sentido, se transformar ao mesmo tempo em que cria raízes. Como reconhecer então os mercados públicos no presente e as possibilidades de seu devir enquanto espaço de trocas, no mundo de hoje, quando vivemos uma privação geral de sentido que se constituiria na única possibilidade de continuar criando raízes? (PINTAUDI, 2006. p 83)

Nesse sentido, tendo em vista o vínculo do mercado público com as origens mais primárias das atividades comerciais do local onde ele se encontra, sua permanência muitas vezes se dá por meio da difusão de um discurso que coloca o mercado como um espaço "tradicional", conforme afirma Pintaudi (2006).

O espaço do mercado público vem tratando de lançar mão do que é “tradicional” para permanecer. Conforme já explicou Hobsbawm (1997, p. 9-23), tradição é coisa recente, quando não é inventada. [...] Os mercados públicos, formas ainda presentes na paisagem urbana, estão procurando gerar uma imagem de ‘tradição’ (onde os novos fregueses podem simular um comportamento ‘tradicional’). Nesse local, que poderia

ser considerado desprovido do conforto moderno oferecido por outros empreendimentos de comércio de alimentos, o ato de comprar e vender os produtos da terra faz com que as pessoas ‘se sintam’ mais próximas a ela e busquem identificação com o lugar, já que ele permanece naquele sítio há algum tempo. (PINTAUDI, 2006. p 98)

Dessa forma, essa identificação dos mercados públicos, enquanto espaços “tradicionais” de comercialização nas cidades, levando em consideração que estes reúnem em suas dinâmicas alguns dos aspectos culturais que compõem o cotidiano daquele lugar, através das mercadorias locais, do artesanato, da culinária e etc. Assim, cabe destacar que os mercados públicos carregam também um potencial turístico, considerando as suas raízes históricas e o inevitável vínculo com a vida social de um determinado local a partir das trocas comerciais, algo que será destacado por Brandão e Lucena Filho (2012) ao analisarem o Mercado Público Central de João Pessoa a partir do seu potencial, enquanto ponto turístico.

Assim, os mercados populares se apresentam como potencial turístico no tocante a reunião de vários aspectos culturais que dão ao visitante, a possibilidade de conhecer a cultura local de forma presencial, vivenciando a singularidade de cada aspecto. Nesse ponto, a gastronomia se apresenta como marca da identidade local a partir da representação e da degustação dos sabores e cheiros da região. (BRANDÃO E LUCENA FILHO, 2012, p 1-2)

Portanto, os mercados públicos compreendem formas espaciais que podem abrigar diversos aspectos culturais do local em que se situam e portanto proporcionar para moradores e visitantes a experiência de vivenciar as particularidades socioculturais daquela localidade, através da sociabilidade, das mercadorias da terra e até mesmo da culinária, neste sentido, é imprescindível mencionar o valor histórico e memorialístico desses espaços, considerando os inúmeros fatores que atestam o vínculo do mercado com a própria identidade da população de um determinado lugar.

Entretanto, apesar de possuir esse potencial enquanto atrativo turístico, ou mesmo por possuírem muitas vezes um valor enquanto documento/monumento histórico, nem sempre esses espaços, que geralmente são administrados pelo poder municipal, recebem a devida manutenção e suas estruturas acabam por perecer e caem no esquecimento, ao passo que outros espaços comerciais mais modernos emergem no tecido urbano, a nível de exemplo, Brandão e Lucena Filho (2012) abordam o caso do Mercado Central de João Pessoa e destacam a necessidade de evidenciar esse espaço como atrativo turístico da capital paraibana.

Desse modo, o Mercado Público Central de João Pessoa se caracteriza como foco de estudo, pois, mesmo apresentando hoje as características necessárias para se tornar um grande atrativo turístico da cidade, ainda não possui a representatividade que deveria ter como produto turístico, por falta de um maior investimento no local no aspecto financeiro e humano. (BRANDÃO E LUCENA FILHO, 2012. p 2)

Diante disso, e retomando o conceito de documento/monumento de Jacques Le Goff (2005), ao observar o caso específico do Mercado Municipal Antônio Soares de Holanda, é possível inferir que tal edificação compreende um verdadeiro documento da história da atividade comercial de Pau dos Ferros, e por conseguinte, da região do chamado Alto Oeste Potiguar. Haja vista que esse espaço reuniu os primeiros comerciantes do município e se tornou predominante para o desenvolvimento dessa atividade durante muito tempo. Nesse sentido, é essencial destacar sua característica de lugar de memória, como também discutir as transformações que compõem a trajetória desse patrimônio ao longo dos anos.

2.4- Lugar e memória- analisando o Mercado Público de Pau dos Ferros:

Mediante as colocações anteriores, é notório que a história do Mercado Público de Pau dos Ferros, em certa medida, se confunde com a própria história da cidade, considerando a importância da atividade comercial para o desenvolvimento do município desde os primórdios da sua história.

Pensando nisso, ao compreender o mercado público como um documento/monumento que permanece inserido no cotidiano da cidade de Pau dos Ferros, e que, portanto, está vulnerável às ações do tempo, tanto no que diz respeito à sua estrutura física, quanto aos significados e atribuições destinados a este espaço. Nesse sentido, é possível traçar um diálogo com a ideia de “lugar de memória” apresentada por Paul Ricœur (2010), refletindo em que medida o Mercado Municipal Antônio Soares de Holanda pode ser percebido desta forma pela população local.

O fenômeno dos chamados “lugares de memória” é caracterizado por Paul Ricœur (2010) e se refere à íntima relação que se estabelece entre as memórias e os lugares aos quais estas estão associados, ou seja, o ato de rememorar, quase sempre, se faz com base na referência ao “onde” ocorreu. Nesse sentido, os lugares possuem essa capacidade de reconectar as pessoas com as suas memórias, através da materialidade do espaço.

Assim, ao pensar no caso do Mercado Municipal Antônio Soares de Holanda, em Pau dos Ferros, é possível afirmar que este espaço acompanhou o desenvolvimento urbano do município desde os primórdios de sua história, estando sempre presente no cotidiano popular da cidade, enquanto espaço de trocas comerciais, como também, de sociabilidade. Diante disso, é possível afirmar que este ambiente tão familiar à vida cotidiana dos pau-ferrenses e dos demais moradores da região, que costumam frequentar a cidade, se faz presente em diversas memórias, tanto daqueles que vieram naquele espaço o seu ambiente de trabalho, quanto do

público em geral que vivenciava o mercado como local de aquisição de bens de consumo, de socialização, e por que não dizê-lo, de lazer.

O projeto “Retratos Falados” desenvolvido por pesquisadores do curso de arquitetura do campus Pau dos Ferros da Universidade Federal do Semi Árido, a UFERSA, reuniu alguns depoimentos de moradores da zona rural do município, nos quais os entrevistados compartilham suas experiências e memórias com a cidade e seus monumentos, explorando principalmente o ponto de vista pessoal desses indivíduos e sua relação com os espaços. Em um desses relatos, o entrevistado comentou brevemente a respeito das suas memórias em relação ao espaço do Mercado Público de Pau dos Ferros, local frequentado por ele tanto para comercializar, quanto para adquirir produtos, não há, entretanto, especificação do período relatado.

Em outro momento da entrevista, o casal comenta que para comprar os alimentos necessários para eles e seus filhos, era preciso fazer carvão, que seria posteriormente levado por eles até a cidade e vendido no Mercado Público de Pau dos Ferros. Com o dinheiro do produto feito por eles, compravam os itens necessários no mesmo local. [...] Quando perguntados sobre a estrutura do ambiente, Seu Dudu relembra: “era do mesmo jeito... vendia roupa, ferramenta, sandália, comida... mesmo jeito de hoje [...] no salão era os forró, dia de sábado, as festas era tudo ali.” E complementa “quando eu vim morar na maternidade foi feito um clube, que hoje é a praça do ‘N’, ali tinha um clube... construíram um clube ali e as festas era lá.” (ÂNGELO et.al. 2020. p 9)

Chama-se atenção para dois fatos destacados pelo entrevistado em questão, primeiramente, a ênfase na diversidade comercial que se verificava no mercado público, reforçando a centralidade deste ambiente na dinâmica comercial de Pau dos Ferros por boa parte do século XX. Ademais, também se menciona sobre a utilização das dependências do mercado, mais especificamente do salão interno, para eventos de lazer como festas, nas palavras do próprio sujeito “os forró” de sua época.

Essa informação revela uma característica do Mercado Público como um ambiente multifacetado e que possuía mais de uma função para o usufruto da população, ou seja, servia tanto como espaço de comércio, quanto de lazer.

Antigamente tinha o nome de barracão, né, é, ele funcionava como funciona, até hoje, os dias atuais como funciona. o mercado público em algumas cidades provincianas aqui da nossa região que é como um teatro, como uma casa de shows, né, então, eu não, não acompanhei essa época, ainda, apesar de também já ter ido a eventos lá dentro do mercado público, mas foram coisas muito pontuais, e também acontece de maneira muito, muito isolada ainda. Mas, por exemplo, meus pais, minha-meus avós contam de muitas festas que foram no, entre aspas, barracão, né. (Entrevistado 1. Nov, 2022)

Todavia, algumas das fontes consultadas afirmaram não recordar dessa característica do mercado enquanto de espaço lazer, e declararam que esse ambiente era destinado

exclusivamente para o comércio, pois as festas e eventos realizados em Pau dos Ferros ocorriam principalmente nos clubes da cidade.

“Eu não lembro desse tempo não, eu lembro que tinha em Alexandria, as festas no Mercado Público, era onde acontecia carnaval, agora em Pau dos Ferros eu não lembro. [...] Porque Pau dos Ferros tinha clubes, O CCP, o Clube Centenário Pau-ferrense, a AABB.” (Entrevistado 3. Mar, 2023)

Entretanto, esse pequeno conflito de informações leva a crer que o costume de realizar festas e eventos dentro do mercado tenha sido comum até o momento que a cidade passou a dispor de novos ambientes que assumiram essa função de reunir a população em momentos de lazer, tais como o próprio Clube Centenário Pau-ferrense (CCP), o clube da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), dentre outros espaços semelhantes que também passaram a ser tradicionalmente frequentados pela população pau-ferrense.

Ademais, mediante o trecho retirado da entrevista, é possível notar que embora esse traço de espaço de lazer não fosse tão característico do mercado público de Pau dos Ferros, em outras cidades circunvizinhas essa característica podia ser observada em seus próprios mercados públicos. A cidade de Alexandria-RN é mencionada em relação aos tradicionais carnavais que ocorriam neste ambiente, mas também é possível citar outra atividade de lazer que ocorria nos mercados públicos de outras cidades, sendo ela a exibição de filmes na forma de cinemas itinerantes. Portanto, cabe afirmar que nas cidades que não dispunham de outras estruturas que comportassem reuniões e festas, esses eventos muitas vezes ocorriam no interior dos salões de seus mercados públicos.

O cinema de Pau dos Ferros não era no mercado. [...] Existia o local onde era o cinema, onde hoje é o mercado Pague Menos, aí depois que fecharam, aí passava o filme dentro do mercado, mas não em Pau dos Ferros, eles iam pras cidadezinhas de interior. (Entrevistado 3. Mar, 2023)

Nesse sentido, é possível perceber a característica de centralidade do mercado público de Pau dos Ferros no que diz respeito ao desenvolvimento de sua dinâmica comercial ao longo do século XX, de maneira que esse espaço acompanha o crescimento da cidade e se transforma juntamente com ela, modificando-se tanto em termos de estrutura física, quanto em relação às suas funcionalidades. Pensando nisso, é importante destacar como o mercado público municipal foi ocupado comercialmente no decorrer dos anos, quais eram os principais bens de consumo que estavam concentrados neste local e como os mercadores ali se organizavam cotidianamente.

Conforme já foi apontado anteriormente, as primeiras atividades comerciais do mercado público de Pau dos Ferros estão associadas à própria origem da feira local, dessa forma, a diversidade de produtos que ali podiam ser encontrados englobava também os gêneros alimentícios que eram produzidos por agricultores de toda a região, entretanto, ao passo que o

movimento da feira cresceu, sua organização e distribuição das bancas precisou se adaptar. De acordo com Holanda (2011), é possível inferir que por volta da década de 1970, as bancas de frutas e verduras passaram a se organizar no espaço que hoje ela ocupa, isto é, percorrendo algumas das ruas que correspondem às imediações do Açougue Público.

Assim, o comércio do mercado público passou a abrigar, de maneira geral, uma diversidade de bens de consumo que não necessariamente eram provenientes do setor primário, dentre os diversos tipos de mercadorias que ali podiam ser encontradas, é possível destacar o comércio de roupas e confecções, vale mencionar que esse movimento comercial de bancas no interior do mercado ocorria durante toda a semana e não somente nos dias de feira-livre, embora nesses dias houvesse uma intensificação na movimentação de comerciantes e fregueses.

É porque assim, existia aquele espaço, uma vaga no meio, que as pessoas montavam as bancas e as bancas eram fixas, eram caixões, né, como se fosse uma mesa, umas gavetas que era pra guardar a roupa, a mercadoria, e tinha, que não era coberto, mas tinha pra expor as roupas... colocar em cabide, aí nas laterais que eu acho que tem até hoje tinha lojas fixas e nessas lojas fixas existia lanches. [...] Lá sempre foi um mercado grande, bom, porque feira mesmo era no sábado, mas aquelas cidade, aquelas cidade próxima era tudo lá, todo dia vinha as banca, vinham fazer compra lá em Pau dos Ferros, aquelas cidade, Encanto, Francisco do Oeste, Francisco Dantas, Itaiú, vinham tudo pra lá. (Entrevistado 3. Mar, 2023)

Mediante o que é exposto na fala da entrevistada, verifica-se que havia um movimento intenso de mercadorias e pessoas advindas de diversas cidades da região, algo que ainda se observa nos dias de hoje no cotidiano comercial de Pau dos Ferros. Percebe-se também que a entrevistada, que trabalhou como feirante entre a década de 1970 até meados da década de 1990, a ênfase na importância regional que o mercado público de pau-ferresse possuía neste período, ao fazer uso de expressões como “grande” e “bom”. Também se observa no depoimento, algumas características das bancas que ficavam na parte interna do mercado e a menção às lojas fixas que contornam a estrutura do prédio e existem até os dias de hoje.

Assim, a ex-feirante também comentou brevemente a respeito dos trâmites legais que garantiam aos vendedores o direito de comercializar naquele espaço, assim, mesmo os feirantes que não possuíam as lojas físicas de alvenaria, precisavam pagar uma certa quantidade à prefeitura para poder montar sua própria banca no interior do mercado. Esse dado revela a existência de mecanismos burocráticos que organizavam o comércio no interior do mercado, demonstrando que nem todos podiam comercializar naquele espaço, a menos que tivessem a devida regularização.

Você comprava, você pagava uma quantidade pra ter direito aquele espaço, pagava um imposto, e depois se você quisesse você vendia. Quando ela saiu, o direito era fixo, se eu trabalhasse lá aquele local era meu e era, é... respeitado, então quando eu

desisti de trabalhar; eu não continuei trabalhando aí então repassava pra outra pessoa e vendia. (Entrevistado 4. Mar; 2023)

Entretanto, no final da década de 1990, os feirantes não puderam mais se acomodar no espaço interno do mercado com suas bancas, algo que foi relatado pela entrevistada, mas sem muitos detalhes sobre como se deu esse período de transição, haja vista que, antes disso, ela já havia encerrado suas atividades como comerciante, portanto, não se sabe como esse processo foi recebido pelos vendedores, ou mesmo, de que maneira estes foram realocados. Ademais, em seu discurso, a ex-comerciante ressalta a boa convivência existente entre os feirantes que ali trabalhavam diariamente, ressaltando a característica de cumplicidade que havia naquele ambiente: *“Era muito bom, a gente era... aquele povo do mercado era como irmão! Era uma amizade grande, até hoje os que tão vivo a gente tem uma amizade grande!” (Entrevistado 3. Mar; 2023)*

Assim, já no começo dos anos 2000, novas dinâmicas comerciais se estabeleceram no mercado público, mediante a retirada dos feirantes da área do pátio interno, de maneira que as atividades comerciais ficaram mais restritas às lojas fixas que até hoje existem. Diante disso, a movimentação no interior do pátio interno passou a ser bem mais limitada em relação ao que se verificava anteriormente.

Além disso, cabe salientar que devido ao próprio desenvolvimento comercial da cidade que se expandiu consideravelmente nesse período, o antigo barracão que por tanto tempo representou o grande ponto de compras e vendas da cidade, passou a integrar um centro comercial com uma variedade de lojas, assim, o comércio pau-ferrense, atividade tão importante para o desenvolvimento do município, já não se concentrava mais de maneira majoritária em um único local, o que contribuiu para que o mercado público, gradativamente, perdesse a sua notoriedade enquanto centro comercial, a medida que sua estrutura física também se fragilizava mediante a própria ação do tempo.

Figura 22: Mercado Público Antônio Soares de Holanda em 2010



Fonte: Disponível em: <<http://franciscoguiacm.blogspot.com/2014/08/mercado-publico-da-cidade-de-pau-dos.html>> Acesso em: 25 Mai 2023

Figura 23: Parte interna do mercado em 2013



Fonte: Acervo pessoal de Victor Mendes

Figura 24: Lojas de alvenaria vistas por dentro do mercado



Fonte: Acervo pessoal de Victor Mendes

Figura 25: Visão da parte interna do prédio



Fonte: Acervo pessoal de Victor Mendes

2.5- Entre o antigo e o moderno: a controversa reforma do Mercado Público Municipal:

Conforme foi brevemente apresentado no tópico anterior, as décadas finais do século XX e o início do século XXI representaram um momento de apagamento do Mercado Público Antônio Soares de Holanda no cenário comercial da cidade de Pau dos Ferros, a medida que a cidade se expandia e novas lojas surgiam, o antigo prédio passou gradativamente por um processo de *esquecimento* que se refletiu, inclusive, na manutenção de sua estrutura física.

Na Figura 22 é perceptível o desgaste da fachada do prédio, na qual pode-se observar rachaduras e um certo desgaste da pintura e do reboco. Ademais, as Figuras 23, 24 e 25 datam do ano de 2013 e denunciam a fragilidade da estrutura interna do ambiente, é possível verificar a presença de mofo e rachaduras nas paredes, desgaste da pintura, além do ressecamento da madeira das portas e janelas das lojas.

Ao pensar na ideia de *esquecimento*, de acordo com Paul Ricœur (2010), compreende-se o esquecimento como um fenômeno amplo e que, portanto, se projeta em diferentes modalidades. Ao tratar do esquecimento a memória impedida, Ricœur (2010), afirma que: “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória” (RICOEUR, 2010, p 452). Dessa forma, o próprio fenômeno do esquecimento não está restrito à incapacidade de lembrar, traçando um diálogo com a psicanálise de Freud, Ricœur traz que aquilo que nossa memória não acessa, não necessariamente deixa de existir, podendo então se manifestar de outras formas, ou ainda, vir à tona em um determinado momento.

Nesse sentido, nem todo esquecimento é necessariamente voluntário, no entanto, ao trabalhar com a ideia de “memória manipulada”, Ricœur chama atenção para outra face do esquecimento, a qual está ligada justamente ao caráter ideológico que reside naquilo que se escolhe lembrar.

Tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos da memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performaticamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão afetiva. (RICOEUR, 2010, p 455)

Portanto, tendo em vista o caráter mediador da narrativa, aquilo que se escolhe narrar, também compreende ao que se escolhe lembrar, dessa forma, aquilo que é narrado, torna-se portanto, evidenciado, e ganha espaço na memória individual e coletiva. Ao passo que aquilo que não se narra, ou ainda, aquilo que não se preserva, pensando na questão do próprio patrimônio edificado, tende a cair no esquecimento, mediante à impossibilidade de acesso àquela memória.

Nesse sentido, ao atribuir o fenômeno do esquecimento ao Mercado Público Antônio Soares de Holanda, infere-se que esse estabelecimento por muito tempo não era reconhecido por seu valor histórico, enquanto documento vivo da trajetória do município de Pau dos Ferros. A própria inexistência do instrumento do tombamento desse monumento, até o ano de 2016, evidencia um certo descaso, por parte do poder público em assegurar a preservação deste edifício, mediante a sua importância enquanto patrimônio histórico edificado da cidade, algo que quase levou o prédio à sua total descaracterização.

À medida que a cidade crescia e ganhava novos ares e estabelecimentos comerciais, o antigo mercado passou a abrigar, principalmente, as lojas dos comerciantes ditos mais tradicionais da cidade, sua área interna permaneceu cada vez mais ociosa, e sua estrutura foi se deteriorando com o tempo. Dessa forma, o mercado público passou a carregar uma certa atmosfera de antiguidade, como algo que perece na paisagem urbana e se distingue do restante do espaço, de maneira que surge então a necessidade de "modernizá-lo", pois um estabelecimento comercial localizado no coração da cidade não poderia permanecer em situação tão precária. Assim, de acordo com Olimpio et.al (2020), no ano 2014 iniciaram-se as obras da reforma que visava a renovação do espaço do mercado público, através de uma parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e o Ministério das Cidades.

O primeiro exemplo da análise é o do Mercado Municipal da cidade de Pau dos Ferros, construído no ano de 1868 (FARIAS, 2015). Segundo pesquisa realizada por Farias (2015), o mercado mantinha as mesmas características arquitetônicas de sua construção. No entanto, no ano de 2014, firmou-se uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Ministério das Cidades e, assim, iniciaram-se as obras de reforma, ampliação e modernização do mercado. Elas contemplaram a reforma interna, a modernização da fachada e a ampliação das calçadas e de um pátio (praça) para barracas. (OLIMPIO et.al, 2020, p 237)

Nota-se que aqui se utiliza o termo “reforma” e não “restauração”, o que também denuncia a ausência de um tratamento da edificação enquanto bem histórico. Dessa maneira, o projeto da reforma previa as reestruturações destacadas no trecho acima, mediante a total descaracterização dos seus traços originais. Além disso, a obra também contemplava intervenções na própria estrutura do prédio, retirando por completo as características do tempo em que foi construído. Na Figura 26 é possível observar a proposta inicial da reforma que pretendia o total remodelamento do imóvel, Olimpio et.al (2020) destaca ainda que este projeto desvinculava o prédio das características de sua localidade, substituindo-as por uma arquitetura muito próxima à dos *outlets* americanos.

Dentre esses elementos, ressalta-se a proposta de intervenção na edificação propriamente dita. Inicialmente, foi elaborado um projeto que descaracterizava por completo a edificação, com perda total dos elementos arquitetônicos que a caracterizavam como uma edificação de um outro tempo histórico. [...] A proposta, além de descaracterizar a edificação, sobressai-se do seu conjunto arquitetônico, representando uma arquitetura totalmente desvinculada do contexto local, dita “internacional”, que lembra os famosos “outlets” norte-americanos. (OLÍMPIO et.al. 2020. p 238-239)

Figura 26: Projeto inicial da reforma do Mercado Público



Fonte: (OLÍMPIO et. al. 2020, p 239)

Entretanto, Olimpio et al. (2020) acrescenta que a intervenção prevista inicialmente pelo projeto não pôde ser executada, pois a Caixa Econômica Federal, entidade responsável pelo repasse da verba, não autorizou o financiamento da obra mediante o que vinha sendo proposto, justificando que devido ao seu valor histórico, a obra não poderia ser descaracterizada daquela maneira. Diante disso, o projeto precisou ser reformulado, de maneira que não houvesse alterações tão severas no desenho original do prédio, assim, uma nova proposta foi apresentada, a qual pode ser observada a seguir na Figura 27.

Figura 27: Proposta reformulada de intervenção no Mercado Público.

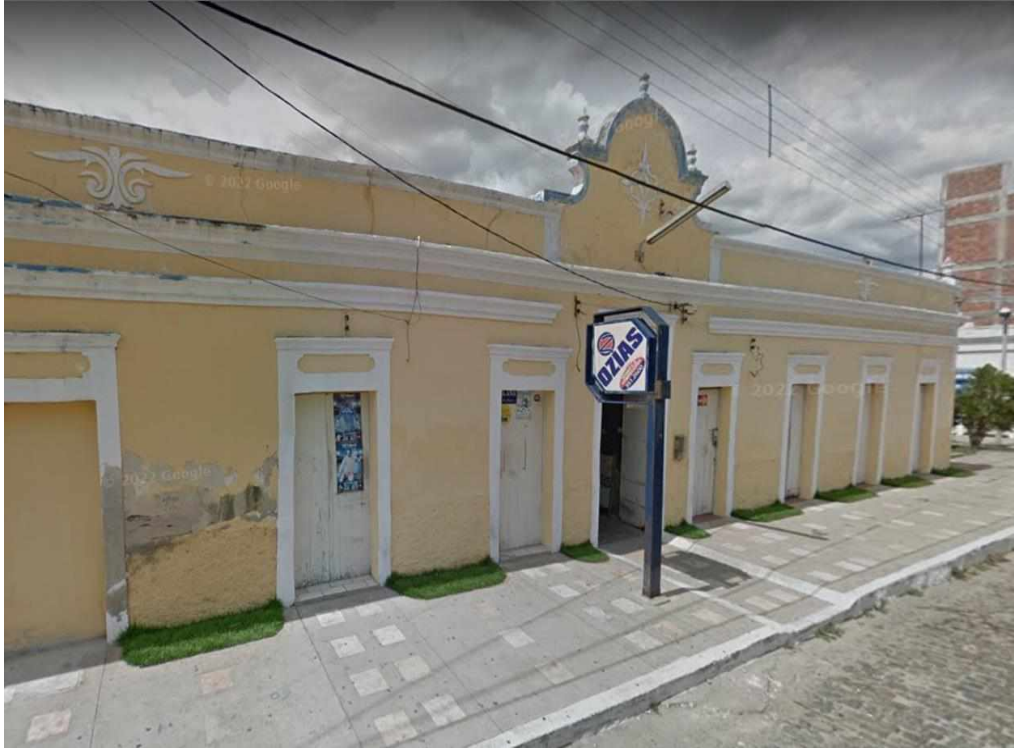


Fonte: (OLÍMPIO et. al. 2020, p 240)

A nova proposta ainda previa alterações significativas nas partes interna e externa do prédio, todavia, preservando a caixa mural do prédio, de maneira que a fachada em si ainda conserva suas principais características originais, no entanto, a parte interna da edificação foi inteiramente demolida e descaracterizada. As falas do entrevistado destacadas abaixo revelam o seu descontentamento com as intervenções realizadas na parte interna do prédio, nas quais ele enfatiza que as modificações realizadas neste espaço distanciaram a construção não somente de sua identidade visual original, como também, da sua identificação com o espaço ao qual o monumento pertence, isto é, dos traços arquitetônicos característico das antigas construções locais.

Então, não houve muita intervenção no que se trata do prédio histórico, mas a casa... é, perdão... o mercado público, a fachada né, você tem uma intervenção que ainda consegue identificar alguns dos traços originais, mas dentro, infelizmente, é... foi um crime né o que foi feito, porque foi demolido o salão central onde ocorriam as festas culturais, paroquiais, as festas das comunidades, né, serestas, enfim, todo o movimento social da cidade era dentro do mercado, lá nessa parte do grande salão e ele, no entanto, foi demolido. [...] Na parte das lojas, de dentro, umas fachadas lindas, né, umas fachadas com uma arquitetura muito bonita de um estilo, não sei se vou dizer um estilo correto, porque eu não conheço muito, mas um estilo é... colonial, de casas mesmo... sertanejas, então isso trazia uma identificação maior com o povo, né, com a cidade em si e no entanto foi demolido. Se você entra hoje no mercado público, quando está aberto, né, você vê ali aquela coisa lisa, aquela parede de hospital, branca, sem nenhuma identificação com o espaço. (Entrevistado 2. Nov, 2022)

Figura 28: Visão de parte da fachada do Mercado Público em 2012



Fonte: Google Street View

Figura 29: Parte da fachada do Mercado Público em 2023



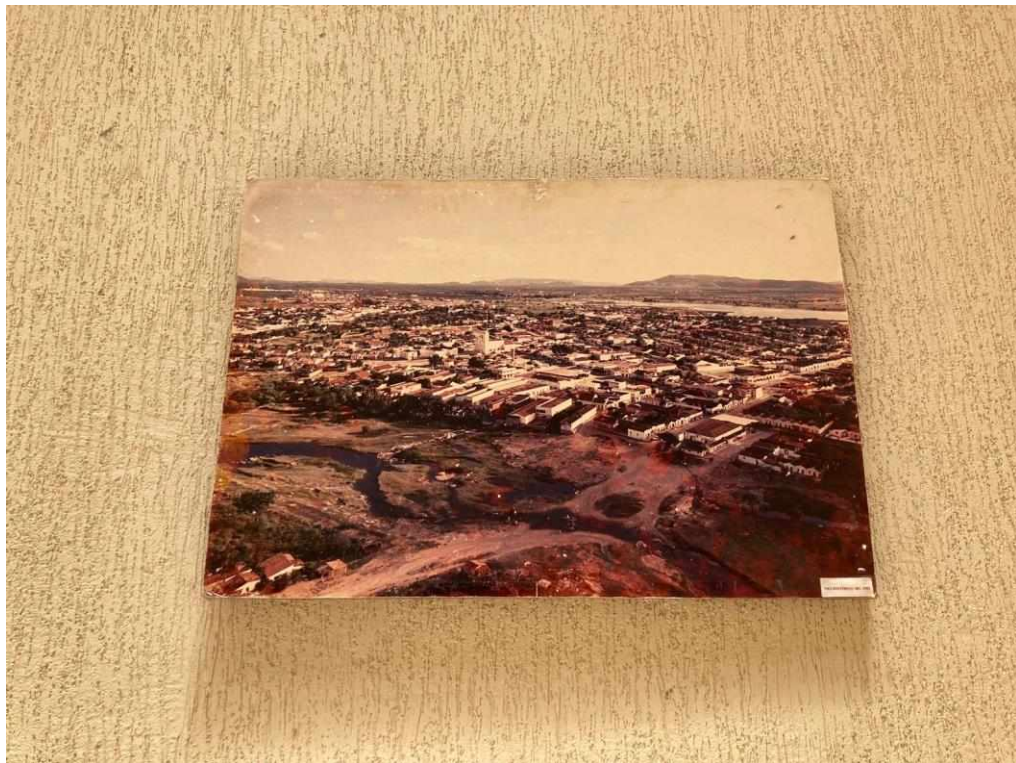
Fonte: Criada pela autora

Figura 30: Parte interna do Mercado Público, 2022



Fonte: Criada pela autora

Figura 31: Fotografia de Pau dos Ferros em 1990 exposta em uma das paredes do Mercado Público, 2022.



Fonte: Criada pela autora

Nesse sentido, é válido reafirmar o caráter “reformador” e não “restaurador” da obra em questão, pois claramente não houve, desde o princípio, qualquer preocupação com a preservação da integridade histórica do prédio. Portanto, conforme já foi afirmado em outro momento, a iniciativa da obra de revitalização do Mercado Público revelou a ausência de qualquer política de preservação patrimonial por parte do poder municipal, bem como, o não reconhecimento do referido prédio como um bem histórico de significativa importância para o município, haja vista que o tombamento deste monumento é posterior ao próprio projeto da reforma.

O tombamento do mercado veio muito tarde, né, que foi apenas em 2016 a lei, faz o que? Sete anos, então eu considero que razoavelmente ele está bem preservado a arquitetura histórica, mas também não nego que, que houve modificação e tal, mais modernizado, né, colocaram uns... a questão do teto, né, da proteção do teto, acho que deu uma visibilidade diferente do que era, isso pode ter atrapalhado a questão da arquitetura histórica. (Entrevistado 1. Nov, 2022)

Analisando o depoimento em destaque, percebe-se que o entrevistado reconhece que o tombamento do Mercado Público veio tardiamente, ao mesmo tempo que considera que, de maneira geral, a reforma conseguiu manter boa parte da identidade arquitetônica local. No entanto, as modificações mais radicais se percebem, de fato, na parte interna do prédio, onde atualmente não existe qualquer traço que remete à construção original.

Remetendo ao depoimento destacado anteriormente, é possível afirmar que houve uma significativa perda da identidade que caracterizava o interior do mercado, as paredes e o piso foram alterados, e a decoração do ambiente conta ainda com imagens de janelas que tentam imitar varandas de antigos casarões, conforme pode ser observado na Figura 30, algo que se distancia bastante tanto da antiga identidade visual do mercado, quanto da estética das próprias construções locais.

Essa lei carece hoje de ajustes e emendas que precisam ser alteradas, porque não é interessante que a gente faça um tombamento apenas de um semblante arquitetônico, vai virar uma cidade cinematográfica, né, você faz o tombamento de um semblante arquitetônico e a parte de dentro você bota a baixo, é uma cidade cinematográfica, né, que é como foi sugerido. Então, o tombamento, ele é apenas nesse sentido que foi o que talvez tenha permitido derrubar a parte de dentro lá do mercado público, né, que é tombado só o semblante arquitetônico, então dentro você derruba, coloca-se abaixo, eu acho que nós pecamos nisso aí sabe, mas a lei ela tem aí uma ausência grande nesse quesito. (Entrevistado 2. Nov, 2022)

Diante das colocações apresentadas no trecho destacado acima, é interessante apontar que a própria lei que garantiu o tombamento do Mercado Público apresenta certas fragilidades em sua constituição, pois seu texto prevê somente a preservação da parte externa do prédio, ou seja, da fachada como um todo, não havendo qualquer menção à sua estrutura interior, dando margem para que alterações estruturais mais severas sejam feitas na parte interna do prédio.

Analisando o próprio texto da Lei Nº 1509/2015, percebe-se nitidamente a lacuna existente na legislação patrimonial de Pau dos Ferros, no tocante às modificações na estrutura interna dos prédios.

Art. 4º- As futuras intervenções deverão respeitar as características originais, quanto a forma, dimensões, desenho e materiais. As reformas estruturais que possam vir a acontecer só serão permitidas na estrutura interna e cobertura (telhado), levando em consideração os riscos de acidentes. Mesmo assim, deverão receber autorização prévia do Conselho Municipal de Política Cultural o qual fornecerá parecer, autorizando ou não, a expedição do alvará através da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Cultura e Turismo de Pau dos Ferros. (PAU DOS FERROS. 2016. p 2)

Diante do exposto, verifica-se que o caso do Mercado Público Antônio Soares de Holanda exemplifica de diversas formas o panorama geral de como vem sendo tratado o patrimônio edificado da cidade. A princípio pelo descaso que levou à deterioração desse monumento e conseqüentemente à necessidade de uma intervenção em sua estrutura. Além disso, é notável a ausência de uma valorização do espaço enquanto patrimônio histórico da cidade, inclusive por parte do poder público, tendo em vista a proposta de descaracterização do espaço, que chegou a ocorrer, ainda que em menores proporções do que se visava inicialmente.

É importante frisar que o presente trabalho não pretende assumir uma postura anti-intervencionista em relação ao monumentos, os bens edificados que compõem o patrimônio histórico não se mantêm imunes às deteriorações do tempo, portanto, qualquer tentativa de preservação que se baseie em uma visão canônica de aquilo não pode ser alterado ou mesmo modificado, está sujeita à inaplicabilidade, visto que é impossível que uma determinada construção permaneça cristalizada no tempo. Françoise Choay (2014) apresenta algumas considerações sobre as diferentes visões sobre as práticas relacionadas ao restauro, compreendendo-o como uma disciplina técnica, dentre as quais, destaca-se as contribuições do arquiteto italiano Camillo Boito.

Os conceitos de autenticidade, de hierarquia, de intervenções e de estilo restaurador permitiram a Boito estabelecer os fundamentos críticos do restauro enquanto disciplina. Ele enunciou um conjunto de regras que foram articuladas e clarificadas na sequência das destruições causadas pelos conflitos armados desde a Primeira Guerra Mundial e à medida da evolução das técnicas construtivas, mas que, para o essencial, permanecem válidas. (CHOAY, 2014, p 169)

Boito compreende o restauro como uma disciplina complexa que compreende a necessidade de manutenção da identidade dos monumentos, mediante a aplicação de técnicas de restauro específicas para cada monumento a depender do período histórico ao qual ele pertence. Dessa forma, o autor classifica as diferentes modalidades de restauro da seguinte forma: o restauro arqueológico, direcionado para os monumentos da Antiguidade, o restauro pitoresco, pensado para os monumentos góticos, e por fim, o restauro arquitetônico, para os

monumentos clássicos e barrocos, este último deve ser realizado levando em consideração os edifícios na sua totalidade. (CHOAY, 2014)

Portanto, ao reconhecer a legitimidade e a necessidade do restauro, é importante considerar também que este seja empreendido respeitando as singularidades de cada monumento. Neste viés, observa-se que no caso da reforma do Mercado Público Antônio Soares de Holanda, a intervenção realizada não visou preservar a integridade arquitetônica do edifício em sua totalidade, respeitando apenas as características da parte exterior do prédio.

Figura 32: Demolição da parte interna do Mercado durante a reforma



Fonte: Nossa Pau dos Ferros (2015). Disponível em:

<<http://nossapaudosferrosrn.blogspot.com/2015/12/mercado-publico-passa-por-servicos-de.html>>. Acesso em: 25 Mai. 2023

Figura 33: Intervenções na estrutura interna do prédio



Fonte: Nossa Pau dos Ferros (2015) Disponível em:

<<http://nossapaudosferrosrn.blogspot.com/2015/12/mercado-publico-passa-por-servicos-de.html>>. Acesso em: 25 Mai. 2023

Em linhas gerais, a trajetória do Mercado Público Antônio Soares de Holanda até a oficialização de seu tombamento evidencia alguns dos inúmeros desafios que compreendem a luta pela preservação patrimonial, desafios esses que não são exclusivos da cidade de Pau dos Ferros, mas que podem ser verificados no Brasil como um todo. A consciência histórica e a educação patrimonial antecedem a própria luta pela manutenção da memória e do patrimônio edificado, haja vista que a própria noção de patrimônio começa a partir do reconhecimento de um determinado bem como tal.

O monumento histórico não é desejado inicialmente e criado enquanto tal. Este último é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o selecionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma parte. Todo o objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente, recordemo-lo, todo o artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória. (CHOAY. 2014. p 25)

Tendo como referência as palavras de Françoise Choay (2014), compreende-se que o monumento pode ser transformado em monumento histórico, mesmo que esse objetivo não estivesse inscrito na sua origem, e ainda, que qualquer artefato humano pode ser convertido em um objeto de memória. Portanto, o valor histórico de uma edificação, ou mesmo o seu

reconhecimento enquanto patrimônio, não está intrínseco em sua estrutura, a menos que a sociedade, ou parte dela, o perceba como tal.

Baseado nisso, cabe também fazer referência à obra “O que é Patrimônio Histórico” de Carlos Lemos (1981), na qual o autor dedica um de seus capítulos à reflexão a respeito da questão “Como preservar”. Lemos (1981) enfatiza o caráter interdisciplinar que envolve as atividades ligadas à preservação do patrimônio arquitetônico, ou seja, o interesse pela manutenção dos monumentos históricos deve ser compartilhado por uma série de profissionais, para além do próprio historiador. Todavia, ao explorar essa questão em um sentido mais amplo, o autor também coloca como desafio a desinformação de grande parte da população brasileira acerca da importância da preservação do patrimônio histórico.

O primeiro fato é a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória. (LEMOS. 1981, p 84)

Portanto, a preocupação pela preservação da memória e os monumentos que compõem o patrimônio histórico deve ser pensada coletivamente, envolvendo todos os setores da sociedade, para isso, é preciso pensar no que hoje se entende por educação patrimonial. Somente a partir de um projeto educacional que contemple a necessidade de preservar os bens históricos materiais e imateriais que será possível pensar em uma política de restauro sólida e efetiva. Lemos (1981) chama atenção para essa questão ainda na década de 1980, no entanto, essa discussão infelizmente permanece atual e pode ser aplicada ao caso da cidade de Pau dos Ferros, bem como, a tantas outras cidades brasileiras.

A sociedade pau-ferrense ainda é muito alheia à sua própria história, é muito alheia à sua própria identidade e também não... na verdade, na verdade, não luta por ela, né. Ela é como se fosse uma presa, né, um fantoche do sistema, né do sistema capitalista, o sistema neoliberal em que a gente está inserido. Então, a sociedade pau-ferrense, eu considero que ela, a relação dela, é um pouco alheia a tudo isso, né. Ela não protesta, ela não tem um movimento organizado, né, ela não tem nenhuma associação que queira preservar o nosso patrimônio histórico, arquitetônico, que queira é... revitalizar, né. (Entrevistado 1. Nov, 2022)

3.0- CASA DA CULTURA POPULAR JOAQUIM CORREIA.

3.1- O Antigo Grupo Escolar Joaquim Correia:

Conforme já foi brevemente apresentado no primeiro capítulo do presente trabalho, o prédio que corresponde à Casa da Cultura Popular Joaquim Correia foi construído originalmente com o objetivo de abrigar o primeiro Grupo Escolar da cidade, uma obra que começou a ser empreendida no ano de 1908, e teve como principal mentor³ o líder político Joaquim José Correia, de quem o Grupo Escolar herdaria o nome.

Oficialmente criado através do Decreto nº 214/10 de 10 de novembro de 1910, o Grupo Escolar Joaquim Correia foi inaugurado aos 25 de janeiro de 1911, a respeito da solenidade de inauguração dessa instituição, Barreto (1987, p 101) enfatiza a satisfação com a qual a nova escola foi recebida, “[...] foi solenemente instalado o grupo escolar entre as mais vivas demonstrações de regozijo e de entusiasmo.” Estiveram presentes no ato solene o inspetor de ensino Anfilóquio Câmara, designado pelo então governador do Estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão, o líder político local Joaquim José Correia, além de autoridades civis e religiosas. (Oliveira Neta, 2011, p 5).

A instalação do Grupo Escolar Joaquim Correia é contemporânea aos primórdios do período republicano no Brasil, portanto sua implementação se deu à luz das reformas de instrução pública que marcaram esse momento de transição. Segundo Ferreira (2013, p 57) “na segunda metade do século XIX, os debates sobre a necessidade de educar as classes populares se intensificaram, sobretudo em torno da convicção de que a escola pública seria essencial para formar o cidadão.”

Os anos iniciais do recém-implantado regime republicano foram marcados por um cenário conflituoso e de instabilidades que percorreram todo o país, em meio aos desafios para a construção de um Estado Nacional consolidado, de bases positivistas que tinham como princípio fundamental o progresso da nação, a instrução pública surge enquanto uma questão de interesse e de responsabilidade governamental, haja vista que a educação passa a representar um elemento essencial para a formação civilizatória e cidadã da população brasileira, algo que se traduziu, inclusive, na exclusão dos analfabetos do direito ao voto, impossibilitando assim, a grande maioria dos cidadãos de exercerem a democracia, conforme afirmam Cordeiro e Stamatto (2018).

³ Joaquim Correia é constantemente citado como o principal mentor do projeto de construção do Grupo Escolar, pois foi quem gerenciou o empreendimento da obra até sua conclusão, e que, segundo relatos populares, teria tirado dinheiro de seu próprio bolso para que a construção fosse finalizada.

Na conformidade do que se configurava no plano nacional, o Rio Grande do Norte também passou por um momento de disputas e instabilidades políticas em meio aos interesses das elites locais e dos novos poderes que vinham se estabelecendo. Cordeiro e Stamatto (2018, p 9) apontam que entre os anos de 1889 e 1892, nove governadores nomeados passaram pelo comando do estado, dois eleitos de forma indireta e uma Junta Governativa Militar⁴.

Certa estabilidade virá a ser alcançada quando Pedro Velho de Albuquerque Maranhão assume o governo do estado em 1892, a partir de então será elaborada a primeira Constituição do Estado do Rio Grande do Norte que fornecerá as bases para as legislações posteriores que virão a tratar da questão da instrução pública no Estado. O Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892 regulamentou as novas diretrizes da educação primária e secundária no Rio Grande do Norte, é possível observar nessa legislação os moldes educativos que se buscavam construir para a formação do cidadão republicano.

O Governador do Estado, considerando que é de urgente necessidade reorganizar a Instrução Pública, elevando moral e materialmente o nível do ensino entre nós. Considerando que o vigente Regulamento nº 32 de 11 de janeiro de 1887, pelo qual se rege a Diretoria Geral da Instrução Pública não satisfaz às necessidades, nem se harmoniza com os progressos da pedagogia moderna; resolve mandar que pelo Regulamento que com este baixa se dirijam todos os estabelecimentos de instrução primária secundária ou profissional do mesmo Estado. (RIO GRANDE DO NORTE, DECRETO Nº 18, de 18 de setembro de 1892)

Portanto, um novo contexto educacional vinha se configurando nos anos finais do século XIX para o início do século XX, de maneira que em 1907, o Rio Grande do Norte passará por uma reforma de ensino, estabelecida a partir da Lei nº 249 de 22 de novembro de 1907. Essa mesma reforma foi mencionada por Anfilóquio Câmara em seu discurso proferido na ocasião da inauguração do Grupo Escolar Joaquim Correia.

A 25 de janeiro de 1911 foi solenemente instalado o grupo escolar entre as mais vivas demonstrações de regozijo e de entusiasmo. Presidiu a sessão inaugural o Prof. Anfilóquio Câmara, Inspetor de Ensino designado pelo Governador do Estado para este fim, o qual proferiu importante discurso sobre a instrução, tecendo longas considerações acerca da reforma do ensino. (BARRETO, 1987, p 101-102)

A partir da mencionada reforma, a educação do Rio Grande do Norte passará por significativas transformações, dentre as quais destaca-se como um marco notável dessa nova regulamentação a criação do primeiro Grupo Escolar potiguar, a partir do Decreto Nº 174, de 5 de março de 1908, o Grupo Escolar Augusto Severo, localizado na cidade de Natal, e que posteriormente se tornou a Escola Modelo do Estado.

⁴ Composta por Francisco de Lima e Silva, Joaquim Ferreira Chaves e Manuel do Nascimento Castro e Silva, governou de 28 de novembro de 1891 a 22 de fevereiro de 1892.

Mediante esse novo momento da educação potiguar, os Grupos Escolares passam então a ser difundidos por diversas cidades do interior do Estado. Inclusive, também localizado na região do Oeste potiguar, será instalado, a partir do Decreto n°.196 de 21 de abril de 1909, o Grupo Escolar Almino Afonso na cidade de Martins-RN, a instituição que é contemporânea ao Grupo Escolar Joaquim Correia, funciona até os dias de hoje abrigando a Escola Estadual Almino Afonso.

Figura 34: Antigo Grupo Escolar Almino Afonso, Martins-RN



Fonte: Wikipédia

Portanto, a edificação do Grupo Escolar Joaquim Correia é fruto de um projeto de educação que estava alinhado a um projeto de nação que buscava se consolidar nos anos iniciais do século passado. Cabe destacar que a construção desses espaços destinados exclusivamente ao ensino elementar representou um momento de reconfiguração da cultura escolar no Brasil, tomando como base as colocações de Vidal, é possível afirmar que a presença de um edifício designado à instrução pública passou a identificar a escola enquanto instituição autônoma, essa formalização traduzia, portanto, a função social da escola como um ambiente unificado do saber e da ordem.

Constituindo-se como escolas graduadas, os Grupos Escolares aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e sequencial substituiu as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública. (VIDAL, 2006, p 3)

Assim, tanto a arquitetura quanto a configuração espacial desses ambientes apresentava uma sistematização própria pautada em uma lógica organizacional que reunia em um mesmo prédio as salas de aula, a diretoria, a secretaria escolar e demais aparatos referentes à administração pedagógica, a junção desses elementos ajudava a dar a forma institucional de

um novo modelo de escola, associado à uma nova cultura escolar que vem a se estabelecer e que prevaleceu até meados do século XX.

Diante disso, é possível dizer que o fato do Grupo Escolar Joaquim Correia (GEJC) ser lembrado até hoje por ter sido a primeira escola de Pau dos Ferros se dá em razão de que essa entidade irá inaugurar o caráter institucional da escola na, até então, vila de Pau dos Ferros. Isto é, embora anteriormente à construção do GEJC já existissem meios de instrução e ensino e até mesmo ambientes que funcionavam como escolas, ainda que de maneira improvisada, será somente a partir da criação do primeiro Grupo Escolar oficial que a população do local, ainda que não toda, terá acesso à uma instituição formal direcionada para o ensino público elementar.

A princípio, o GEJC funcionou ofertando apenas as escolas elementares masculina e feminina, cada uma sob o comando de Orlando Correia e Idalina Gurjão, respectivamente, vale destacar que o primeiro veio a assumir também a direção da escola, sendo este filho do próprio Joaquim Correia, a respeito da figura do primeiro diretor do Grupo, Fernandes destaca:

Orlando de Oliveira Correia, bacharel em Direito. Advogado, cognominado “língua de prata”, por ter sido orador primoroso. Primeiro Diretor do Grupo Escolar Joaquim Correia. Era promotor público em Macau e pediu demissão por solidariedade ao ostracismo político do Cel. Joaquim Correia. Casou com Maria Luíza, professora cearense do Grupo Escolar Joaquim Correia. Nasceu na cidade de Pau dos Ferros em 21 de maio de 1886. Bacharel pela faculdade de Direito do Recife em 1909, promotor público em Pau dos Ferros, durante muito anos, onde destacou-se também como advogado. (FERNANDES, 2002, p 13)

Portanto, a respeito do primeiro dirigente do Grupo Escolar Joaquim Correia, podemos concluir que este possuía, para que além de sua formação de nível superior, o vínculo familiar direto com mentor da obra, Joaquim José Correia, demonstrando que, ao menos nesse primeiro momento, a figura política de Joaquim Correia se manteve influente em relação ao funcionamento da escola, tanto no que diz respeito aos setores administrativos, como também no próprio quesito pedagógico, haja vista que a já mencionada professora da escola elementar feminina, Idalina Gurjão, também possuía vínculos afetivos com a família Correia, pois era colega de magistério da professora Maria Luíza, esposa de Orlando Correia e que posteriormente assumiu a Escola Infantil mista do GEJC, tanto Idalina Gurjão, quanto Maria Luíza eram diplomadas pela Escola Normal de Fortaleza.

A 2 de setembro do mesmo ano, começou a funcionar a escola infantil mista, sob a regência da professora Maria Luíza Lavor Aires, que como sua colega Idalina Gurjão, era diplomada pela Escola Normal de Fortaleza. Pelo decreto n.º 32, de 12 de janeiro de 1915, foi suprimida a cadeira mais infantil, passando o grupo a funcionar sob o regime de escolas reunidas. Nesse regime continuou até ser restaurado o grupo escolar pelo decreto n.º 612, de 24 de abril de 1934. (BARRETO, 1987, p 102)

Segundo Fernandes (2002), a Escola Infantil Mista funcionou até o ano de 1915, passando a funcionar sob o modelo de Escolas Isoladas, posteriormente chamado de “Escolas Reunidas”. Já em 1936 foi criada a escola noturna, que passou a funcionar no mesmo prédio do Grupo Escolar, posteriormente, em novembro de 1937, a partir do Decreto nº 267 de 26 de novembro de 1937 foi criado o Curso Complementar, que passou a funcionar oficialmente em fevereiro do ano seguinte, tendo como seu primeiro professor o senhor Manoel Jácome de Lima. Ainda em 1938, o Grupo foi contemplado com uma biblioteca, inaugurada no dia 12 de outubro e que de acordo com Barreto (1987), contava com quase mil exemplares, sobre a mencionada biblioteca pouco é encontrado nas fontes.

Figura 35: Fachada do Grupo Escolar Joaquim Correia por volta da década de 1930



Fonte: Blog Cultura Pau-Ferrense. Disponível em: <http://culturapauferrense.blogspot.com/2020/06/>. Acesso em 24 jan 2023

De acordo Holanda (2011), na década de 1930, para ingressar no ensino primário do GEJC, o aluno precisava saber ler previamente, segundo o mesmo autor, o processo de alfabetização ficava por conta de professoras particulares que preparavam os alunos para entrar no Joaquim Correia, o que, de certa forma demonstra que, neste dado momento, o acesso ao Grupo Escolar ainda não era plenamente democratizado, haja vista que é possível supor que nem todos tivessem acesso à alfabetização prévia. Ademais, Holanda complementa trazendo que ainda nos anos de 1930 ainda não existia a modalidade de Ensino Ginásial em Pau dos Ferros, de maneira que a cidade de Mossoró-RN era a única das proximidades que ofertava o curso secundarista.

Nos anos trinta, o aluno para ser matriculado no Grupo Escolar Joaquim Correia, o único estabelecimento de ensino existente em Pau dos Ferros, tinha que saber ler. [...] Existiam na cidade várias escolas particulares, que faziam o papel da pré-escola de

hoje, preparando o aluno para ingressar no Joaquim Correia, como também os que tinham de fazer o exame de admissão no ginásio, geralmente em Mossoró, única cidade do Oeste Potiguar onde existia o curso ginasial. (HOLANDA, 2011, p 73)

O Ensino Ginasial somente veio chegar em Pau dos Ferros já na década de 1950, mediante a Lei N.º 621, de 6 de dezembro de 1951 que criou o chamado Curso Normal Regional, que funcionou nas dependências do GEJC até o ano de 1965, portanto, é possível perceber que até meados do século XX, as principais atividades educacionais de Pau dos Ferros estiveram concentradas nos espaços do Grupo Escolar Joaquim Correia, pois somente a partir da década de 1950 que a cidade passará a receber outros educandários com estrutura capaz de comportar escolas e cursos de formação.

Entretanto, essa múltipla funcionalidade do GEJC de “emprestar” o seu espaço para o funcionamento de diferentes instituições de ensino ainda se manteve, mesmo após a edificação de outros ambientes de semelhante natureza, pois conforme apontou-se no primeiro capítulo do presente trabalho, no final da década de 1970, a primeira instituição de nível superior de Pau dos Ferros, a então Universidade Regional do Rio Grande do Norte, atual UERN, deu início às suas atividades, porém, por ainda não dispor de um *campus* próprio, parte de seu funcionamento, inicialmente, ficou concentrado nas dependências do Joaquim Correia, bem como, em outras duas escolas da cidade, o Grupo Escolar Tarcísio Maia e o chamado Círculo Operário, conforme aponta Barreto:

O Campus Avançado de Pau dos Ferros não possui instalações próprias, funcionando nas dependências do Grupo Escolar Tarcísio Maia; Grupo Escolar Joaquim Correia e Círculo Operário. No primeiro semestre deste ano o corpo docente era constituído de 37 professores, dos quais oito deslocavam-se de outros municípios como Apodi, Encanto, Alexandria, Luiz Gomes e Tenente Ananias. (BARRETO, 1987, p 109)

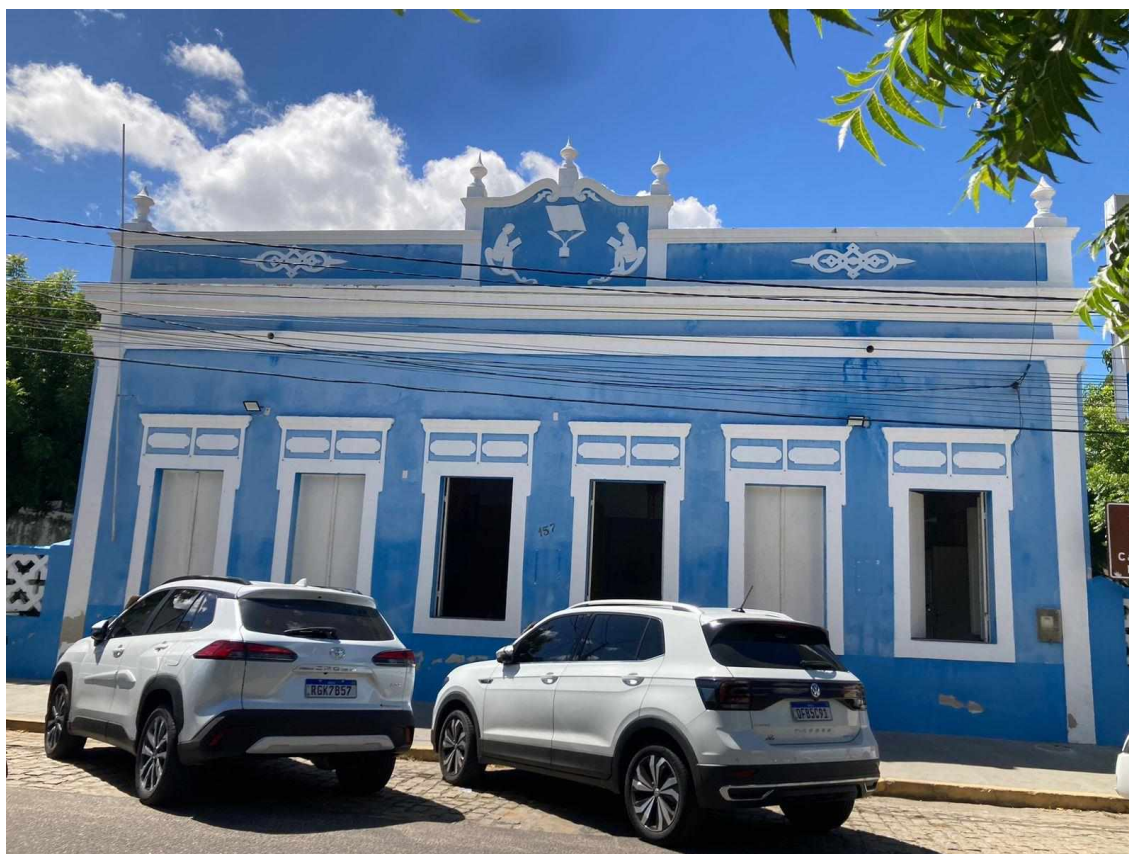
Através dos apontamentos de Barreto, podemos perceber que até os anos finais da década de 1980, parte do funcionamento da UERN ainda estava concentrado no Grupo Escolar Joaquim Correia, indicando que, durante muito tempo esse espaço integrou diferentes níveis educacionais, o que fez do Joaquim Correia um ambiente de ensino bastante plural e que participou da formação de muitas pessoas, em diferentes momentos de suas vidas, não raro, é possível encontrar algum cidadão pau-ferrense, ou da região imediata, que tenha estudado no prédio do antigo Grupo Escolar em alguma fase de sua formação, ou ainda, que tenha vivenciado a maior parte de sua vida estudantil nesse ambiente.

Portanto, conforme já foi apontado anteriormente, é possível inferir que narrar a história do Grupo Escolar Joaquim Correia, se traduz, inevitavelmente, em contar um pouco da história da educação no município de maneira geral, tendo em vista que, por muito tempo, por

mais que o ensino em Pau dos Ferros se expandisse gradativamente, ele ainda permanecia vinculado de alguma forma ao espaço do antigo Grupo Escolar.

Reafirmando o significado atribuído a esse prédio, enquanto local de formação e aprimoramento dos saberes em suas mais diversas modalidades, nas palavras de Fernandes (2002), o GEJC seria uma espécie de “berço da educação na grande região de Pau dos Ferros”, um lugar que formou gerações em diferentes níveis, indo de “Grupo Escolar” até passar a funcionar sob a nomenclatura de “Escola Estadual Joaquim Correia”, permanecendo em atividade até o início dos anos 2000. Ao passo que, também foi esse lugar que acomodou uma das primeiras bibliotecas da cidade, que entre uma gestão e outra, hoje já não existe mais.

Figura 36: Fachada do Antigo Grupo Escolar em 2023



Fonte: Criado pela autora

Diante disso, ao percorrer brevemente a trajetória do Grupo Escolar Joaquim Correia, é perceptível a dimensão histórica e memorialística que esse monumento representa para a cidade de Pau dos Ferros e demais municípios da região, a respeito destes aspectos de caráter significativo será discutido com mais profundidade posteriormente, ainda no presente capítulo. Antes disso, é importante também averiguar de maneira mais atenciosa a história da figura política que batizou o prédio.

3.2- Joaquim Correia: um homem, uma ideia e uma memória.

Ao remontar a história do antigo Grupo Escolar Joaquim Correia é inevitável se deparar com parte da trajetória do homem de quem o prédio herdou o nome, quando este ainda estava em vida. Assim, pode-se dizer que parte da memória que se constrói em torno da atual Casa da Cultura Popular Joaquim Correia, acaba por se confundir, em alguns momentos com a memória do próprio Joaquim Correia, enquanto personalidade de influência política em Pau dos Ferros e região, durante as primeiras décadas do século XX.

As menções à figura de Joaquim José Correia são encontradas em diversos documentos referentes à história local, bem como em discursos e falas de personalidades conhecidas do Rio Grande do Norte, dentre as quais podemos citar o historiador e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo. O livro “Joaquim José Correia: líder oestino”, de autoria de João Bosco Queiroz Fernandes, apresenta em sua narrativa de caráter bastante memorialístico alguns aspectos e acontecimentos que marcaram a vida e a trajetória política dessa personagem tão enfatizada pela história local, nessa obra, é possível encontrar algumas citações de Câmara Cascudo a respeito de Joaquim Correia, veja-se:

O coronel da guarda nacional foi uma expressão profunda e ampla dos serviços sem paga e do esgotamento sem remissão. Recordei-me do Cel. Joaquim Correia, o mais típico, hábil, vivo, sedutor, dos nossos velhos chefes políticos. [...] Sem títulos, sem letras, sem tempo de estudo, enfrentava bacharéis e os derrubava, um a um com a desnorteante prática sertaneja. Fora um eterno provisionado do Tribunal do Estado, o Advogado de vitórias sucessivas, com infinita clientela no Oeste do Rio Grande do Norte. (FERNANDES, 2002, p 20)

Natural da cidade de Martins-RN, Joaquim José Correia nasceu em 16 de setembro de 1848, ao que consta na obra de Fernandes, não há registros de sua ancestralidade exceto de seus pais, Lourenço José e Joaquina Amélia de Amorim. Casou-se por volta da década de 1870 com Isbela Gratulina de Oliveira Correia com quem constituiu uma família de dez filhos. De acordo com os levantamentos realizados pelo já mencionado autor, Isbela Gratulina Correia pertencia à família Bevenuto Vicente Fialho, autor do projeto que criou o município de Pau dos Ferros.

Conforme já foi apontado anteriormente através da citação de Câmara Cascudo, Joaquim Correia era reconhecido na região enquanto um coronel⁵, cuja origem da patente é desconhecida, todavia, é possível supor que este tratamento lhe era direcionado devido à sua posição social e influência política.

⁵ Patente militar, comumente associada aos integrantes da antiga Guarda Nacional, entretanto, conforme aponta Victor Nunes Leal, os chefes políticos associados a este título nem sempre eram autênticos “Coronéis”, sendo esta égide atribuída à figuras instruídas como médicos e advogados, bem como, aos líderes locais em geral. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Não consegui identificar a origem da patente de Coronel, para Joaquim José Correia oficialmente. Pela figura humana, sóbria, responsável e competente que era, poderia ser uma escolha do povo. Sua condição de parlamentar representante da região, e homem de influência pela conduta moral junto ao Governo não teria esta patente como oficial também? Infelizmente, nem os seus descendentes sabem qualquer roteiro em torno do assunto. (FERNANDES, 2002, p 19)

É perceptível que o autor em questão opta por uma linguagem bastante valorativa em relação ao biografado, ao caracterizar a moral e a atuação política de Joaquim Correia. Assim, é importante se atentar a uma possível parcialidade presente em sua narrativa, principalmente ao se levar em conta que boa parte das fontes que embasam o trabalho em questão são relatos de familiares e pessoas próximas ao próprio Joaquim Correia, além de alguns documentos oficiais.

De todo modo, é evidente que este político possuía sua relevância no município e demais localidades próximas, além de exercer também sua influência a nível estadual, tendo em vista a sua passagem pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Portanto, levando-se em consideração o contexto social em que se enquadra a figura pública em questão, era natural que ele recebesse popularmente o título de coronel, embora não haja, de fato, algo que comprove o caráter oficial da patente.

Em relação à trajetória política de Joaquim Correia cabe enfatizar o seu alinhamento ao Partido Republicano, que no Estado do Rio Grande do Norte era representado pela figura de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Mediante as discussões levantadas no tópico anterior, é sabido que Pedro Velho teve uma importante participação nos primeiros anos de estabelecimento do regime republicano no estado, tendo sido o primeiro a governar o Rio Grande do Norte, após a proclamação da república. Diante disso, a nível regional Joaquim Correia se apresentava como uma das principais lideranças do Partido Republicano, atuando como dirigente desta instituição em Pau dos Ferros e representando uma aliança com o governo de Albuquerque Maranhão que será enfatizada por Fernandes como se pode ver a seguir:

Em Pau dos Ferros, era entregue ao Cel. Joaquim Correia a direção deste partido e ele se tornou intransigente colaborador do Gov. Pedro Velho e suas ideias. No seu curriculum a participação em dez legislaturas na Assembleia Legislativa do Estado de 1892 a 1920. Neste período, foi várias vezes Vice-Presidente eleito e Secretário do Congresso Legislativo do Estado. Fez parte de três Congressos Constituintes no mesmo período sendo: 11/07/1898 e 25/03/1915. De 1911 a 1913 dirigiu a intendência municipal de Pau dos Ferros. Vereador, presidente e vice da Câmara Municipal de Pau dos Ferros. (FERNANDES, 2002, p. 41)

Isto posto, ao considerarmos as principais realizações políticas de Joaquim Correia na esfera regional, há de se levar em conta o grupo político ao qual ele pertencia e seus principais interesses, pois sendo ele um homem de firmes alianças, como destaca Fernandes, e tendo em

vista as profundas inquietações e instabilidades políticas que marcaram o país, nos anos em que vivenciou sua vida pública, não se pode desconsiderar o partido, e principalmente o projeto político defendido por Joaquim Correia. Diante disso, quando se pensa na construção do primeiro Grupo Escolar de Pau dos Ferros, não se pode interpretar este feito como uma realização de caráter filantrópico, ou como um projeto de ordem pessoal, mas sim, enquanto uma ação política que atende aos interesses de um determinado grupo e conseqüentemente de um plano político mais amplo.

Conforme foi exposto no tópico anterior, a instrução pública configurou uma das preocupações governamentais dos primeiros anos da chamada República Velha, de maneira que a escola passará a surgir como um importante caminho para a formação do cidadão, como também, enquanto instrumento capaz de estabelecer um certo controle. Assim, o Rio Grande do Norte não ficará isento desse cenário de edificação de novas escolas e de reformas educacionais, de maneira que, durante o governo de Alberto de Albuquerque Maranhão haverá a difusão dos grupos escolares por todo o estado, com base no Decreto de número 178, de 29 de abril de 1908.

Art. 4º O Governo estabelecerá, pelo menos, um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado, nos prédios estaduais existentes e nos que forem construídos diretamente pelos mesmos municípios ou a custas de particulares que os queiram ceder para tal fim, mediante contrato gratuito feito com o Diretor da Instrução Pública e aprovado pelo Governador (RIO GRANDE DO NORTE. DECRETO Nº 178, 29 de abril de 1908)

No entanto, quando se analisa as principais fontes literárias que tratam da edificação do Grupo Escolar Joaquim Correia, é possível observar um certo personalismo presente nos discursos que de modo geral competem a construção da escola unicamente à pessoa de Joaquim Correia, algo que se torna ainda mais evidente quando se leva em consideração que desde o princípio, a instituição sempre carregou o nome dessa personagem. Dessa forma, é importante analisar com atenção de que maneira essas atribuições e homenagens também contribuiram para o tipo de memória que irá se constituir em torno da atual Casa da Cultura Popular Joaquim Correia.

Joaquim Correia, deputado estadual e chefe político de incontestável prestígio, empreendeu a realização deste melhoramento. A despeito da grande crise climática que assolava impiedosamente o sertão nordestino, percorreu todo o município angariando donativos para construir o edifício projetado. Vencendo toda sorte de dificuldades o velho e progressista chefe sertanejo, conseguiu erguer com solidez e imponência arquitetônica o prédio do Grupo Escolar. (BARRETO, 1987, p 101)

O trecho acima, retirado da obra de José Jácome Barreto, expõe a perspectiva já apontada que consagra Joaquim Correia como realizador incontestável do projeto de

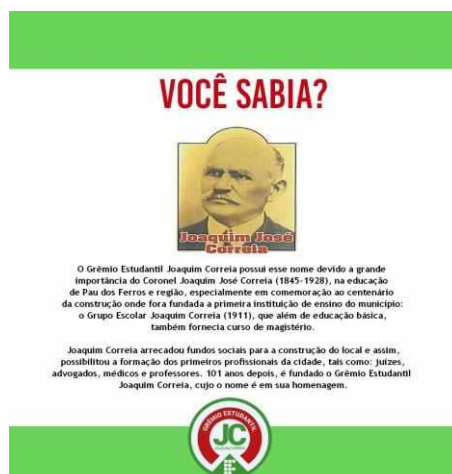
implementação do antigo Grupo Escolar. Entretanto, ao se fazer ressalvas em relação a esse tipo de discurso, não se busca necessariamente contestar o mérito de Joaquim Correia em relação à edificação desta obra, mas sim, identificar as suas motivações e interesses para tal, de acordo com o contexto histórico em que este estava inserido e com suas posições políticas.

Portanto, ao considerarmos a postura republicana de Correia e por conseguinte o seu vínculo com os governos dos Albuquerque Maranhão, é possível associar sua postura ativista em relação à questão da educação do município com toda a conjuntura que se verificava naquele momento em prol da reformulação da instrução pública, tanto no Rio Grande do Norte, quanto no restante do país. Assim, cabe reafirmar que a iniciativa do político de origem martinense não configurava um caso particular, um projeto pessoal, ou mesmo uma ação baseada numa visão educadora que estivesse alheia à realidade geral do país. Havia naquele momento a preocupação em buscar instrumentos que ajudassem a consolidar a nação republicana que emergia, e para isso, era necessário contar com a ação de pessoas dispostas a lutar em prol desse projeto, Joaquim Correia fazia parte desse grupo de pessoas e, portanto, esteve à frente de empreendimentos que serviam aos interesses do partido republicano.

Dessa forma, apontar esses fatos não se trata de desqualificar a participação de Joaquim Correia na construção da escola que veio a servir a tantas gerações de moradores de Pau dos Ferros e região, trata-se, porém, de apresentar uma outra perspectiva sobre essa figura política, que não busca elevá-la à uma condição de revolucionário, ou mesmo de militante da educação, como geralmente se observa nas narrativas. Haja vista também que a própria família Correia foi beneficiada com a instalação do Grupo Escolar, pois seu filho de imediato recebeu o cargo de diretor da escola, juntamente com a esposa que também atuou como professora.

Para além da própria literatura, a memória de Joaquim Correia também se verifica em outras instituições da cidade, como por exemplo o Grêmio Estudantil do campus Pau dos Ferros do IFRN que recebeu o nome de “Grêmio Estudantil Joaquim Correia” em homenagem ao político potiguar e ao seu reconhecido legado de contribuições para a educação da cidade, algo que também atesta o discurso memorialístico que identifica Correia como um dos “heróis” da educação em Pau dos Ferros e demais cidades do Oeste Potiguar.

Figura 37: Publicação do Grêmio Estudantil Joaquim Correia sobre a origem de seu nome



Fonte: Facebook. GRÊMIO Estudantil Joaquim Correia. Pau dos Ferros, 27 mar. 2017.
Disponível em:

<https://www.facebook.com/gremioestudantiljoaquimcorreia/photos/pb.100082115257498.-2207520000./1824768584514345/?type=3>. Acesso em: 1 mar. 2023.

Compreender essa construção imagética a respeito de sua figura e de seu legado nos ajuda a perceber também como essa memória também pode ser associada ao monumento estudado no presente trabalho, a atual Casa da Cultura Popular Joaquim Correia. Para tanto, cabe apresentar também os próprios conceitos de memória que aqui serão utilizados.

Em termos gerais, Jacques Le Goff (2005) caracteriza a memória como um fenômeno psíquico e individual, mas que também está relacionado com o meio social, nas palavras do autor, seria “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, o que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 2005) Nesse sentido, o estudo da memória compreende um campo multidisciplinar que pode ser abarcado por diversas áreas do conhecimento.

Indo mais afundo, em “A memória a história e o esquecimento”, Paul Ricœur conceitua a respeito da fenomenologia da memória e da multiplicidade de fenômenos mnemônicos, ao traçar um esboço fenomenológico da memória o filósofo francês aponta a suposta fidelidade ao passado pretendida pela memória, uma característica que a distinguiria, por exemplo, da imaginação haja vista que o exercício imaginativo, não necessariamente se compromete com a veracidade dos fatos.

Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado; desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento, e que evocaremos longamente no momento oportuno, não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória. (RICŒUR, 2010, p. 40)

Nesse sentido, a memória enquanto pretensa retrato fidedigno do passado, apresenta como fragilidade o esquecimento, isto é, quando esta se faz ausente. Assim, considerando que a memória configura um fenômeno de caráter individual, mas que também se relaciona com o coletivo, nesse sentido, Ricœur questiona a polaridade entre os conceitos de memória individual e coletiva, considerando a possibilidade de existência de uma esfera de intercessão entre as duas modalidades, tendo em vista as trocas e complementaridades existentes entre ambas.

Não existe entre os dois polos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? (RICŒUR, 2010, p. 141)

Portanto, tanto a memória individual, quanto a memória coletiva transitam por lugares semelhantes e conversam constantemente entre si, dessa forma, aquilo que rememorado pelo indivíduo, também recebe influência do meio social, isto é, da coletividade, que por sua vez também se constrói de individualidades. Nesse sentido, ao retornar a discussão sobre como se verifica a construção da memória em torno da figura de Joaquim Correia, vale ressaltar os esquecimentos e o que se escolhe rememorar quando se remonta a trajetória do político potiguar.

Assim como Joaquim Correia construiu o prédio do próprio bolso e pagava o salário dos professores também do próprio bolso, né, o mecenas da educação pau-ferrense, é, e também, e não era pau-ferrense, mas eu considero ele entre aspas o cidadão pau-ferrense, um dos mais ilustres, Joaquim Correia, porque ele, um político histórico, ele foi pioneiro na educação do município, então ele, ele... se essas personificações de prédios, que eu também critico, forem justas, o nome do prédio Joaquim Correia é bem justo. (Entrevistado 1. Nov. 2022)

Nesse sentido, a partir das fontes orais e bibliográficas utilizadas nesta pesquisa, pode-se inferir que a memória da atual Casa de Cultura Popular Joaquim Correia ainda carrega um certo vínculo com a imagem do homem que a batiza desde a sua fundação, algo que pode ser relacionado com o trato que é direcionado a esse monumento, enquanto patrimônio edificado no município, pois, considerando que desde os primórdios sua história está fortemente associada à carreira política do ex-parlamentar norte-rio-grandense, preservar essa edificação, também significa, em certa medida, preservar uma parte do legado político de Joaquim Correia. Entretanto, ao levantar essa hipótese, não se deixa de lado a relevância desse monumento para a população pau-ferrense, enquanto espaço de formação e convivência de sua comunidade, apenas se busca apontar um aspecto memorialístico que até hoje permanece atribuído a esse lugar.

Nesse sentido, é imprescindível chamar atenção para a necessidade de evidenciar a memória de outros sujeitos que, para além do patrono em si, também ajudaram a construir aquele lugar, desde aqueles que, de fato, participaram da edificação da obra em si, como também os professores que ali ensinaram, ex-funcionários e alunos que lá estudaram.

Foi no campo dos açudes
 Um político ativista
 E anos depois das obras
 Seguiu seu plano otimista;
 E, lutando com visão,
 Na área da educação
 Ele foi protagonista.

Construiu com muita luta
 Barro cimento e argila,
 O sonho de muita gente
 De uma educação tranquila,
 Pois como um grande guerreiro
 Foi o mentor do primeiro
 Grupo escolar desta vila
 (CAVALCANTE, 2013, p. 49)

Os versos destacados acima foram retirados da passagem da obra “Pau dos Ferros à sombra da oiticica” (CAVALCANTE, 2013) que narra as origens do Grupo Escolar Joaquim Correia, como se pode ver, essa narrativa mais recente também imprime a visão sobre o pioneirismo de Joaquim Correia já discutida no presente trabalho. Dessa forma, cabe ressaltar que as ressalvas sobre essa narrativa que aqui foram levantadas, não se objetivam a fazer uma contraposição à relevância das ações do ex-deputado de origem martinense para Pau dos Ferros e demais cidades da região, é inegável que este político trouxe importantes contribuições para o oeste potiguar, dentro dos moldes e das possibilidades de sua época.

Todavia, cabe sempre ao historiador a busca por novas perspectivas sobre os fatos e o cuidado com os discursos que se criam sobre personalidades históricas, especialmente quando estas estão vinculadas a grupos de poder. Nesse sentido, as análises aqui propostas sobre a figura de Joaquim Correia, visam compreender de que maneira essa memória está atrelada ao objeto

central do presente estudo e como isso pode ter, de alguma forma, interferido na conduta patrimonial relativa ao prédio.

3.3- Entre as primeiras letras e as primeiras memórias: a escola enquanto lugar de memória.

Em sua obra “Infância”, o romancista alagoano Graciliano Ramos narra no decorrer do capítulo intitulado “Escola” as primeiras impressões e experiências do protagonista ao entrar em contato com o ambiente escolar, que podem ser resumidas no receio diante do desconhecido, no medo das represálias e na ideia da escola, enquanto um ritual de passagem de caráter formador e civilizatório. Ao mencionar a obra de Ramos, apresentamos apenas um exemplo das inúmeras menções ao ambiente escolar que podem ser encontradas na literatura, a instituição da escola aparece constantemente na música, na literatura, nas obras cinematográficas e em diversas narrativas sejam elas de caráter ficcional ou não.

Essa frequência com que se percebe o ambiente escolar no imaginário popular não se dá por acaso, haja vista, a importância que tal instituição ocupa na trajetória de formação dos indivíduos, não somente do ponto de vista acadêmico, mas essencialmente, no que diz respeito à nossa formação humana. Sendo um dos primeiros ambientes de socialização para além do ciclo familiar, na Escola é possível criar laços, desenvolver habilidades, abstrair novos conhecimentos, além de um sem-número de aspectos da sociabilidade humana que podem ser compartilhados dentro do meio escolar.

Portanto, considerando a Escola como um ambiente substancialmente vivo e capaz de reunir diversos aspectos sociais e culturais da sociedade em que está situada, é possível considerar a existência de uma “cultura escolar”, ou melhor aplicando, de culturas escolares que se constituem de diferentes formas, e em diferentes contextos histórico-culturais. Diante disso, os estudos voltados tanto para a trajetória da educação no Brasil, quanto para a questão da cultura escolar em si compreendem possibilidades de pesquisa que instigam historiadores da área de ensino, como também da própria História Cultural. Independente do campo historiográfico em que se pesquisa, as possibilidades de abordagem são múltiplas, que podem ser construídas a partir de fontes diversas, sejam elas escritas ou orais.

Outra característica dessa produção é a variedade de fontes de pesquisa. Nos arquivos públicos, a atenção redobrada em busca de pistas e sinais sobre a vida escolar possibilitou a exploração de uma documentação antes ignorada – relatórios de professores, diretores de grupos escolares, de inspetores e delegados de ensino, provas de alunos, processos administrativos, atas de concurso de professores, orientações didáticas elaboradas pelos órgãos da administração do ensino, fotografias escolares, ofícios, correspondências, entre outros documentos. O olhar se debruça ainda, sobre

os periódicos educacionais, a imprensa (jornais locais e de circulação regional/nacional), livros e manuais escolares, enfim, para a diversidade dos impressos. (SOUZA E FARIA FILHO, 2006, p. 16)

Pensando nisso, e tomando como base os conceitos e abordagens do campo da História Cultural, o presente tópico busca associar a ideia de lugar de memória, mediante a perspectiva de Paul Ricœur, com o Grupo Escolar Joaquim Correia, tentando assim, identificar como este espaço se constituiu enquanto lugar de memória referente a diversos momentos da educação pau-ferrense.

Segundo Paul Ricœur, a relação entre o espaço e a memória se dá de forma muito natural, haja vista que, ao recordar de um determinado evento, automaticamente este é associado ao lugar em que ocorreu, em uma espécie de lapso capaz de situar o sujeito em sua recordação, assim como nos situamos cotidianamente, quando nos orientamos pelos lugares quando viajamos ou caminhamos pela cidade.

Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. É de fato, nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos “lugares de memória”, antes que eles se tornem uma referência para o conhecimento histórico. (RICŒUR, 2010, p. 57 e 58)

Dessa forma, Ricœur remonta o princípio básico da ideia de “lugar de memória”, ao apresentar que o “quando foi?”, naturalmente vem acompanhado do “onde foi?”, ou seja, é a partir dessa estreita relação entre os eventos recordados e os lugares nos quais estes aconteceram que se fundamenta a noção de um lugar de memória que remete a algo ou a alguém. O autor também abre um parêntese, no qual chama atenção para a problemática de dois fenômenos que conversam constantemente entre si, o da datação e o da localização, de maneira que ambos, ao constituírem em sua relação uma espécie de mutualismo, confirmam o elo inevitável entre o tempo e espaço.

Ademais, considerando esses fenômenos, Ricœur aprofunda sua discussão acerca dos lugares de memória, e chama atenção para mais uma questão referente à esta temática, a da espacialidade, isto é, a relação entre o espaço físico, geométrico, com a experiência vivida. Nesse sentido, o lugar não existe independentemente daquilo que o ocupa.

O lugar, diz ele, não é indiferente à “coisa” que o ocupa, ou melhor, que o preenche, da forma pela qual o lugar constitui, segundo Aristóteles, a forma escavada de um volume determinado. São alguns desses lugares notáveis que chamamos de memoráveis. O ato de habitar, evocado um pouco acima, constitui, a esse respeito, a mais forte ligação humana entre a data e o lugar. Os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. (RICŒUR, 2010, p. 59)

Portanto, os lugares carregam em suas formas e espaços uma identidade que existe mediante aquilo que o ocupa, ou ainda, que o habita. Uma vez habitado, o lugar se incorpora

na experiência mnemônica de seus habitantes, diante disso, é possível dizer que ele se faz também a partir das relações humanas construídas e compartilhadas em seus espaços. Dessa forma, têm-se então os pilares essenciais que constituem os lugares de memória, são eles: o espaço, o tempo e os seres humanos.

Diante disso, é possível pensar o espaço que hoje abriga o Centro Cultural Joaquim Correia enquanto lugar de memória a partir de múltiplas dimensões, haja vista que este local já assumiu diversas funções no decorrer de sua história. No entanto, mesmo tendo sido ocupado por diferentes instituições, um dos traços mais marcantes de sua trajetória e que serve como distinção para esse monumento, é o fato de este ter sido construído com o intuito de abrigar a primeira escola da cidade. Até hoje, quando se pensa no “Joaquim Correia”, é comum ouvir a frase: “foi lá onde meu avô estudou”, ou até mesmo, “eu me lembro de quando estudava ali...”

A obra “Pau dos Ferros: crônicas, fatos e pessoas” (2011) já mencionada anteriormente, cita o Grupo Escolar Joaquim Correia mais de uma vez, partindo da experiência pessoal do autor com aquele espaço onde este vivenciou suas primeiras experiências estudantis. Em seus breves depoimentos é possível perceber o vínculo existente entre a escola e a vida social da comunidade da cidade, naquele dado momento, ao passo que também irá descrever com certo tom de nostalgia o ambiente escolar como um local de ordem e respeito, e portanto, muito prestigiado pela população.

Vale salientar que os registros pessoais encontrados na obra de Holanda (2011) se referem especialmente à década de 1930, até este momento, o Grupo Escolar Joaquim Correia era a única instituição de ensino da cidade, nesse sentido, é possível supor o valor físico, e, também, simbólico agregado ao Grupo, pois aquela construção representava em termos concretos um espaço de formação intelectual e cidadã, o ambiente que educaria os futuros líderes e profissionais pau-ferrenses. Além disso, as memórias do autor também relatam a respeito dos componentes curriculares da época e da rigidez das punições aplicadas aos alunos.

Eram ministradas aulas correspondentes ao curso primário, com disciplinas curriculares afetas à grade da época: português, com inclusão de caligrafia, leitura, geografia e ciências naturais. A arte estava relacionada com o desenho e recitação, enquanto a educação física limitava-se a aulas semanais de calistênica, as quais consistiam no seguinte: os alunos enfileirados entre as carteiras, marchavam e cantavam, executando exercícios físicos orientados pelo professor, além de praticarem pequenas coreografias de acordo com a música entoada. Os cânticos iam desde os hinos patrióticos a pequenas canções, próprias para o evento. (HOLANDA, 2011, p. 18-19)

Assim, o trecho em destaque assinala algumas características gerais que marcaram a vivência estudantil daquele momento, isto é, o modelo de ensino tradicional e particularmente voltado para a valorização da pátria. Ademais, como já se apontou anteriormente, neste mesmo

capítulo, é possível crer que o acesso ao Grupo Escolar naquele momento ainda não era algo efetivamente democratizado, haja vista que se tratava da única escola primária presente em toda uma região que abrangia a pequena cidade de Pau dos Ferros e uma vasta zona rural distribuída em pequenas vilas e distritos, tais como a Vila de Vitória⁶ e os distritos de Encanto e Riacho de Santana, ambos municipalizados atualmente. Nesse sentido, dificilmente as populações das demais zonas, de modo geral, teriam condições de realizar esse deslocamento diariamente, além disso, possivelmente a demanda de alunos seria superior às capacidades de uma única instituição.

Pensando nisso, é preciso levar também em consideração o público que predominantemente frequentava o Grupo Escolar Joaquim Correia em seus primeiros anos de funcionamento, para que assim melhor se entenda o significado e prestígio desta instituição para a população pau-ferrense da primeira metade do século XX. Pois, sendo esse um ambiente que reunia principalmente estudantes cujas famílias dispunham de algum recurso financeiro, isto também influenciava no olhar que se direcionava para tal instituição.

No final de cada mês letivo, era organizado pelos professores um passeio escolar pela periferia da cidade. O percurso era feito a pé, mas ninguém reclamava. No local era sempre realizada pelo professor de cada série uma pequena preleção, ligada a qualquer assunto curricular. As famílias davam mais apoio à escola e os alunos tinham um grande respeito pelo professor, o qual primava em manter uma certa respeitabilidade, sendo conseqüentemente admirado pela comunidade. (HOLANDA, 2011, p 19)

Portanto, percebe-se através das falas do autor em questão o respeito que tal instituição e seus integrantes passavam para a comunidade, considerando as limitações existentes na época para se ter acesso ao ensino superior, é provável que o prestígio direcionado à figura do professor estivesse vinculado justamente à autoridade que este passava na condição de sujeito letrado. Baseado nisso, é possível inferir que o antigo Grupo Escolar Joaquim Correia da década de 1930 configurava um ambiente que marcou consideravelmente a vivência urbana da pequena Pau dos Ferros, bem como a infância daqueles que frequentaram seus espaços enquanto estudantes, a respeito disso Medeiros Neta afirma:

Esse Grupo Escolar estabelecia com a cidade uma íntima relação, pois acolhia as crianças e jovens pau-ferrenses para uma formação pautada nos saberes do ler, escrever e bem contar. Para tanto, a arquitetura do prédio contava com quatro salas amplas e arejadas e um conjunto de mobílias como carteiras, birôs e quadros-negros. Anos mais tarde, em 1938, seria instalada uma biblioteca que continha 800 volumes doados pelo Instituto Nacional do Livro. (MEDEIROS NETA, 2011, p. 6)

Nesse sentido, do ponto de vista da experiência pessoal, muitos pau-ferrenses reconhecem na atual Casa da Cultura Popular Joaquim Correia o lugar em que aprenderam suas

⁶Atual município de Marcelino Vieira

primeiras lições, construíram laços de amizade, participaram de brincadeiras, além disso, esse mesmo ambiente também foi palco das vivências universitárias das primeiras turmas que formaram o que viria a ser a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Sendo assim, na condição de ambiente de ensino pode-se dizer que o monumento em questão carrega uma pluralidade de experiências advindas de diferentes gerações de pau-ferrenses e demais moradores da região.

Esse reconhecimento do ambiente aqui tratado, parte das considerações de Paul Ricœur a respeito do fenômeno da recordação, nas quais este autor se utilizando da perspectiva de Proust, apresenta o momento da recordação como sendo também o do reconhecimento. Com isso, as pessoas que ali passaram enquanto estudantes ou professores reconhecem naquele ambiente uma passagem da própria história, independentemente da carga afetiva atribuída a essas vivências, com isso, a existência do monumento em sua materialidade consegue despertar nas pessoas que ali já passaram as recordações que nem sempre são encontradas nas narrativas oficiais sobre a história do município, nesse sentido, a presença do monumento materializa em sua estrutura e traços arquitetônicos fragmentos da época em que foi construído, ao passo que também proporciona aos moradores a possibilidade de construir a partir das memórias novas narrativas históricas.

Portanto, retornando à questão dos lugares de memória, é inegável o valor da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia como sendo um desses lugares capazes de conectar as pessoas com o passado, seja através das suas recordações, ou mesmo pelo simples contato com um traço material que testemunha outra época, nesse aspecto, Ricœur dialoga com Le Goff ao apontar nos lugares de memória o seu potencial enquanto documento.

Esses lugares de memória funcionam principalmente à maneira dos *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita da memória morta. Os lugares “permanecem” como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras. (RICŒUR, 2010, p. 58)

Assim, o fator da *permanência* de um imóvel representa um recurso de resistência ao esquecimento, à ausência da memória. As pessoas e suas memórias eventualmente se vão, no entanto, o monumento permanece, o que possibilita o surgimento de novos vínculos afetivos com aquele espaço e portanto de novas experiências mnemônicas. Dessa maneira, mesmo estando associado ao passado, o monumento não existe no tempo presente enquanto elemento estático, pois ele segue dialogando com o tempo e com a sociedade que também se movimenta.

Nesse sentido, a atual Casa da Cultura Popular Joaquim Correia percorreu praticamente toda a história de Pau dos Ferros até os dias atuais, reunindo diferentes públicos e exercendo diferentes funções. No entanto, o seu vínculo com a comunidade pau-ferrense permanece vivo até hoje, tanto na memória daqueles que iniciaram sua vida estudantil em suas antigas salas de aula, como também nas recordações das primeiras turmas universitárias que ocuparam aquele espaço quando ainda não existia um *campus* edificado, dos frequentadores da antiga biblioteca, como também dos artistas locais que muitas vezes ali se reuniram para a realização de apresentações, ensaios e oficinas. Portanto, a história do “Joaquim Correia” se mistura com a própria história da cidade e de algumas de suas instituições, uma trajetória que se constituiu com diferentes grupos e com múltiplas possibilidades narrativas.

3.4- Do tombamento aos dias atuais: A Casa da Cultura Popular Joaquim Correia (2006-2023)

O prédio do antigo Grupo Escolar permaneceu funcionando na condição de educandário até o início dos anos 2000, com a extinção do modelo dos grupos escolares a instituição passou a ser denominada como Escola Estadual Joaquim Correia e ofertava a modalidade de ensino de primeiro grau, atualmente denominada de Ensino Fundamental. No ano de 2006 o prédio foi oficialmente tombado pelo Estado do Rio Grande do Norte, através da Fundação José Augusto, entidade estadual responsável por desenvolver, incentivar, apoiar, difundir, estimular e documentar as atividades culturais.⁷

⁷GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (RN). Fundação José Augusto. Sobre a fundação. *In*: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (RN). Fundação José Augusto. Sobre a fundação . [S. l.], 5 mar. 2020. Disponível em: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=3523&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=A+secretaria>. Acesso em: 11 mar. 2023.

Figura 38: Escola Estadual Joaquim Correia em 1998



Fonte: (QUEIROZ, 2022, p 40)

O espaço também chegou a abrigar, por volta dos anos 2000, a entidade que atualmente corresponde à Diretoria Regional de Educação e Cultura, a DIREC. Após o tombamento, o prédio foi transformado em Centro Cultural Joaquim Correia, deixando assim de funcionar como instituição de ensino formal. Uma vez instituído o Centro Cultural, o local passou a ser destinado, de fato, à realização de ações artístico-culturais, assim, seu ambiente era comumente utilizado para ensaios de artistas locais, como também, para formação artística em si, através de atividades como aulas de violão.

Figura 39: Fachada do Centro Cultural Joaquim Correia



Fonte: (CULTURA PAUFERRENSE, artigo eletrônico, 2014)

Disponível em: <http://culturapauferrense.blogspot.com/2014/04/grupo-escolar-joaquim-correia.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Em termos pessoais, eu mesma usufruí das antigas salas do Joaquim Correia, quando fiz aulas de violão por um certo período. O ano era 2014, e era bastante comum encontrar o espaço da atual Casa de Cultura de portas abertas, especialmente pelo período da tarde, enquanto eram ministradas aulas de violão para alunos de diversas idades. Eventualmente, um ou outro transeunte que passava pela calçada do prédio parava para ver e ouvir o que se passava no interior do ambiente, com isso, é possível perceber a sociabilidade proporcionada por esse local tanto para os seus frequentadores regulares, quanto para o restante da população. No entanto, vale ressaltar que mesmo estando em uso, ainda nesse período, o prédio carecia de uma restauração de sua estrutura física.

Em outubro de 2013, período em que a equipe da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) de Pau dos Ferros deu início a seus trabalhos, a equipe técnica da SECULT, formada por Marta Pontes, Genário Pinheiro e Victor Mendes, realizou visita à Casa de Cultura Popular Joaquim Correia e constatou que a infraestrutura do local estava em condições inadequadas de uso: paredes depredadas, falta de higiene, portas, telhas e portões quebrados (as) e grande volume de vegetação no ambiente do jardim. (MENDES, 2020, artigo eletrônico)

Nesse sentido, as gerações mais recentes de artistas locais, ou mesmo as anteriores, carregam um certo vínculo com o chamado “Joaquim Correia”, haja vista que muitos deles passaram por esse ambiente em algum momento. Portanto, a partir do seu tombamento e da consolidação do seu espaço como Centro Cultural, novas gerações de munícipes puderam

usufruir deste local, e dessa maneira, construir novos significados e formas de identificação com ele.

Eu não estudei no Joaquim Correia, mas como munícipe, como artista da cidade, eu tive vários... vários momentos no Joaquim Correia, né, várias, várias histórias no Joaquim Correia, né, já declamei, já ministrei curso, já participei de várias atividades lá, de mostras, de saraus, até de jornadas pedagógicas. Então, a minha, o meu contanto com o prédio em si, é basicamente esse. (Entrevistado 1. Nov, 2022)

Ainda no ano de 2014, o prédio que pertence ao Estado do Rio Grande do Norte foi submetido à uma reforma que também incluiu uma ampliação, por meio da construção das salas que se encontram no pátio externo, destinadas ao abrigo da Secretaria Municipal de Cultura e da extinta Biblioteca Manoel Jácome de Lima. Assim, em 12 de junho de 2015, o antigo Centro Cultural Joaquim Correia foi reinaugurado, passando a se chamar Casa da Cultura Popular Joaquim Correia, e assim permanece até hoje.

Amanhã, 12, a Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros promoverá outra importante realização da gestão do prefeito Fabrício Torquato. O Executivo pau-ferrense, por intermédio da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT), irá inaugurar a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia. O centro cultural passou por reforma e ampliação. Reestruturação do teto, climatização, acessibilidade, paisagismo e aquisição de mobiliário estão entre as prioridades da obra, que significa para o município o resgate de um espaço de valorização da classe artística local. (FOLHA REGIONAL, 2015, artigo eletrônico)

Figura 40: Pátio da Casa da Cultura Popular Joaquim Correia



Fonte: (FOLHA REGIONAL, artigo eletrônico, 2015) Disponível em:

<<http://blogdafolharegional.blogspot.com/2015/06/municipio-inaugura-casa-de-cultura.html>>.

Acesso em 24 Mar 2023.

Desde então, o espaço passou a abrigar a sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Pau dos Ferros, a SECULT, que até os dias de hoje permanece em funcionamento no mesmo local. Conforme já foi apontado anteriormente, a SECULT não funciona propriamente no espaço original do antigo Grupo Escolar, mas sim, em alguns compartimentos separados, construídos na parte posterior do prédio, de maneira que as antigas salas de aula do antigo Grupo Escolar permaneceram destinadas ao desenvolvimento das atividades culturais.

A instituição da Secretaria de Cultura e Turismo, embora recente, configurou um marco significativo, tanto no que diz respeito à trajetória do monumento em questão, como também, no tocante à preocupação em relação à preservação do patrimônio histórico e cultural do município. De acordo com a Lei Complementar nº. 06/2013, uma das competências da Secretaria de Cultura e Turismo consiste em: “montar um sistema de informações culturais, artísticas, do patrimônio histórico e informações”.⁸

Com isso, nota-se que há menção à questão do patrimônio histórico do município, muito embora não sejam especificadas outras ações voltadas para esse âmbito, no entanto, não se pode deixar de ressaltar a importância da criação desse órgão municipal no que diz respeito à questão patrimonial no município, haja vista que foi através dessa entidade que Pau dos Ferros teve sua primeira lei de tombamento, a Lei nº 1509/2015, que instituiu o tombamento de 5 monumentos municipais, incluindo o próprio prédio do Centro Cultural Joaquim Correia.

Nesse sentido, a presença da Secretaria nas dependências do antigo Grupo Escolar Joaquim Correia trouxe uma nova funcionalidade para o prédio que, conforme foi apontado, já havia sido utilizado anteriormente para abrigar instituições burocráticas. Com isso, o monumento em questão passou a representar também o principal instrumento burocrático do município de preservação e desenvolvimento de atividades culturais, algo que também proporcionou para aqueles que ali trabalharam uma vivência mais intensa com aquele espaço.

Então na Casa de Cultura Popular, eu desde criança, né tive muito desejo de estar dentro daquele espaço, de participar das atividades culturais, que estavam sendo executadas por lá, e aí em 2013, eu fui convidado pra trabalhar na secretaria de cultura e turismo do município e a partir daí, eu pude, né, manter contato cotidiano com aquele espaço, uma vez que a secretaria por meio da prefeitura e através do governo do estado firmaram parceria pra que o espaço fosse cedido à prefeitura. E aí, eu trabalhei, tive experiências não só profissionais, mas também de amizades, construí muitas... é, memórias naquele espaço, não só com os profissionais que lá

⁸ PREFEITURA DE PAU DOS FERROS. Lei Complementar nº 06/2013, de 22 de julho de 2013. Modifica a estrutura administrativa organizacional da Prefeitura de Pau dos Ferros, instituída pela Lei Complementar nº 03/09 e dá outras providências. [S. l.], 22 jul. 2013. Disponível em: <https://paudosferros.rn.gov.br/leis.php?dtini=&dtfim=&cat=6&Exer=2013&Num=&Descr=&Comp=>. Acesso em: 13 mar. 2023.

tive, mas com as pessoas que vinham naquele espaço, “ah eu estudei aqui”, “eu trabalhei aqui”, “eu tive um evento aqui”. (Entrevistado 2. Nov, 2022)

Portanto, o depoimento em destaque evidencia essa convivência da sociedade pauperense com o monumento aqui estudado ao trazer esse compartilhamento de experiências diversas vivenciadas naquele ambiente. Pensando nisso, e remetendo à ideia de documento/monumento (LE GOFF, 2005), é possível afirmar que essa sociabilidade estabelecida entre a população e o monumento histórico o transforma em uma espécie de documento vivo, dessa forma, ele passa ser não somente um lugar de recordação, mas também um lugar de experiências e de transformação, onde as pessoas ao adentrá-lo, ao tocá-lo e ao senti-lo têm a possibilidade de recordá-lo por algo que ele já foi, como também, de vivenciá-lo por aquilo que ele é no tempo presente.

Dialogando com a obra de Françoise Choay (2014), a historiadora francesa discute sob uma perspectiva semelhante a questão do monumento histórico, entretanto, essa autora irá diferenciar os termos “monumento” e “monumento histórico”, com base nas relações que cada um estabelece com o passado e com o presente vivido.

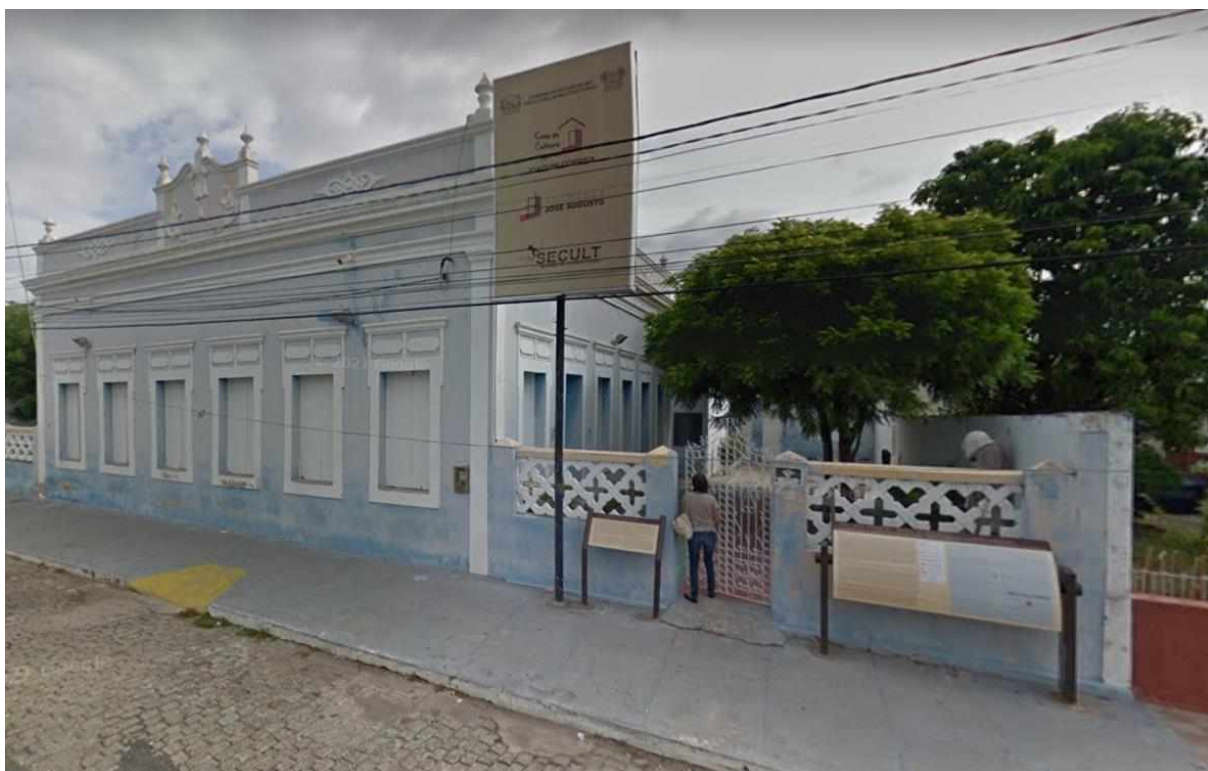
O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo. O monumento histórico mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração. Ou é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear de tempo e, nesse caso, o seu valor cognitivo relega-o, sem apelo, nem agravo para o passado, melhor dizendo, para a história em geral, ou para a história da arte em particular; ou então, pode também, enquanto obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística. [...] Neste caso, torna-se parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2014, p 25)

Portanto, para Choay (2014), o monumento histórico consegue se conectar tanto com o passado, através da memória que ele guarda, como também com o presente, enquanto obra de arte pertencente à realidade concreta. Diante disso, ainda tomando como base as contribuições da autora de “Alegoria do Patrimônio”, ela também comenta a respeito da conservação destinada aos monumentos e monumentos históricos: “As diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm, respectivamente, com o tempo, a memória e o saber impõem uma diferença maior relativa à sua conservação.” (CHOAY, 2014, p 25)

Assim, os monumentos e monumentos históricos estão inevitavelmente sujeitos às “injúrias do tempo vivido”, nas próprias palavras da autora, dentre as quais ela cita o esquecimento, a desafetação e o desuso. Portanto, ao considerar que os monumentos estão sempre vulneráveis a esses fenômenos intrínsecos à própria temporalidade, cabe evocar uma outra fase da história recente do chamado Joaquim Correia.

Após a mencionada revitalização, a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia passou por um processo de abandono e apagamento, a nível de exemplo é possível citar a desestruturação da Biblioteca Municipal Manoel Jácome de Lima, que atualmente já não se encontra mais em atividade, de acordo com relatos da atual secretária de cultura do município Marta Pontes Feitosa, coletados durante a pesquisa *in loco*, muitos dos livros que compunham o acervo da antiga biblioteca não foram localizados quando esta reassumiu o cargo no ano de 2021. Não se sabe ao certo, quando e como esse material se perdeu, haja vista que isso se deu entre o período de 2017 a 2020, quando o prédio se encontrava sob a gerência de outra equipe gestora.

Figura 41: Fachada da Casa da Cultura Popular Joaquim Correia em 2019



Fonte: Google Street View

Outrossim, em 2021, a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia passou por mais uma restauração, haja vista que o prédio já se encontrava em condições estruturais deterioradas. O empreendimento do restauro teve como órgão mentor a própria Prefeitura de Pau dos Ferros, conforme a parceria existente entre Estado e Município em relação à guarda do prédio. Com isso, a fachada foi revitalizada, havendo também a manutenção de instalações elétricas e hidráulicas.

O prédio do Joaquim Correia, que abriga toda estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo e da Casa de Cultura Popular, além de ser um bem cultural material, faz parte

da história de muitos cidadãos que aqui vivem. Há 110 anos, que tornou-se também, um bem sentimental por fazer parte das memórias de diversas gerações. Esse serviço de restauração do prédio, tinha urgência e importância, pois valoriza muito mais o Centro histórico de Pau dos Ferros, contribuindo também com o turismo, além de embelezar a cidade e elevar a autoestima do pau-ferrense. (LACERDA, 2021)

A mencionada restauração é a mais recente à qual a edificação foi submetida e contou ainda com reabertura da Galeria de Artes “Toinho Dutra”, originalmente criada em 17 de outubro de 2016, conforme a Lei 1550/16 e que está localizada no salão 02 da Casa da Cultura Popular Joaquim Correia. Na ocasião da reinauguração, em 13 de dezembro de 2021, a galeria recebeu a exposição “Olhares Pau-Ferrenses” que reunia um acervo de obras de artistas locais que permaneceram expostas até o final de fevereiro de 2022, devido à satisfatória visitação do público em geral.

Figura 42: Exposição “Olhares Pau-Ferrenses” na Galeria de Artes Toinho Dutra



Fonte: Disponível em: <<https://paudosferros.rn.gov.br/informa.php?id=854>> Acesso em: 24 Mar 2023

O espaço da Galeria de Artes “Toinho Dutra” permanece em funcionamento até o presente momento e é destinado, especialmente, a mostras de obras de artistas locais, além de acomodar também um espaço destinado à memória e à obra da personalidade que nomeia a galeria, o fotógrafo pau-ferrense Antônio Medeiros Dutra, o chamado Toinho Dutra, conhecido por registrar em sua obra o cotidiano da cidade.

Figura 43: Galeria de Artes Toinho Dutra em Janeiro de 2023



Fonte: Autoria própria

Figura 44: Fotografia exposta de Pau dos Ferros na década de 1990



Fonte: Autoria própria

Figura 45: Espaço dedicado à memória de Toinho Dutra



Fonte: Autoria própria

3.5- Olhares sobre o patrimônio: histórias, memórias e possibilidades.

No decorrer do presente capítulo, a trajetória do antigo Grupo Escolar Joaquim Correia foi apresentada sob diversos aspectos, chegando até os dias atuais, na instituída Casa de Cultura Popular Joaquim Correia. Com isso, é interessante fazer alguns apontamentos acerca da relevância desse patrimônio para a sociedade pau-ferrense, bem como, discutir as suas finalidades no decorrer dos anos, constituindo-se enquanto lugar de memória e espaço de cultura.

Conforme foi apontado anteriormente, a atual Casa de Cultura Popular Joaquim Correia funciona por muito tempo como educandário, abrigando diferentes instituições de ensino, de diferentes níveis educacionais, portanto, ao se pensar nesse espaço, enquanto lugar de memória, há que se considerar que sujeitos de diversas gerações reconhecem naquele local o ambiente em que vivenciaram suas primeiras experiências estudantis. Além disso, esse legado de formação educacional do chamado Joaquim Correia pode ser compartilhado até mesmo por aqueles que não chegaram a estudar em suas salas de aula, uma vez que as memórias daqueles que ali estudaram residem na literatura da cidade e seguem sendo repassadas por meio da oralidade.

Ademais, o monumento em sua materialidade, proporciona às novas gerações a possibilidade da experiência com aquele espaço, além manter viva a memória do que um dia aquilo *representou* para a sociedade pau-ferrense, isto é, aquilo que não se pretende esquecer. Pensando nisso, é válido questionar: o que a sociedade pau-ferrense busca lembrar ao preservar o espaço do antigo Grupo Escolar Joaquim Correia?

Cabe destacar que a construção do prédio em questão é fortemente associada à uma figura política de certa relevância para o município e demais cidades da região, neste viés, a preservação do monumento estudado passa inevitavelmente pela manutenção da memória do homem que o nomeia, o próprio Joaquim José Correia. Pensando nisso, e levando em consideração as colocações de Roger Chartier (1991) em “O Mundo como Representação”, é importante frisar que as representações configuraram um campo de disputas de interesses de diversos grupos sociais.

Nesse sentido, ao pensar as formas como a personagem de Joaquim Correia costuma ser representada tanto nos discursos literários que narram a concepção do antigo Grupo Escolar, é possível inferir que a preservação deste prédio pode ser associada, também, à sua importância enquanto legado político de uma figura de poder. Portanto, o fato desse monumento compor a limitada lista de bens tombados do município, além de ser um dos poucos edifícios históricos que ainda permanecem erguidos mantendo suas principais características originais, pode estar associado à importância política que este monumento carrega, haja vista que, a preservação da memória de figuras de poder também é reflexo de um exercício de poder sobre os discursos.

Ao levantar essa hipótese, leva-se em consideração as três perguntas elementares levantadas por Carlos Lemos (1981) em sua obra “O que é Patrimônio Histórico?”, são elas: por que preservar?; O que preservar?; Como preservar? Com base nisso, a reflexão de Lemos sobre a primeira questão elencada traz como síntese a seguinte afirmação: “Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservado o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa é a justificativa do “por que preservar”. (LEMOS, 1981, p 29)

Partindo disso, o autor também aponta os diferentes sentidos da preservação patrimonial, ou seja, os interesses em se preservar variam de acordo com o que cada grupo social busca ao tentar manter viva determinada memória. Assim, Lemos apresenta, em termos gerais, os diferentes sentidos de preservação de acordo com as preocupações de alguns grupos sociais exemplificados pelo autor, dentre os quais, ele irá destacar que até mesmo as classes dominantes se utilizam da preservação do patrimônio, que serve como testemunho dos feitos marcantes de seus antepassados, como uma forma de afirmação do próprio poder, com base no

seu passado histórico. Pensando nisso, é interessante questionar um possível sentido político vinculado à preservação da Casa da Cultura Joaquim Correia, considerando as origens de sua edificação.

Um fator bastante sintomático no que diz respeito ao valor político da Casa da Cultura Popular Joaquim Correia é a disputa existente entre estado e município pela posse do prédio. Como já foi apontado anteriormente, há uma parceria entre os dois poderes pela conservação do monumento, no entanto, a Casa da Cultura pertence oficialmente ao estado do Rio Grande do Norte, algo que gera controvérsias entre as autoridades locais responsáveis pela edificação, que reivindicam para o município a posse definitiva do antigo Grupo Escolar.

É... há uma celeuma aí entre município e estado, essa briga, e, de certa forma, é, acabou que atrapalhando a história do prédio, né, porque: quem, qual vai ser o ente que vai ter a obrigação de fazer a manutenção do prédio, de fazer uma reforma, então isso acaba atrapalhando. (Entrevistado 1. Nov, 2023)

Entretanto, esse embate entre estado e município ultrapassa questões de cunho estritamente burocrático e passa também por um debate de caráter cultural e identitário, uma vez que, parte dos argumentos que endossam a defesa da posse estrita do monumento para o município trazem que, a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia é um monumento bastante significativo para o povo pau-ferrense, e portanto, o município deve deter o monopólio administrativo sobre o espaço.

Bem depois, o Centro Cultural Pau-Ferrense e por último a Casa de Cultura Popular, como um programa do Governo do RN. Isso não significa que aquele prédio é do Estado, que até o ano de 2013, a cidade é testemunha de como ficou sua estrutura física. Quero aqui externar, meus conterrâneos e demais amigos e amigas, que o Centro Cultural Joaquim Correia, é Patrimônio do Município de Pau dos Ferros. Foi construído com recursos dos nossos municípes. (PONTES, 2014, artigo eletrônico)

Todavia, conforme já foi apontado, o prédio também foi tombado sob a instância municipal, o que faz da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, também, um patrimônio municipal, porém, a lei municipal de tombamento possui limitações no que diz respeito à possíveis intervenções na parte interna. Nesse sentido, é possível inferir que, de maneira geral, as duas instâncias se complementam em nome da preservação do prédio, que por sua vez, é um dos poucos edifícios históricos que se mantém conservado e com alguma funcionalidade, algo que foi apontado nas entrevistas realizadas para compor as fontes que embasam o presente trabalho.

Olha, o Joaquim Correia eu considero que ele, é... foi bem preservado, as modificações eu acho que foram internas e estruturais, eu acho que eram necessárias, também eu não tenho nem, assim, propriedade pra opinar sobre, porque eu não, não sou da área. [...] a gente não pode reclamar tanto porque o prédio está razoavelmente bem cuidado, bem ocupado, bem utilizado, né, só essa questão da biblioteca, né, que

é um pouco triste, mas a biblioteca também não era lá, era na Secretaria Municipal, mas quanto à isso eu não tenho do que reclamar porque realmente o prédio tem funcionalidade, então é maravilhoso que ele tenha funcionalidade, que ele sirva, que ele seja útil à cidade e que ele também seja respeitado como um monumento histórico. (Entrevistado 1. Nov, 2022)

No trecho acima, é possível constatar que o entrevistado avalia positivamente a manutenção da estrutura do monumento em questão, além de apontar como um fator importante a questão da funcionalidade do espaço enquanto Casa de Cultura, como também, enquanto sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, demonstrando em sua fala a preocupação com a utilização do patrimônio histórico em benefício da própria população, evitando assim que o ambiente fique ocioso e vulnerável ao apagamento, pois a devida ocupação deste espaço também o valoriza enquanto monumento histórico.

Eu diria que, em se tratando da Casa de Cultura Popular, é houve pouca descaracterização, né, da sua identidade inicial, do prédio, né, da estrutura física, acho que somente na parte de dentro é que teve a modificação de uma porta e foi fechada uma outra, acho que o máximo foi isso, né. [...] Acho que o Joaquim Correia, ele talvez tenha um uso mais amplo, né, digamos assim, mais diversificado. É... sobretudo porque é um espaço de cultura e ali você tem o trânsito de pessoas de diversas classes e movimentos populares né, sociais, enfim... (Entrevistado 2. Nov, 2022)

Nesta outra fala, é possível observar um posicionamento semelhante tanto em relação a como o prédio vem sendo conservado, bem como, no tocante à sua funcionalidade, destacando o seu papel enquanto um ambiente democrático de cultura e que pode ser acessado por diversos setores da sociedade pau-ferrense. Diante disso, é possível trazer que a Casa da Cultura Popular Joaquim Correia, de maneira geral, vem sendo devidamente ocupada e preservada, mediante à sua condição de patrimônio histórico, especialmente quando situada no contexto em que se encontra o patrimônio histórico edificado de Pau dos Ferros como um todo, que infelizmente se traduz em uma realidade de descaso, destruição e apagamento.

Assim, dando continuidade ao diálogo com a obra de Carlos Lemos, após pensar no “por que preservar?” É interessante levantar também o questionamento “como preservar” a partir do qual o autor irá desenvolver o último capítulo do livro “O que é Patrimônio Histórico”. Conforme Lemos especifica, as ações que envolvem as possibilidades de preservação configuram um campo de ações bastante amplo, como se pode ver: “Essa expressão, “como preservar”, pressupõe uma série infinita de atividades e de posturas perante o elenco de bens culturais do nosso patrimônio, implicando, inclusive, atuações interdisciplinares e julgamentos os mais variados.” (Lemos, 1981, p 66)

Portanto, quando se pensa em preservação patrimonial, há uma série de mecanismos e ações que podem ser enquadrados nessa discussão, entretanto, Lemos se detém às questões

voltadas para a preservação dos bens culturais arquitetônicos, objetos primordiais de seu estudo na mencionada obra. Assim, o autor apresenta no decorrer deste capítulo algumas das principais dificuldades presentes na realidade brasileira, que se impõem àqueles que buscam preservar o patrimônio histórico edificado.

Diante disso, Lemos aponta, para além do tombamento em si, enquanto ferramenta fundamental para a preservação do patrimônio edificado, a necessidade do esclarecimento geral da população sobre a relevância dessa questão, portanto, mesmo não sendo propriamente da área de ensino, Carlos Lemos já defendia a importância da educação patrimonial como um instrumento fundamental de base para se pensar o “como preservar”, tendo em vista que, uma das principais dificuldades impostas à luta pela preservação do patrimônio no Brasil, é a própria falta de esclarecimento por parte da população a respeito dessa questão, algo que também se verifica no contexto da sociedade pau-ferrense.

Pau dos Ferros veio criar uma lei de tombamento muito tarde, é... como essa lei não existia, parece até um crime você defender um monumento histórico, você é visto com maus olhos, as pessoas não entendem o que aquele monumento, o que aquele prédio, acham que aquilo é só um concreto, as pessoas não entendem o que aquilo representa, as pessoas não entendem o que aquilo é, né, as pessoas não entendem o que aquilo construiu e foi durante a história e a importância daquilo. Então a memória, arquitetônica, histórica, predial aqui de Pau dos Ferros é terrível, terrível, sobraram poucos prédios. (Entrevistado 1. Nov, 2022)

Portanto, retornando a discussão para o contexto de preservação da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, é possível verificar que mesmo protegida pelo instrumento do tombamento em duas instâncias, a sua preservação e manutenção passa por questões que vão além dessa regulamentação. Haja vista que mesmo estando sob a proteção do estado e do município, esse monumento já passou períodos de desgaste de sua estrutura e subutilização de seus espaços, nesse sentido, a permanência desse lugar de memória está diretamente ligada à gestão destinada a este espaço, e aos seus significados simbólicos e políticos. O que faz com essa edificação se mantenha conservada em seus traços originais, e servindo à população, trazendo para este patrimônio uma importante característica de vivacidade, como também de pertencimento à comunidade.

Patrimônio pra mim é o patrimônio que nos permite vivenciá-lo, né de ter a experiência, de estar lá com esse espaço e de poder compartilhar com pessoas as experiências que a gente tem lá, então na Casa de Cultura Popular, eu desde criança, né tive muito desejo de estar dentro daquele espaço, de participar das atividades culturais, que estavam sendo executadas por lá, e aí em 2013, eu fui convidado pra trabalhar na secretaria de cultura e turismo do município e a partir daí, eu pude, né, manter contato cotidiano com aquele espaço, uma vez que a secretaria por meio da prefeitura e através do governo do estado firmaram parceria pra que o espaço fosse cedido à prefeitura. E aí, eu trabalhei, tive experiências não só profissionais, mas também de amizades, construí muitas... é, memórias naquele espaço, não só com os profissionais que lá tive, mas com as pessoas que vinham naquele espaço, “ah eu

estudei aqui”, “eu trabalhei aqui”, “eu tive um evento aqui” (Entrevistado 2. Nov, 2022)

Infelizmente, ao inserir a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia no cenário geral do patrimônio histórico edificado de Pau dos Ferros, é perceptível que o monumento em questão configura um ponto fora da curva, tanto em termos de ocupação e valorização do espaço, quanto no tocante à preservação da estrutura física em si. Diante disso, essa edificação serve como exemplo de que a preservação patrimonial não só é um caminho possível, mas que também pode acompanhar o crescimento urbano e as modificações do espaço, atravessando as gerações e assumindo novos significados.

Todavia, esse mesmo monumento também deixa como alerta o fato de que a luta pela preservação do patrimônio histórico é uma atividade constante e que nunca cessa mediante os desafios impostos pela própria ação humana e do tempo. Ainda sob a luz das considerações de Paul Ricœur, é importante frisar que a luta contra o esquecimento em suas mais variadas formas permanece juntamente com o próprio monumento em sua historicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao buscar compreender a realidade geral em que se encontra o patrimônio histórico arquitetônico da cidade de Pau dos Ferros, uma série de reflexões podem ser feitas a partir desse objetivo. A princípio, faz-se necessário perceber como se constituem as relações de memória estabelecidas entre a população pau-ferrense e os monumentos aqui estudados, como também, como essas pessoas entendem a própria história local.

Em linhas gerais, ao se deparar com a escassez de documentos e com os próprios depoimentos dos entrevistados, percebe-se que a história de Pau dos Ferros segue predominantemente voltada para narrativas tradicionais que remetem exclusivamente às origens do povoamento de seu território a partir da criação do gado, e que já não abarcam a pluralidade de espaços e sujeitos que constituem a trajetória histórica do município.

Com base nisso, foi possível constatar um certo distanciamento da população em geral para com a sua própria história, tendo em vista a própria dificuldade dos sujeitos de estabelecer uma certa identificação com essas narrativas. Nesse sentido, a relevância de outros aspectos fundamentais que constituíram historicamente a cidade de Pau dos Ferros vai sendo deixada de lado, ao passo que uma série de monumentos que documentam a história local caem nas teias do esquecimento.

Assim, até o ano de 2016, ainda não havia qualquer legislação voltada para políticas de preservação patrimonial, e ao que se consta, o único edifício devidamente tombado pela instância estadual era a atual Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, de maneira que os demais edifícios históricos, públicos ou privados, não possuíam qualquer asseguramento que visasse a preservação de sua memória, algo que eventualmente ocasionou a perda ou descaracterização de muitos desses.

Portanto, os desafios que permeiam a luta pela preservação patrimonial na cidade de Pau dos Ferros são inúmeros, haja vista que o próprio poder público municipal somente veio voltar os seus olhares para essa problemática, de forma efetiva, há pouquíssimo tempo. Apenas sete anos separam a primeira iniciativa de tombamento por parte do município do presente trabalho, e de lá para cá, pouco se acrescentou em relação à implementação de políticas públicas que visem a manutenção da memória e do patrimônio histórico local, à medida que muitos edifícios se perderam nesse meio tempo.

Uma vez que até pouco tempo não existia uma lei de tombamento, não é possível falar, portanto, em educação patrimonial em Pau dos Ferros. Conforme assegura Carlos Lemos (1981), a preservação do patrimônio histórico compreende um campo amplo e interdisciplinar,

que envolve os interesses de diferentes profissionais. Portanto, ao pensar em uma política pública de manutenção do patrimônio histórico, é preciso ter em mente a complexidade dessa missão, visto que o tombamento é apenas um dos equipamentos que visam garantir a preservação de um determinado bem, no entanto, ele por si só não é suficiente, pois para além do âmbito legislativo é preciso despertar na população de um modo geral a percepção e o interesse pela preservação patrimonial.

Portanto, a educação patrimonial se revela como um caminho fundamental para a viabilização de uma política pública de preservação do patrimônio histórico, haja vista que somente através do acesso à informação e ao conhecimento, que a sociedade conseguirá compreender a importância da memória e do patrimônio. Para tanto, diversas são as possibilidades que podem ser pensadas e trabalhadas na perspectiva de provocar na população o interesse por essa temática, todavia, é preciso ressaltar novamente o papel imprescindível do Estado e dos órgãos públicos responsáveis para o desenvolvimento de tais atividades.

Nesse sentido, é possível afirmar que, até o presente momento, a cidade de Pau dos Ferros carece de diversas maneiras de iniciativas e políticas públicas que evidenciem a necessidade da preservação patrimonial, especialmente no que se refere às edificações tombadas recentemente, a partir da Lei Nº 1509/2015, e principalmente aos demais imóveis que seguem até hoje sem qualquer garantia de proteção por parte do poder municipal.

Conforme foi apresentado, o prédio da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia é a única edificação tombada da cidade que até hoje mantém grande parte da sua originalidade conservada, ao passo que também possui funcionalidade pública e o devido reconhecimento enquanto documento/monumento, estando este diretamente vinculado à imagem de uma figura política de renome. Por outro lado, outros monumentos que também foram de significativa importância para o desenvolvimento do município, como é o caso do próprio Mercado Público Antônio Soares de Holanda, nem sempre receberam a mesma atenção e por muitas vezes acabaram por perecer ou até mesmo desaparecer do cenário urbano.

Ademais, ao levar em consideração uma das principais observações levantadas no presente estudo, isto é: a necessidade de construir novos discursos e narrativas historiográficas a respeito da cidade de Pau dos Ferros-RN, que consigam comportar com maior profundidade a diversidade de espaços e sujeitos que compõem a identidade local, a questão patrimonial evidencia-se como um caminho fundamental para que tais narrativas possam emergir. Tendo em vista a compreensão de documento/monumento apresentada por Jacques Le Goff, cabe salientar que a luta pela permanência desses bens edificados não se limita apenas à preservação

daquilo que já se foi, mas sim, daquilo que ainda pode vir a partir daquele espaço, que por sua vez, constitui um documento vivo inserido no tecido urbano da cidade.

FONTES PRIMÁRIAS:

SARAIVA, Mateus. Entrevista I. [Nov. 2022]. Entrevistador: Emanuele de Freitas Freire. Pau dos ferros, 2022. 1 arquivo .mp3 (26 min.).

CORDEIRO, Rafael. Entrevista II. [Nov. 2022]. Entrevistador: Emanuele de Freitas Freire. Cajazeiras, 2022. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

ALVES, Luiza. Entrevista III. [Mar. 2023]. Entrevistador: Emanuele de Freitas Freire. Pau dos ferros, 2023. 1 arquivo .mp3 (22 min.).

NORONHA, Alice. Entrevista IV. [Mar. 2023]. Entrevistador: Emanuele de Freitas Freire. Pau dos ferros, 2023. 1 arquivo .mp3 (22 min.).

REFERÊNCIAS:

- BARRETO, José Jácome. **Pau dos Ferros- História, Tradição e Realidade**. Pau dos Ferros: Mimeografado, 1987.
- BRITO, Artur S. *et al.* **Retratos Falados A cidade além do que é vista e descrita**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- CAVALCANTE, Manoel. **Pau dos Ferros à sombra da oitica**. Natal: Editora Offset, 2013.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Arte & Comunicação, 2014.
- CHARTIER, R. O mundo como representação . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 30 maio. 2023.
- CORDEIRO, A. G. de S.; STAMATTO, M. I. S. The regulation of education in the First Republic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e17196, 2018. DOI: 10.17648/rsd-v7i1.92. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/168>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. **As cidades medias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- FARIAS, Fablênia Tatiany de. **Comércio e cidade: processos e formas espaciais em Pau dos Ferros/RN**. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- FERNANDES, João Bosco Queiroz. **Joaquim José Correia: líder oestano**. Pau dos Ferros: Coleção Pauferrense, 2002.
- FERROS, Pau dos. **Dados do município**. Disponível em: <https://www.paudosferros.rn.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- GUIMARÃES, Camila Aude. *A feira livre na celebração da cultura popular*. São Paulo, 2010. Link: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/140-481-1-PB> consultado em 30.03.2023.
- HOLANDA, José Edimilson de. **Pau dos Ferros: Crônicas, fatos e pessoas**. Pau dos Ferros: Arte Gráfica Pauferrense, 2011.
- HOLANDA, José Edimilson de. **Pau dos Ferros: Crônicas, fatos e pessoas**. Natal: Gráfica vital, 2011. 167 p. v. 2.
- IBGE. **Cidades e Estados- Pau dos Ferros**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/pau-dos-ferros.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- LACERDA, Liana. **Olhares Pau-Ferrenses: exposição segue aberta ao público**. Disponível em: <https://paudosferros.rn.gov.br/informa.php?id=854>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- LACERDA, Liana. **Prefeitura restaura a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, resgata a história e a preservação do patrimônio público**. [S. l.], 14 dez. 2021. Disponível em: <https://paudosferros.rn.gov.br/informa.php?id=806>. Acesso em: 17 mar. 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. Campinas: Editora Brasiliense, 1981.

OLIMPIO, Monique Lessa Vieira *et al.* Memória em risco: o processo de descaracterização do Centro Histórico de Pau dos Ferros/RN. In: FERREIRA, Anna Cristina Andrade; SILVA, Daniel Paulo de Andrade; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; OLIMPIO, Monique Lessa Vieira (org.). **A cidade não para e a memória não perece**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 225-251.

PAU DOS FERROS. Lei nº 1509/2015, de 21 de outubro de 2015. **Estabelece normas para a preservação e conservação das estruturas e semblantes culturais, históricos e arquitetônicos, de prédios e monumentos de Pau dos Ferros/RN**. Pau dos Ferros/RN. 21 de outubro de 2015.

PINTAUDI, Silvana Maria. OS MERCADOS PÚBLICOS. **Revista Cidades**, [S.L.], v. 3, n. 5, p. 81-100, 12 jan. 2006. Universidade Federal da Fronteira Sul.
<http://dx.doi.org/10.36661/2448-1092.2006v3n5.12783>. Disponível em:
<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12783>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PONTES, Marta. **Grupo Escolar Joaquim Correia**. 2014. Disponível em:
<http://culturapauferrense.blogspot.com/2014/04/grupo-escolar-joaquim-correia.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.

RICÉUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Natal, RN, 29 abr. 1908.

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012, Caxias do Sul. **O Mercado Público Central de João Pessoa como Pólo Gastronômico e Turístico**. Caxias do Sul: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2012. Disponível em:
https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/o_mercado_publico.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

SOUSA, Pedro Rafael Vidal de Queiroz, **As intervenções no patrimônio cultural pauferrense entre 2012 e 2022: o que se foi, o que permanece e o que poderá continuar**. 2022. 167f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. TECENDO HISTÓRIA (E RECRIANDO MEMÓRIA) DA ESCOLA PRIMÁRIA E DA INFÂNCIA NO BRASIL: OS GRUPOS ESCOLARES EM FOCO. In: VIDAL, Diana Gonçalves. GRUPOS ESCOLARES: CULTURA ESCOLAR PRIMÁRIA E ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL (1893-1971). [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MENDES, Victor. **JOAQUIM JOSÉ CORREIA: vida, obra e memória em Pau dos Ferros**. 2020. Disponível em: <http://culturapauferrense.blogspot.com/search?updated-max=2020-06-17T11:34:00-03:00&max-results=7>. Acesso em: 17 mar. 2023.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar- A perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA FILHO, N. A. Q. **Patrimônio, turismo e sustentabilidade**. Reuna, Belo Horizonte, v. 7, n. 4, p. 11-24, out./dez. 2002. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/94>. Acesso em: 10 jan. 2023.

XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. **GRUPOS ESCOLARES DO RIO GRANDE DO NORTE (1907-1930): CULTURA E FORMA ESCOLARES**. Brasília: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017. Disponível em: <https://snh2017.anpuh.org/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **O Grupo Escolar Joaquim Correia: uma introdução à história da educação de Pau dos Ferros (RN) na primeira metade do século XX**. São Paulo: Simpósio Nacional de História – Anpuh, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300503000_ARQUIVO_ANPUH2011-OGrupoEscolarJoaquimCorreia.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.